

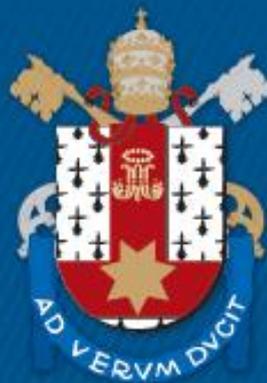
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

EDUARDO DOS SANTOS BUENO

**O CONSTITUINTE CARLOS MARIGHELLA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE
DISCURSOS E PERIÓDICOS**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

EDUARDO DOS SANTOS BUENO

**O CONSTITUINTE CARLOS MARIGHELLA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE
DISCURSOS E PERIÓDICOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luis Rosenfield

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

Ficha Catalográfica

B928c Bueno, Eduardo dos Santos

O Constituinte Carlos Marighella : uma análise através de discursos e periódicos / Eduardo dos Santos Bueno. – 2023.

147 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Rosenfield.

1. Assembleia. 2. Partido. 3. Imprensa. I. Rosenfield, Luis. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

EDUARDO DOS SANTOS BUENO

**O CONSTITUINTE CARLOS MARIGHELLA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE
DISCURSOS E PERIÓDICOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Rosenfield - Orientador

Prof. Dr. Danilo Pereira Lima - CEUCLAR

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPGH/PUCRS

Porto Alegre 2023

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não seria possível sem a colaboração de diversas pessoas, seja pelo lado emocional quanto profissional. Começo agradecendo a todo corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, minha casa nos últimos seis anos, somando o tempo de graduação. Alguns agradecimentos especiais que não poderia deixar de mencionar: ao meu orientador Luis Rosenfield por ter topado essa aventura e a colega Anna Ortiz Borges por todo apoio durante a conclusão dessa trajetória.

Foram dois anos difíceis e intensos. Agradeço por todo suporte e amor da minha avó paterna que faleceu no ano de 2021, Maria Elisabeth Barbieri Bueno Mendoza, para sempre a “vó Beth”. Igualmente agradecido e grato por todo amor e pelos valores passados a mim pelo meu avô materno falecido no ano de 2023, Amadeu Domingues dos Santos, para sempre comigo no meu coração. Em especial à minha mãe Cláudia Souza dos Santos, por todos sacrifícios ao longo de sua vida para que eu pudesse ter a oportunidade de chegar aqui, meu maior exemplo e porto seguro.

*Una verdad no dice nada
Y al mismo tiempo lo esconde todo*

Carlos Varela

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar duas intervenções de Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e sua repercussão na imprensa. Neste sentido, entendemos como necessária a desconstrução de uma imagem arraigada na sociedade da figura de Carlos Marighella como herói e mito, buscando apontar o papel das biografias nesta construção. Associado a isso, cientes da disparidade de estudos desse período da vida do objeto e de suas publicações em periódicos, buscamos compreender uma fase de atuação política pela via institucional como parlamentar. Ao longo do trabalho, pretendemos analisar como foi a atuação política do Partido Comunista, por onde Marighella atuava e se tornou membro do Comitê Central, no contexto de abertura democrática de 1945 e na consequente Constituinte de 1946. Assim sendo, examinaremos como Carlos Marighella foi representado nos jornais e suas posições frente ao que o partido defenderia na Assembleia.

Palavras-chave: Assembleia. Partido. Imprensa.

ABSTRACT

This work aims to analyze two interventions by Carlos Marighella in the National Constituent Assembly of 1946 and their repercussion in the press. In this sense, we understand as necessary the deconstruction of an image rooted in society of the figure of Carlos Marighella as a hero and myth, seeking to point out the role of biographies in this construction. Associated with this, aware of the disparity of studies of this period of the object's life and of its publications in periodicals, we seek to understand a phase of political action through the institutional path as a parliamentarian. Throughout the work, we intend to analyze how was the political performance of the Communist Party, for which Marighella acted and became a member of the Central Committee, in the context of the democratic opening of 1945 and the consequent Constituent Assembly of 1946. Therefore, we will examine how Carlos Marighella was represented in the newspapers and their positions against what the party would defend in the Assembly.

Keywords: Assembly. Party. Press.

LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOC	Bloco Operário Camponês
CNOP	Comitê Nacional de Organização Provisória
CR	Comitê Regional
CP	Comitê Popular
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ED	Esquerda Democrática
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IC	Internacional Comunista
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - DA BAHIA AO RIO DE JANEIRO	21
1.1 A CONJUNTURA POLÍTICA NA BAHIA DOS ANOS 1930	21
1.2 MARIGHELLA, SUA FAMÍLIA E BREVE RESUMO DE SUA FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA ATÉ O RJ	28
1.3 A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL DO PCB	41
CAPÍTULO 2 - OS DISCURSOS NA ASSEMBLEIA	53
2.1 O PÓS-GUERRA E OS COMUNISTAS NA REABERTURA DEMOCRÁTICA .	53
2.2 O DEPUTADO	65
2.3 A CARTA PARA-FASCISTA	78
CAPÍTULO 3 - PCB COMO CONSTRUTOR DE UMA REFORMA MORAL E INTELECTUAL: A BUSCA PELA HEGEMONIA	90
3.1 A CASSAÇÃO DO PARTIDO	106
3.2 A CASSAÇÃO DOS MANDATOS	109
4 CONCLUSÃO	112
FONTES	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
ANEXOS	131

1 INTRODUÇÃO

Carlos Marighella desperta até hoje fortes sensações no imaginário político e social brasileiro. Ao ser interrogado no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em 1964, respondeu da seguinte maneira a um dos questionamentos: “Fui deputado federal pelo Partido comunista e eleito na Bahia por milhares de eleitores. Sou um homem público militante político”.¹ As caracterizações de Carlos Marighella podem ser as mais variadas, tendo em vista suas atividades. O político institucional, deputado federal pelo Partido Comunista em 1946, o escritor de poemas desde os tempos da escola, o literário marxista e formador de militantes, e o “guerrilheiro urbano” que seria sua face mais notória devida a sua atuação contra a ditadura civil-militar, entre outras. Foi sua alcunha como “Inimigo número um” publicada no jornal Última Hora no dia 21/11/1968² após assim ser chamado pelo então Ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, que entraria para história de forma mais marcante e lembrada no imaginário popular.

Através do rigor científico e sem abraçar nenhum dos lados que o considera herói ou vilão, Marighella foi, sem sombra de dúvida, uma importante e ativa figura política na história brasileira do século XX. Suas ações impactaram diretamente o movimento comunista no país e fora dele, sendo motivo de acalorados debates até hoje. De um lado, reivindicações de um político com ares mitológicos, alimentada por suas biografias e por setores da esquerda, e por outro, a condenação como bandido, arruaceiro por setores mais conservadores. É, portanto, dever do historiador navegar nesse emaranhado de representações e usos para fins políticos de um determinado indivíduo, sem desconsiderar estas e outras representações e ressignificações elaboradas ao longo da História.

Primeiro, há de reconhecer que a principal referência que se faz quando surge o nome de Carlos Marighella é do seu papel de liderança na luta armada em meados dos anos 60. Isso, por si só, já lança as bases para se criar uma imagem de um combatente de resistência, abnegado por valores democráticos, em contraposição à ditadura civil-militar. As quatro principais biografias de Marighella são ao mesmo

¹ MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti a prisão?** Brasília: brasiliense, 1995, p. 64.

² MARIGHELLA, Carlos. **Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos.** SAFATLE, Wladimir (org.). São Paulo: Ubu, 2019, p. 254.

tempo fruto e parte dessa construção mítica e determinista do indivíduo, embora carreguem importante valor em informações e estudos sobre a vida de Carlos.

No período recente, há um crescimento do interesse pelas trajetórias individuais em suas diversas formas de produção, possibilidades de análise e escrita em diferentes áreas e abrangências do conhecimento. Não faltam motivos para isso: a oportunidade de adentrar a vida íntima de um personagem histórico, conhecer a “verdade” ou as “intenções” por trás de suas ações, são elementos especulativos que despertam a curiosidade nos leitores. Ainda, dentro da tendência de exacerbação do indivíduo, característico do mundo ocidental neoliberal, fez com que se reorganizasse o uso das trajetórias individuais como modelo a ser seguido, seja apresentando uma narrativa da capacidade individual e esforço pessoal como a possibilidade – cada vez mais remota – de alcance de um suposto sucesso; até das figuras representativas, líderes políticos, celebridades do meio cultural e artístico, por exemplo.

Ainda além disso, a produção, consumo e disseminação de informações e conteúdos pelas redes sociais que projetam um tipo de acesso público de maior ou menor alcance à vida íntima de seus autores, a qual os impactos no debate sobre as formas de escrita de trajetórias de vida mereceriam uma discussão mais detalhada. Por um motivo ou outro, não faltam nas estantes de livrarias ou no catálogo de streamings e nas diversas formas de divulgação do audiovisual as “histórias inspiradoras”, diários, cartas compiladas, filmes, documentários, blogs e demais portais de autorreflexão e solidificação de experiências ou memórias individuais e coletivas.

Este aceno geral também pode ser visto nas ciências humanas e em especial pela História enquanto disciplina que estuda, analisa e busca compreender o passado. Após o predomínio da tradição historiográfica que privilegiava a trajetória dos grandes vultos e o hiato sequente do gênero frente as formas estruturantes e de larga escala de compreensão da história, assistimos o renascimento das trajetórias de vida para compreender o contexto social vivido no passado ou as especificidades da experiência individual de um sujeito.

A primeira das biografias analisadas foi escrita pelo jornalista e também militante da época da ditadura, Emiliano José, em 1997. Contudo, segundo nota do autor a obra “se trata de uma reportagem sobre Carlos Marighella, para que o livro

não seja tomado como uma biografia”.³ Emiliano começou a entrevistar e a produzir seu livro em junho de 1997 e terminou em setembro do mesmo ano, alegando que havia pressa para que ela estivesse pronta no dia 4 de novembro, aniversário do assassinato de Marighella. Os tons elogiosos ao objeto de pesquisa são comuns a todas biografias de Marighella e ajudaram a criar, intencionalmente, histórias e feitos heroicos, como, por exemplo, a famosa prova de física respondida em versos por Marighella. Segundo Emiliano José:

O espírito inventivo, a irreverência diante da vida e a inteligência privilegiada permitiram ao estudante Carlos proezas como responder provas em verso. No Ginásio da Bahia, foi assim que respondeu à prova de física, em 1929 [...]. A prova no Ginásio da Bahia – depois Colégio Central – ganhou nota 10 e ficou exposta num dos corredores da escola até 1965, como exemplo de inteligência e criatividade.⁴

Entretanto, Ricardo Sizilio em seu livro — Vai, Carlos ser Marighella na vida — contesta tais afirmações que seriam também corroboradas pelas demais biografias. Segundo o historiador:

A prova de Física, respondida em 1929, foi transcrita na matéria sobre a prisão de Marighella em 1936, que já citamos. Nesta reportagem, foi afirmado que tal exame causara ‘sensação’ no colégio, o que ratifica as informações dos biógrafos, porém, é importante ressaltar que o A Tarde teve acesso ao ‘interessante registro da passagem de Carlos Marighella’ por meio do jornal dos estudantes.⁵

Sizílio ressalta afirmações de um antigo companheiro de militância de Marighella e estudante do mesmo Ginásio da Bahia nos anos 30, Jacob Gorender, que em entrevista a um dos biógrafos, afirmava não ter tomado conhecimento em nenhum momento da referida prova. Logo:

A partir do cruzamento do depoimento de Jacob Gorender, com a reportagem do jornal A Tarde, acreditamos que a famosa prova não tenha ficado exposta no colégio até 1965. Afinal, é plausível que a matéria que

³ JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997, p. 12.

⁴ JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997, p. 12.

⁵ SIZILIO, Ricardo José. **“Vai, Carlos, Ser Marighella na vida”. Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)**. 354 f., 2017, p. 75. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22096>. Acesso em: 14 fev. 2023.

reproduziu o exame em suas páginas informasse, também, se o mesmo estivesse à mostra até aquela data.⁶

Tampouco, parece plausível concordar com os historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, autores da biografia — Carlos Marighella: O homem por trás do mito — ao afirmarem que:

[...] dessa união [dos pais de Marighella], portanto, Carlos herdara a consciência de estruturas em crise (da Itália do norte e do Reconcavo baiano, em finais do século XIX) e o espírito rebelde e contestador (dos haussa e dos anarquistas), que permaneceram como marca constitutiva de sua personalidade e de uma sensibilidade contrária a exploração social”.⁷

De forma alguma, parece aceitável compreender uma herança determinista, quase profetizante e com ares de narrativa heroica, que Marighella estaria destinado a seguir o caminho que seguiu, retirando do sujeito sua própria autonomia. Na obra do historiador Edson Teixeira da Silva Junior — Carlos, a face oculta de Marighella — o autor se propõe a fugir da apresentação meramente formal ou tão político-centrada do objeto. Considera-se, esta, uma importante e necessária tarefa, dando enfoque também para aspectos da vida privada do sujeito, buscando desmistificar muitas construções de cunho político. Entretanto, em alguns momentos, Edson também recorre a afirmações similares aos já apresentados. Para ele, Marighella era “determinado pela busca da liberdade do povo brasileiro. Talvez o mero registro da trajetória de um revolucionário acabaria por encobrir essa face oculta, humana e profundamente generosa do homem Marighella”.⁸ Por fim, a obra mais recente e mais extensa, intitulada — Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo — do jornalista Mário Magalhães. Fruto de nove anos de pesquisa do autor, traz em detalhes boa parte da vida e da trajetória de Marighella, ampliando fontes e enriquecendo o debate.

As obras cinematográficas e documentais igualmente tiveram papel importante na divulgação da trajetória e na narrativa da construção do mito do guerrilheiro, que em contraposição da visão negativa propagada pelo Estado na

⁶ SIZILIO, Ricardo José. “**Vai, Carlos, Ser Marighella na vida**”. **Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)**. 354 f., 2017, p. 75. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22096>. Acesso em: 14 fev. 2023.

⁷ NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 40.

⁸ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos, a face oculta de Marighella**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 60.

década de 60, apresentam um lado mais intimista, na busca da retratação da vida privada do militante. Entre as diversas obras cinematográficas, destaca-se o documentário *Marighella*, de 2012, apresentado e dirigido por Isa Grinspum Ferraz, sobrinha de Carlos Marighella, que conta parte da trajetória do mesmo e traz lembranças pessoais de Isa quando criança nos encontros com seu tio. Destaque também para o filme lançado mais recentemente chamado *Marighella*, de 2021, com direção de Wagner Moura e atuação de Seu Jorge como Carlos Marighella, onde retratam o contexto da luta armada na ditadura e seus conflitos. Comuns a estas obras, o encantamento com o objeto e muitas vezes a linearidade são pressupostos que a todo custo devem ser descartados pelo historiador. Para Bourdieu:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, ou seja, como uma narrativa coerente de uma sequência significativa de acontecimentos concatenados, talvez implique sacrificar-se a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência, que toda uma tradição literária insiste em fortalecer.⁹

Ricardo Sizilio foi muito competente em abordar estas problemáticas presentes em todas as obras biográficas, desde lacunas na parte metodológica até a verificação de fontes. Sua obra foi fundamental para que consigamos analisar, de maneira imparcial e científica uma figura política tão reivindicada e disputada até os dias atuais.

A narrativa acerca de Marighella foi permeada por muito tempo de paixões e representações idealizadas, seja por um lado positivo ou negativo. Do ponto de vista da historiografia, reconhece que há uma sensível diferença quanto a disparidade de produção acadêmica sobre a vida e a atuação política de Carlos Marighella. Quase sempre associado a luta armada, ALN (Ação Libertadora Nacional) e a clandestinidade, por muito tempo se deixou de lado seu papel na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e toda sua trajetória no PCB (Partido Comunista Brasileiro). De fato, ficou muito à sombra de análises das grandes figuras políticas, como por exemplo seu companheiro e dirigente de partido Luis Carlos Prestes, e em grande parte das vezes relegado somente aos livros de memórias de ex militantes. Suas obras mais reconhecidas são — *Porque resisti a prisão* — e sua mais popular

⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5644125/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20A%20ilusa%CC%83o%20biogra%CC%81fica.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

tanto nacional quanto internacionalmente — Mini manual do guerrilheiro urbano. Ambas datam da década de 60, após o golpe civil-militar e foram centrais na construção mítica de Marighella. Mais recentemente, tem-se produzido dissertações, artigos e trabalhos sobre seu tempo como deputado federal e sua trajetória ainda na Bahia, mas ainda em menor número e impacto social comparado com demais figuras ou até mesmo ao Partido Comunista. Ainda, é pouco explorado pela historiografia seu destacado papel na Constituinte de 1946, sendo uma das lideranças do Partido na Assembleia, suplente de secretário da Mesa, intervindo mais de 190 vezes durante sua participação e apresentando 19 emendas ao Projeto de Constituição¹⁰ do total de 180 do PCB, representando proporcionalmente 10,56% das apresentadas pelo seu partido. Em breve comparação, Prestes apresentou 15 e Maurício Grabois (líder do partido na ANC) 17.¹¹

O tema do presente trabalho é a atuação de Carlos Marighella na Constituinte de 1946 através de suas três principais intervenções na Assembleia. O corte cronológico deste trabalho compreende o período de realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, e, por consequência, será utilizado referências e explicações que remetam à períodos anteriores e posteriores para uma melhor compreensão do contexto e dos resultados do trabalho.

O objetivo geral da presente dissertação é analisar principalmente duas intervenções de Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, através das representações nos jornais da imprensa operária. Como objetivos específicos, analisar criticamente suas obras biográficas e a problemática de idealização do objeto encontrada em algumas dessas obras. Além disso, pretende-se apresentar a formação intelectual, a prática política e a estratégia do Partido Comunista, bem como suas atividades durante o período em que esteve na legalidade entre 1945 e 1947 através de fontes da imprensa, especificamente dez periódicos, observando como os jornais retratavam os detalhes daquele momento histórico.

De modo a proporcionar um outro acesso à figura de Carlos Marighella antes de o mesmo retornar à clandestinidade, o que marcaria sua trajetória desde a Bahia

¹⁰ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 231.

¹¹ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

até suas passagens por São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro. O PCB antes dos anos de 1945-1947 só foi legal durante quatro meses de 1922 (ano de sua fundação) e sete meses em 1927, oito anos antes da entrada de Marighella no partido. Portanto, foi o único momento de legalidade política que o Partido Comunista teve durante toda trajetória de militância de Marighella que se estendeu até os anos 50.

Para além da figura revolucionária consolidada, referência teórico-prática para os grupos armados insurgentes dos anos 60, a historiografia não abrange de forma igualitária a trajetória que precede estes acontecimentos. O fundador e dirigente máximo da ALN, representou seu estado natal como deputado federal pelo Partido Comunista dezoito anos antes da fundação de sua organização guerrilheira. Justifica-se o estudo do presente tema devida a sua participação como parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e na importância em que algumas de suas falas mais reproduzidas em periódicos, livros, jornais e revistas não foram plenamente exploradas pela pesquisa científica e consistem de uma história que ainda há de ser investigada para melhor compreensão da História brasileira no período, de uma visão mais crítica acerca do objeto, dos rumos tomados naquele momento chave de transição democrática e da figura individual de Carlos Marighella. Portanto, a presente dissertação se propõe a proporcionar uma visão mais aprofundada e crítica deste raro período de participação política pela via da legalidade na vida de Marighella e do Partido Comunista Brasileiro. Sua trajetória tão marcada pela clandestinidade e a abundante produção científica, literária e cinematográfica em cima de um recorte específico, por vezes deixa um vácuo no estudo acadêmico da vida desta figura tão impactante e influente na política nacional.

A presente dissertação utilizou como fonte primárias periódicos, discursos e documentos oficiais do período. Entre os discursos, utiliza-se os Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Destas intervenções, destacamos principalmente seus discursos no dia 4 de Julho onde Marighella trata acerca da necessidade de separação do Estado e da Igreja –discurso proferido em razão do projeto em debate na Assembleia que não atestava o divórcio como mecanismo legal-, do dia 1º de fevereiro –primeira sessão da Assembleia, onde os comunistas iniciaram os trabalhos com muitas ressalvas e preocupações acerca da aplicabilidade da Carta de 1937, chamada de “Carta Parafascista” e indivíduos remanescentes do Estado Novo - e do dia 18 de fevereiro, onde busca tratar a partir

da sua visão as condições dos trabalhadores e sua situação social no país. Escolhemos estas intervenções dentre as suas intervenções na Assembleia devido a repercussão que estas tiveram na imprensa na época, pois continham mais ocorrências nos jornais pesquisados. Marighella foi o deputado que mais tratou destes assuntos pelo seu partido na Constituinte e estas intervenções foram três das mais extensas e elaboradas para divulgação posteriormente na imprensa operária e tratadas pela imprensa no geral.

Também foi mapeado cinco edições dos Diários do Congresso Nacional e utilizados quatro em nossa dissertação, referentes a 10/07/1937, 13/11/1947, 16/12/1947 e 28/08/1947.

Mapeou-se dez periódicos como fontes. Entre eles, os três principais jornais utilizados como fontes primárias são: Tribuna Popular, A Classe Operária e Revista Problemas. No periódico Tribuna Popular mapeamos duzentos e quatro ocorrências com o nome de Marighella entre os anos de 1945 a 1949. O periódico A Classe Operária mapeamos noventa e três edições para pesquisa, encontrados digitalizados no site — Marxists — site este que tem a finalidade de divulgação de periódicos e textos marxistas, datando de 1946 a 1948. Igualmente encontrada no referido site, utilizamos dez edições da Revista Problemas, entre os anos de 1947 a 1948, compreendendo o período em que Marighella era editor do periódico.

No jornal O Momento, do estado da Bahia, mapeou-se cinquenta e quatro ocorrências com o nome de Marighella, entre o período de 1940 a 1949. No jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro encontramos seis ocorrências com o nome de Marighella, entre 1940 a 1949. Igualmente, no jornal A Manhã do Rio de Janeiro, encontrou-se cinco ocorrências com nome de Marighella entre 1940 e 1949. Como importantes fontes de consulta foi utilizado, também, o jornal Folha da Manhã, de São Paulo, A Tarde, da Bahia, o Estado de São Paulo e O Globo do Rio de Janeiro.

Além disso, usou-se como fontes primárias outros cinco documentos: Folheto de divulgação do comício de Luis Carlos Prestes em São Paulo de 1945, as cartas intituladas Comentários a um documento Aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 e Manifesto de Maio, ambas de autoria de Luis Carlos Prestes, assim como a resolução 1841 de 07/05/1947 do Tribunal Superior Eleitoral que decretou a cassação da legenda do PCB. Para além destas, a autobiografia digitalizada de Carlos Marighella escrita em espanhol que se encontra na Rússia, consultada

através do artigo — A autobiografia de Carlos Marighella — do historiador Ricardo José Sizilio serviu como fonte para a pesquisa.

Além destas, foi utilizada as entrevistas concedidas pela ex-companheira de Carlos Marighella, Clara Charf, seu filho Carlos Augusto Marighella, sua irmã Tereza Marighella, assim como os militantes João Falcão, Noé Gertel, Jacob Gorender e Leôncio Basbaum,

Outra fonte pesquisada foram os arquivos da CPI dos Atos Delituosos da Ditadura presentes no acervo da Câmara dos Deputados no Congresso Nacional. Através da digitalização de toda documentação, tivemos acesso a todos os dezoito¹² depoimentos dados a esta CPI em 1947, entre eles o de Carlos Marighella, além do requerimento de CPI, a ata de instalação e os relatórios finais.

A metodologia usada neste trabalho consiste no método *collingwoodiano*. Através da elaboração de *Skinner*, o primeiro objetivo é realizar um estudo de forma não anacrônica, não caindo no erro de imputar as visões do presente aos objetos no passado. Entre as fontes utilizadas estão jornais da imprensa, imprensa operária, revistas e documentos oficiais de Estado. Os jornais e revistas aqui identificados como imprensa operária, consistem de trabalhos propagandísticos e jornalísticos realizados pelo Partido Comunista ao longo do último século, sendo de maior interesse as partes escritas e identificadas como autoria de Carlos Marighella, bem como as que relacionam seu nome e que correspondam aos objetivos do trabalho. Para tanto, a análise na totalidade destas fontes e levantamento de dados foi necessária para o melhor aproveitamento do conteúdo.

No primeiro capítulo tratamos da trajetória de Carlos Marighella até o Rio de Janeiro, onde começaria a exercer a legislatura, o contexto político em que estava inseridos e seus primeiros escritos enquanto militante do partido comunista. Adentramos também na linha política de união nacional do Partido Comunista que nortearia a atuação do PCB durante aquele período e a posição de Carlos Marighella na reconstrução partidária e na defesa da tese na Constituinte. No

¹² Além de Carlos Marighella, os outros dezesseis depoentes eram: Cândido Botafogo, José Costa Moreira, Paulo Franklin Elejalde, Plínio Barreto, Abel Chermont, Paulo Ejalde, Emílio Romano, Francisco Melo, João Alves, Samuel L. Pereira, João B. Sanos, Vitor E. Santo, José A. Santos, Adib Jabur, Bernardino O. Carvalho, Odilon V Galloti e David Nasser.

segundo capítulo nos ocupamos com o contexto do pós-guerra no Brasil, a soltura de Marighella após 6 anos contínuos preso e as disputas internas do partido para decidir quem seriam os candidatos do PCB na Bahia. Além disso, a consequente eleição de Carlos Marighella como deputado mais votado do PCB no estado, suas falas na Constituinte e suas repercussões nos variados jornais da época. Por fim, no terceiro capítulo analisamos a cassação do partido comunista, as argumentações e posições adotadas pelo partido e por Marighella e com a derrocada final da experiência democrática do PCB nos anos 40 com a cassação dos mandatos.

CAP. 1 - DA BAHIA AO RIO DE JANEIRO

1.1 A CONJUNTURA POLÍTICA NA BAHIA DOS ANOS 1930

A década de 30 começa já sendo balizada pela depressão econômica de 1929. A crise desencadeada mundialmente causa muitas mudanças no cenário brasileiro. Num país como o Brasil, onde grande parte da sua população reside em áreas rurais, o trabalho agrícola (em sua grande parte nos cafezais) ainda é a força motriz da economia nacional. Com a crise, vem o desemprego, a oscilação dos preços e o abandono de lavouras,¹³ ocasionando também mudanças nas oligarquias dominantes e nas relações de poder. Nem mesmo as medidas protetivas por parte do Estado no início da década são capazes de garantir a longo prazo a estabilidade do café, principal produto até então. A Primeira República encontraria seu fim com a Revolução de 1930 capitaneada por Getúlio Vargas. Longe de estabelecer uma ruptura completa com antigas estruturas socioeconômicas e com as oligarquias dominantes, há uma nova correlação de forças e um Estado, centrado na figura de Getúlio, cada vez mais intervencionista.¹⁴ Para Bóris Fausto:

Ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade. Esta última circunstância elimina as aplicações monistas do episódio, em termos de ascensão da burguesia nacional, revolução das classes médias”¹⁵

Após a derrota nas eleições de 1º de março de 1930, os preparativos pela via revolucionária se intensificaram entre os partidários dos derrotados no pleito. Os Aliancistas¹⁶ e os tenentes exilados ou na clandestinidade, articulavam pela via política e militar uma possibilidade de golpe.

¹³ CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 6.

¹⁴ CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

¹⁵ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 86.

¹⁶ A Aliança Liberal foi um movimento político orquestrado por principalmente por políticos gaúchos, mineiros e paraibanos para apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice-presidente, respectivamente.

Sob a orientação e comando de nomes como Osvaldo Aranha, Siqueira Campos, Juarez Távora e num segundo momento Borges de Medeiros, as autoridades federais suspeitavam das tramas da oposição, mas não enxergavam força suficiente para a realização do golpe. Washington Luís, presidente eleito em 1926, apoiara Júlio Prestes na eleição de 1930, em que saiu vitorioso. Getúlio Vargas havia firmado com o então presidente da república dois compromissos: não viajar a outros estados para fazer campanha e aceitar o resultado das eleições, Getúlio descumpriria ambos. As acusações de fraudes eleitorais eram constantes, cabendo aos derrotados nos pleitos denunciar e propagandear como principal fator de sua derrota. Em seguida que começaram a sair os resultados dos pleitos, as acusações tomaram conta em matérias veiculadas por jornais oposicionistas.¹⁷

O jornal Correio da Manhã, importante veículo midiático de circulação nacional localizado no Rio de Janeiro, denunciava no dia 8 de março em correspondência do departamento de publicidade da Aliança Liberal, que na Bahia:

[...] o Diario Official do Estado está dando resultado do pleito arbitrariamente, sem nada que os comprove. Há municípios em que figuram com a quasi totalidade dos eleitores, votando no candidato reaccionario, sem um só voto para candidato liberal. Dizem que a Bahia deve dar 150 mil votos, e para execução desse fim não se conhecem obstáculos legais ou moraes. Já a votação ao sr. Prestes anda por mais de 110 mil votos sem a publicação de documento algum eleitoral. A apuração corre a vontade do governo. O sr. Getúlio Vargas conta já, mesmo nas publicações officiaes, com 11.800 votos que não lhe puderam roubar, por serem expressos nos municípios, onde a eleição foi fiscalizada¹⁸.

Diariamente o jornal Correio da Manhã trazia informações sobre as votações em todos estados da federação, na maioria das vezes com um tom acusatório de fraudes contra a ampla margem de votos de diferença entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas.

O processo que culminou no golpe de 3 de outubro de 1930 passou por diversos percalços e mudanças. Luís Carlos Prestes que se encontrava exilado na Argentina, ainda tinha grande estima entre o movimento tenentista e negociações

¹⁷ EVANGELISTA, Eliana Batista. **A Bahia para os baianos: Acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937)**. 537 f., 2018. Tese – (Doutorado em História), Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2018, p. 43. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1._tese_-_eliana_batista-_completa_impressao_1.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁸ CORREIO da Manhã (RJ) – 1900 a 1970. **Hemeroteca Digital Brasileira**, 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 28 abr. 2023.

aconteciam para que ele saísse do exílio e lutasse no golpe. Entretanto, Prestes que já havia iniciado estudos marxistas, assume-se comunista e publica o Manifesto de Maio onde rechaça lutar nesta conspiração, afirmando que “são idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta”.¹⁹ Também critica de forma direta a Aliança Liberal, afirmando que:

[...] a revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes”.²⁰

As negociações entre os dirigentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e da Paraíba se iniciam em fins de março para acertar termos do acordo para a conspiração, encontrando certa descrença devido a posição dúbia de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.²¹ Com o decorrer dos meses, a apatia vai tomando conta dos elementos mais revoltosos e a ideia de tomar o poder pela força das armas vai perdendo espaço. Osvaldo Aranha, um dos nomes mais engajados nesta articulação, pede demissão do seu cargo no Rio Grande do Sul enquanto tudo indicava para a posse do presidente eleito Júlio Prestes.²²

A situação de conformidade com a possibilidade de haver um assalto ao poder tem uma reviravolta com um acontecimento que tem uma série de consequências. De passagem pelo Recife, o governador da Paraíba, João Pessoa, que fora candidato à vice-presidência e apoiador de Getúlio Vargas, é assassinado a tiros. Embora sua morte tenha sido fruto de desavenças locais, o *timing* não podia ser pior para o governo federal e o candidato eleito. O ardor revolucionário entre os partidários do golpe e a rearticulação do movimento golpista se espalham de forma vertiginosa. Com a participação de Borges de Medeiros e Góis Monteiro, articula-se o levante militar. No dia 3 de outubro, ao fim do horário de expediente militar, inicia-

¹⁹ ARAÚJO, Fernando. Manifesto de Maio. **Marxists**, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>. Acesso em: 12 fev. 2023.

²⁰ ARAÚJO, Fernando. Manifesto de Maio. **Marxists**, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>. Acesso em: 12 fev. 2023.

²¹ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 79.

²² CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 79.

se o levante em Porto Alegre. O sucesso da revolta acontece na grande maioria do país, encontrando pequenos focos de resistência:

Praticamente só resistiam São Paulo e Rio, Bahia e Pará. Washington Luís teimosamente certo de que a situação era boa para o governo e mal informado pelo seu Estado-maior, acreditava em reagir e dominar a situação [...] O ato de Washington Luís convocando reservistas fez transbordar logo as primeiras chamadas o sentimento de hostilidade da população, facilitando o trabalho dos conspiradores. A certos generais que tinham sido trabalhados anteriormente (Tasso Fragoso, Malan D'Angrogne, etc.) juntaram-se outros (Mena Barreto, Leite de Castro, Bertoldo Kingler etc.), além de elementos da Marinha (Santos de Noronha e outros), preparando-se para a deposição do Presidente. De 21 a 24 ultimam-se os planos, e na madrugada de 23 as tropas, tornadas rebeldes, ocupavam a capital federal.²³

Assim, descreve o jornal *Correio da Manhã*, os acontecimentos do dia 23 para o dia 24, “eram 6 horas da tarde, quando o sr. Washington Luís abandonou o palácio, em auto oficial da presidência, tendo a sua direita o cardeal d. Sebastião Leme e mais o vigário geral, monsenhor Costa Rego e general Tasso Fragoso”.²⁴ A chamada Junta Militar²⁵ (ou junta governativa), sob comando dos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaias de Noronha, depuseram Washington Luís e assumiram seu posto.

No Nordeste, Juarez Távora seria o encarregado de comandar as tropas. A Bahia ocupava certo papel de destaque no fim da Primeira República. O governador do estado, Vital Soares viria a ser o escolhido para ser vice-presidente da chapa situacionista encabeçada por Júlio Prestes. Com a quebra da aliança de Minas Gerais e São Paulo, era a Bahia que ascendia agora ao lado dos paulistas. Contudo, o contexto político e social não era tão homogêneo. José Joaquim Seabra, político tradicional da Bahia e fundador do Partido Republicano Democrático, que já havia sido deputado federal por diversas vezes e governador do estado, empenhava-se ferrenhamente contra Vital Soares e seus aliados. Teve importante papel na chamada Reação Republicana²⁶ no início dos anos 20 e participou ativamente das

²³ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 83.

²⁴ CORREIO da Manhã (RJ) – 1900 a 1970. **Hemeroteca Digital Brasileira**, 1930. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²⁵ A Junta Militar também conhecida pelos nomes de Junta Pacificadora e Junta Militar Provisória, depôs Washington Luís no dia 24 de outubro e governou até a chegada de Getúlio Vargas em 3 de novembro.

²⁶ A Reação Republicana como ficou conhecida, foi um movimento de contestação à política dos governadores. J. J. Seabra foi escolhido para ser o vice-presidente da chapa oposicionista em 1922.

campanhas da Aliança Liberal no Estado na década seguinte, organizando caravanas para fazer campanha à Getúlio Vargas.²⁷ Ao lado do político gaúcho João Neves da Fontoura, percorreram o interior do estado promovendo diversos comícios.

Importante líder do movimento tenentista e natural do Ceará, Juarez Fernandes do Nascimento Távora fazia parte da ala militar dos aliancistas. Teve participação ativa na Coluna Prestes-Miguel Costa, sendo preso e indo para o exílio após fugir da prisão. Militar de formação, recebia as instruções e articulava a tomada do nordeste*. Conforme nos assinala Raimundo Lopes:

[...] Juarez Távora, o líder da 'Revolução no Norte' que, desde o dia 20, montara o Quartel General das Forças Revolucionárias a bordo no navio Joaquim Távora [...] O movimento de outubro de 30, na região Norte, foi amplo e marcado pelo apoio da população. Os revolucionários também quase não encontraram resistência por parte dos governistas. A vitória veio através de uma campanha militar que tomou as guarnições da região, com alguma participação de voluntários civis.²⁸

Edgard Carone assinala que Juarez Távora num primeiro momento acaba tendo que fugir de Recife devido à um equívoco no horário e no insucesso de tomada de uma guarnição. Refugia-se na Paraíba e em seguida retorna à Bahia com reforços e assegura o controle do Estado.²⁹ O ex-tenente que ficaria conhecido como, Vice-Rei do Norte, é peça central no sucesso da Revolução de 30 na região, liderando as poucas campanhas militares necessárias. A partir disso, se torna uma figura política extremamente relevante no Norte, indicando interventores nos Estados. As relações intra-oligárquicas estabelecidas e em ebulição com o sucesso da Revolução de 1930 são fundamentais para entendermos o contexto político da Bahia nos anos 30 e seu desenrolar. Com a posse de Vargas, Juarez Távora indica alguns nomes para a interventoria do Estado, sendo o escolhido um nome de outra figura importante do tenentismo: Juracy Magalhães.³⁰

²⁷ EVANGELISTA, Eliana Batista. **A Bahia para os baianos: Acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930 – 1937)**. 537 f., 2018. Tese – (Doutorado em História), Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2018, p. 43. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1._tese_-_eliana_batista-completa_impressao_1.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

²⁸ LOPES, Raimundo Hélio. As várias fronteiras de um líder: Juarez Távora, o norte e a construção do herói no imediato pós-1930. **Revista de Pesquisa Histórica**, Programa de Pós-Graduação em História UFPE, v. 30, n. 1, 2012, p. 02. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24324>. Acesso em: 12 fev. 2023.

²⁹ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 82.

³⁰ PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Juracy Magalhães: entre memórias e a construção de sua imagem pública (1931-1937). **XXVII Simpósio Nacional de História**, Conhecimento histórico e

Juraci Montenegro Magalhães nasceu no Ceará no dia 4 de agosto de 1905. Quando mais velho, ingressou na Escola Militar de Realengo no Rio de Janeiro. Militar, se engajou nos anos 20 com os levantes tenentistas e conheceu Juarez Távora na clandestinidade. O estado da Bahia não havia sido um dos Estados que apoiaram de fato os aliancistas e nem o levante de Getúlio Vargas, mesmo que tenha havido adesão popular. No mundo das elites e dos políticos tradicionais, ainda seria um lugar de disputas e incertezas. Os primeiros dois interventores nomeados para o cargo, os civis Leopoldo Afrânio do Amaral e Artur Neiva, duraram poucos meses cada.³¹ A insegurança com o rumo a ser tomado no Norte devido aos constantes conflitos das oligarquias locais, leva ao Governo Provisório, principalmente na figura de Getúlio Vargas, a nomear Juraci Magalhães à interventoria em 1931. Um nome forte da linha tenentista, que não foi bem recebido pelas oligarquias e teve de enfrentar intensa oposição. Segundo Nassáro “ele conseguiu a proeza de unir contra si inimigos outrora irreconciliáveis”.³²

A Bahia dos anos 20, dominada por famílias e nomes como Mangabeira, Góes Calmon, Seabra³³, entre outros que figuravam uma batalha intrínseca das elites por hegemonia política, veriam Juraci (um cearense) como um forasteiro, alguém até mesmo indigno que ascendeu ao poder através da indicação de Juarez Távora. Esses e outros importantes nomes se unificariam para construir uma oposição a Getúlio Vargas e principalmente a Juraci Magalhães na Bahia, que ficou conhecida

diálogo social, Natal, 2013, p. 02. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364656127_ARQUIVO_JURACYMAGALHA_ESENTREASMEMORIASEACONSTRUCAODESUAIMAGEMPUBLICA_1931-1937_.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

³¹ Segundo Carlos Nassáro Araújo, Leopoldo Afrânio do Amaral, o primeiro interventor, não resistiu às pressões e divergências internas das oligarquias baianas. O segundo interventor, Arthur Neiva, tentou enfrentar as oligarquias através de mudanças administrativas, sendo rapidamente substituído. Para entender mais ver PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Juracy Magalhães: entre memórias e a construção de sua imagem pública (1931-1937). **XXVII Simpósio Nacional de História**, Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, 2013, p. 02. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364656127_ARQUIVO_JURACYMAGALHA_ESENTREASMEMORIASEACONSTRUCAODESUAIMAGEMPUBLICA_1931-1937_.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023..

³² PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Juracy Magalhães: entre memórias e a construção de sua imagem pública (1931-1937). **XXVII Simpósio Nacional de História**, Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, 2013, p. 02. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364656127_ARQUIVO_JURACYMAGALHA_ESENTREASMEMORIASEACONSTRUCAODESUAIMAGEMPUBLICA_1931-1937_.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

³³ Embora, como apontamos, J. J. Seabra tenha sido um forte apoiador da Aliança Liberal e da Revolução na Bahia, o mesmo esperava ser nomeado como interventor após o sucesso do golpe. Alijado do poder, soma-se à oposição contra Vargas no Estado após a nomeação de Juraci Magalhães.

como movimento Autonomista. Segundo o próprio Juracy em depoimento para o jornalista J. A. Gueiros em seu livro, *O Último Tenente*, de 1996, “Eu era, de fato, um estranho no ninho, um tenente forasteiro que ousava pisar naquele solo sagrado há muito presidido por santos irredutíveis e ciumentos”.³⁴ Ainda que encontrasse um cenário não muito favorável, a habilidade política do novo interventor seria posta à prova durante seu início de governo. Medidas como o arquivamento de processos de caráter político, fim às ameaças de confisco de bens e prisões arbitrárias serviriam como um gesto de que o novo governo estaria disposto a recuar em alguma medida na repressão, ao menos com as oligarquias da Bahia que ainda estavam vacilantes quanto aos rumos da nova gestão pública.³⁵

As medidas administrativas e as reuniões com figuras da política local surtiam efeito e irritavam cada vez mais uma oposição que se utilizava dos meios que lhe cabiam para tentar atacar o governo e suas novas alianças. Segundo Nassáro:

Pelos jornais da capital baiana era possível flagrar os movimentos efetuados por aqueles que aderiam ao novo interventor. O *Diário da Bahia*, que até agosto de 1932 era ligado aos seabristas, portanto ferrenhos opositores de Juracy Magalhães, detectaram prontamente a debandada de ‘velhos políticos’ para as hostes governistas’.³⁶

Juracy Magalhães se propôs desde sua chegada a republicanizar a república e almejava ser o organizador da “obra de restauração econômica e financeira do Estado”³⁷ sob o novo horizonte da Revolução. Entretanto, o que seus livros de memórias não mostram era a repressão e as manobras políticas que arregimentou durante seu período como interventor. A repressão aos protestos estudantis, no qual abordaremos adiante, em que se encontrava Marighella, a prisão de alguns opositores e a compra de veículos de imprensa, também caracterizaram sua passagem como interventor.³⁸

³⁴ MAGALHÃES, Juracy, *O último tenente*. 2. ed. São Paulo: Record, 1996, p. 128.

³⁵ MAGALHÃES, Juracy, *O último tenente*. 2. ed. São Paulo: Record, 1996, p. 130.

³⁶ PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 10, n. 1, 2020, p. 83. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/8275>. Acesso em: 27 jan. 2023.

³⁷ MAGALHÃES, Juracy M. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984, p. 84.

³⁸ MAGALHÃES, Juracy M. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

Através de alianças com políticos tradicionais, membros da burguesia comercial e coronéis do interior do Estado³⁹, Juracy conseguiu construir uma forte base de apoio e estabilidade política.

1.2 MARIGHELLA, SUA FAMÍLIA E BREVE RESUMO DE SUA FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA ATÉ O RJ

*Juraci! Onde estás que não respondes?!
Em que escuso recanto tu te escondes,
Quando zombam de ti?!
Há duas noites te mandei meu brado,
Que embalde desde então corre alarmado...
Onde estás, Juraci? [...]
Basta, senhor tenente! De teu bucho
Jorre através das tripas um repuxo
De Judas e sandeus!
Há duas noites... eu soluço um grito...
Escuta-o conclamando do infinito
À morte os crimes teus!*

Carlos Marighella. *Voices da Mocidade Acadêmica*.⁴⁰

Carlos Marighella era filho de Augusto Marighella e Maria Rita do Nascimento. Seu pai era um operário imigrante da Itália e sua mãe trabalhava na casa de uma família francesa, e possivelmente descendia de escravos libertos da etnia Haussá vindos da África.⁴¹ O casal se conheceu em meados dos anos 1920 e iniciaram um relacionamento que resultou em casório e 8 filhos. Augusto que ocuparia profissões como motorista e mecânico de caminhões de lixo, tinha qualificação profissional como ferreiro, ainda da sua vida na Itália. Segundo a biografia feita por Mario Magalhães, Augusto veio da Itália com a mãe para morar em São Paulo após a morte

³⁹ Para entender melhor acerca deste processo de formação de uma base política mais sólida através da aliança com setores da burguesia e os coronéis do interior. PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934). **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 10, n. 1, 2020, p. 83. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/8275>. Acesso em: 27 jan. 2023.

⁴⁰ Escrito na Penitenciária da Bahia em 1932.

⁴¹ Quanto a este assunto é difícil determinar com exatidão uma resposta para a questão. Marighella afirmou em um de seus poemas, intitulado "Canto para o atabaque" que sua avó era negra Haussá (povo da região da Nigéria e do Sudão) e fora escravizada. No livro biográfico Carlos Marighella: O homem por trás do mito escrito por Cristiane Nova e Jorge Nova, Maria Rita é descrita como neta de Haussás escravizados. Para Emiliano José em sua obra Carlos Marighella: O inimigo número um da ditadura militar, ele corrobora a afirmação de Marighella. É só com a obra de Mário Magalhães, Marighella o guerrilheiro que incendiou o mundo, que é posto em dúvida a afirmação feita no poema. Para José Sizílio, o mais provável é que a mãe de Maria Rita nasceu de fato no Brasil e que seus avós possivelmente fossem escravos trazidos da África. Para ver mais sobre ver José Sizílio, Vai Carlos, ser Marighella na vida.

do seu pai. Em busca de trabalho embarcou para a Bahia em 1907 aos 23 anos de idade.⁴² Interessante levantarmos a questão do porquê da escolha de Salvador, não se dando provavelmente por grandes oportunidades de emprego. A cidade, antiga capital do país, era a terceira mais populosa, atrás somente de São Paulo e do Distrito Federal, Rio de Janeiro.⁴³ Sendo assim, o prestígio e a grande quantidade de habitantes no período, foram possivelmente as principais razões para a escolha do migrante.⁴⁴ Sobre a vida profissional de Augusto, Emiliano José acrescentaria:

Augusto era um mecânico revolucionário, sobretudo na tecnologia. Introduziu na Bahia o martelo de borracha, para serviços de recuperação em lataria de automóveis. Ensinou os baianos a produzir um combustível líquido a partir de produtos vegetais, que alimentava os motores carentes de gasolina, em falta durante a Segunda Guerra. Era o combustível usado especialmente na Chapada Diamantina, região central do Estado, nos garimpos de pedras preciosas. Na mesma época, ensinou muita gente a converter motor a gasolina em motor a gasogênio.⁴⁵

No dia, 5 de dezembro de 1911, nasceu Carlos Marighella. Embora sua vida ainda na infância não seja muito conhecida, sabe-se que estudou no Ginásio da Bahia nessa fase. Quando completou 18 anos ingressou na Escola Politécnica da Bahia para estudar Engenharia. Sizilio levanta uma questão importante acerca da condição social da família. Embora haja muita idealização acerca da figura mítica de Carlos Marighella como um militante oriundo das classes populares, ele estudou em uma escola particular, algo muito diferente da maioria dos jovens do período. A família de Marighella gozava de condições financeiras estáveis, como este indício pode mostrar. Embora seja difícil precisar a exata condição financeira da família, sem dúvidas, não passavam extrema necessidades, como tampouco viviam sob algum luxo.⁴⁶

⁴² MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 33.

⁴³ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1920.

⁴⁴ JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

⁴⁵ JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997, p. 123.

⁴⁶ SIZILIO, Ricardo José. **“Vai, Carlos, Ser Marighella na vida”. Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)**. 354 f., 2017. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22096>. Acesso em: 14 fev. 2023.

A vida no bairro popular Baixa dos Sapateiros, ao que tudo indica era simples e Marighella trabalhava como professor particular, enquanto Augusto labutava em sua oficina mecânica. Para Tereza Marighella, em depoimento concedido ao historiador Edson Teixeira da Silva Junior, “Ele [Augusto Marighella] fazia de tudo numa oficina mecânica, tinha solda elétrica, solda, ferreiro, conserto de automóvel”.⁴⁷ Ela entendia que, “A vida dele era toda na oficina” ao passo que realizava por necessidade, “mas o sustento vinha dali”.⁴⁸ Carlos Marighella, que se formou no Ginásio em 1931, conseguiu obter o título de bacharel e se tornou capacitado para ser professor do ensino ginasial.⁴⁹ Entretanto, os caminhos do jovem Carlos Marighella seriam outros. Sua trajetória começou a se esbarrar com a do interventor cearense na Bahia Juracy Magalhães no ano de 1932, quando se encontrava já cursando Engenharia na Escola Politécnica. O confronto entre os dois teria outro capítulo mais para frente também quando ambos seriam deputados federais pela Bahia.

No dia 9 de julho de 1932, estoura em São Paulo uma nova rebelião. A disputa entre parte das oligarquias e de figuras do tenentismo (que haviam neste momento ocupado as interventorias e pressionavam Vargas por uma maior censura à oposição) chegava num ápice e tomava contornos militares. Enquanto as oligarquias dos três principais Estados (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) da federação negociavam maneiras de combater o tenentismo e sua influência no governo, a via militar, encabeçada pela oligarquia paulista, ilustrada em nomes como Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger e Marcondes Salgado, decidem pelo enfrentamento pela via armada sem esperar as conclusões de negociações com o governo provisório. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha intercepta um documento que sugeria à Frente Única Gaúcha que Borges de Medeiros tomasse sua posição no Estado, o que resulta no apoio à Getúlio Vargas e o envio de tropas para combater os paulistas.⁵⁰ Em Minas, a revolta é rapidamente suprimida sob as orientações de Virgílio de Melo Franco, Olegário Maciel e Benedito Valadares, homens de confiança

⁴⁷ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 169.

⁴⁸ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 169.

⁴⁹ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 50.

⁵⁰ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 101.

de Getúlio. Em São Paulo, embora houvesse adesão da pequena burguesia, a escassez de armamentos e a apatia do operariado, aliados à falta de apoio das demais oligarquias regionais, seriam fatais.⁵¹ Após embates violentos e três meses de duração, a Revolução Constitucionalista de 1932 como viria a ser conhecida, encontrou seu fim.

Na Bahia, o apoio veio principalmente dos estudantes, tanto secundaristas como universitários. O Ginásio da Bahia e a Faculdade de Medicina seriam os polos de protestos na cidade de Salvador. As manifestações também eram direcionadas contra Juraci Magalhães, que desencadearia uma forte repressão aos estudantes.⁵² No dia 22 de agosto daquele ano, um protesto ocorrido na Faculdade de Medicina terminaria em morte e prisões. Centenas de estudantes foram detidos com o cerco policial que se estabeleceu na universidade e um civil foi morto por disparo de arma de fogo. No dia seguinte, o jornal Diário de Notícias de propriedade do senhor Altamirando Requião, que adotava naquele período um apoio crítico ao governo⁵³, estampava em sua capa que:

A mocidade acadêmica foi o elemento fácil de exploração. Geraram um ambiente que determinou a rebeldia por parte dos acadêmicos de Medicina, que ocuparam militarmente o edifício da tradicional escola, iniciando o motim, na esperança de adesões.⁵⁴

A caracterização do movimento como elemento de fácil exploração, sinalizando que os jovens estariam sendo manipulados pela oposição, seria o tom das críticas nos jornais:

O povo baiano, por toda as suas classes sociais, manifestou-se solidário com o Governo. Este, podendo, agir pela força, dispondo de todos os meios para tomar militarmente o velho edifício de nossa tradicional Escola, preferiu isola-la e aguardar que o bom senso vencesse a paixão de alguns, a boa-

⁵¹ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 101.

⁵² DIAS, José Alves; PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Narrativas Epsódicas: imprensa e memória nas manifestações estudantis de 1932 na Bahia. **Dimensões do Regime Vargas**, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun., 2017. ISSN 2176-4174, p. 150.

⁵³ DIAS, José Alves; PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Narrativas Epsódicas: imprensa e memória nas manifestações estudantis de 1932 na Bahia. **Dimensões do Regime Vargas**, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun., 2017. ISSN 2176-4174, p. 155.

⁵⁴ DIAS, José Alves; PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Narrativas Epsódicas: imprensa e memória nas manifestações estudantis de 1932 na Bahia. **Dimensões do Regime Vargas**, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun., 2017. ISSN 2176-4174, p. 156.

fé de outros, deixando desmascaradas as raposas, que procuram fugir às grandes e criminosas responsabilidades⁵⁵

Em um de seus livros de memórias, Juraci Magalhães viria a justificar o ocorrido e corroborar a versão do jornal:

Quando estourou a revolta em São Paulo, os conspiradores na Bahia procuraram sublevar os estudantes. No auge da agitação dos jovens inexperientes da Faculdade de Medicina, alguém disparou um fuzil, atingindo um comerciário. As investigações iniciais mostraram que o pobre homem, vítima de uma bala perdida, nada tinha a ver com o movimento nem com o governo, mas os rapazes se amotinaram dentro do recinto da Faculdade, impedindo a entrada de qualquer delegado. Fui obrigado a tomar uma atitude enérgica e mandei prender todos eles num pavilhão recém-construído da penitenciária de Salvador para que fosse ouvidos em inquérito. Tinha de manter a ordem no meu estado mesmo quando todo o país entrava em ebulição. Por coerência, defendia o governo federal que me outorgara o poder.⁵⁶

Um dos 512 estudantes presos naquela ocasião, era Carlos Marighella. No cárcere escreveria um poema zombando do interventor Juraci Magalhães, chamado “Vozes da Mocidade Acadêmica”, paródia do — Vozes da África — de Castro Alves. Para Marighella, Juracy era “um boçal”. Em um dos versos, também diz que “foi depois dos discursos... Um ‘secreta’, símbolo ideal da insensatez concreta feriu um popular...”⁵⁷. Embora quem matou o civil naquele protesto não foi identificado, acusações eram feitas de ambas partes. A disputa entre Carlos Marighella e Juracy Magalhães tomariam contornos pessoais e que seriam centrais na trajetória do primeiro na sua vida dali em diante. Segundo Mário Magalhães, “o inofensivo poema de Marighella fez furor, disseminado em cópias manuscritas, e Juracy soube contra quem fazer a ‘sua’ guerra”⁵⁸. Fato é que a repressão aumentou em Salvador e Marighella não compareceria nem para realizar os exames finais do seu curso naquele ano.

Saiu da prisão no dia 24 de agosto, totalizando dois dias no cárcere. Entraria em contato com o Partido Comunista por volta desse período, sendo figura importante no movimento estudantil local e na organização do partido no estado. O

⁵⁵ DIAS, José Alves; PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Narrativas Epsódicas: imprensa e memória nas manifestações estudantis de 1932 na Bahia. **Dimensões do Regime Vargas**, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun., 2017. ISSN 2176-4174, p. 156.

⁵⁶ MAGALHÃES, Juraci. **O último tenente**. 2. ed. São Paulo: Record, 1996, p. 144.

⁵⁷ MARIGHELLA, Carlos. Vozes da Mocidade Acadêmica. **Recordação Do XXII de Agosto - Paródia a "Vozes da África" de Castro Alves**, 1932. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1932/08/22.htm>. Acesso em: 14 jan. 2023.

⁵⁸ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 63.

Partido Comunista do Brasil havia sido fundado em 1922, ainda tinha uma organização precária e de estrutura infinitamente menor se comparado aos partidos das oligarquias. Quando da sua fundação, nenhum dos 73 membros fundadores era baiano. O estado, como visto, caracterizava-se pela atuação dos coronéis nos sertões e não havia muita atuação dos comunistas, até então. Marighella dirigia a célula de militantes na faculdade e rapidamente ascendeu ao papel de dirigente partidário na Bahia.

Sua trajetória no curso de engenharia terminaria no ano de 1934. Ele foi acusado pela direção da escola de roubar provas, sendo suspenso de comparecer à universidade. Sua atuação como militante já era conhecida tendo em vista sua prisão e o atrito com o interventor, e somado com o fato de o Partido Comunista estar posto na ilegalidade, ele era alvo recorrente de repressão na cidade. Com o cerco fechando cada vez mais, as acusações feitas contra sua pessoa no caso do suposto roubo de provas da faculdade e seu engajamento na militância, o partido orienta Marighella a se mudar para o Rio de Janeiro por volta de 1935.

Já no ano de 1947 quando Carlos Marighella e Juracy Magalhães exerciam seus cargos como deputados federais eleitos após a promulgação da constituição de 1946, ambos entrariam em discussões e ameaças no plenário quando o primeiro discorria sobre a situação da Bahia e tecia críticas à Otávio Mangabeira, governador do Estado na época:

O Sr. "O Sr. Juracy Magalhães – Não será com esse sofisma que V. Ex. ° conseguirá iludir os seus ouvintes.

O SR. CARLOS MARIGHELLA- Não há sofisma. Cito fatos concretos.

O Sr. Juracy Magalhães – O que há de concreto é o plano de assistência social do Governador Octavio Mangabeira, o qual constituirá a redenção das classes pobres da Bahia.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – O nobre Deputado é cearense...

O Sr. Juracy Magalhães – Com o que muito me honro.

O SR. CARLOS MARIGHELLA - ... mas viveu na Bahia bastante tempo. ...

O Sr. Juracy Magalhães – O tempo suficiente para conhecer V. Ex. °

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Eu e o povo da Bahia temos tempo suficiente para conhecer melhor a V. Ex. ° do que quanto diz saber a meu respeito. O Sr. Deputado Juracy Magalhães veio há pouco tempo da Bahia, onde percorreu quilômetros e quilômetros do interior, em propaganda eleitoral e deve saber, perfeitamente, que o nosso Estado não tem luz nem água. Pergunto a V. Ex. °: qual o plano do Sr. Octavio Mangabeira para resolver tais problemas?

O Sr. Juracy Magalhães - Responderei a V. Ex. °: ao Governador Octavio Mangabeira não poderá ser atribuída responsabilidade por uma situação que já vem de dezenas de anos.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Inclusive do governo de V. Ex. °.

O Sr. Juracy Magalhães – O orador não ignora que procurei, em parte, resolver o problema, pois: no meu Governo, realizei a captação do Rio do Cobre e do Rio Ipiranga.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Sei de tudo que houve no Governo de V. Ex.º. Sei da captação de águas e também da decapitação de alguns democratas.

[...]

O Sr. Juracy Magalhães – Vossa Excelência sabe bem da minha luta.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Sei da luta de V. Ex.º com o engenheiro Pimenta da Cunha, Prefeito da Capital e que por não concordar com V. Ex.º, foi demitido.

O Sr. Juracy Magalhães – O orador está falseando a verdade.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Estou apenas apresentando os fatos, de acordo com a realidade. [...] Posso articular os fatos que toda a Bahia conhece como antidemocráticos quando V. Ex.º mandou espancar o estudante Câmara, os jornalistas Venceslau Galo e Simões Filho e quando ameaçou de chicote o jornalista Mário Monteiro.

O Sr. Juracy Magalhães – V. Ex.º sabe perfeitamente que não mandei espancar ninguém. Repete, por mera conveniência. Mas o que sabe Vossa Excelência é que meti V. Ex.º na cadeia, atitude que repetiria se os fatos se reproduzissem.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – É uma vocação de V. Ex.º meter na cadeia. Eu também fui ameaçado por V. Ex.º em 32 de ser espancado e de ficar com os ossos triturados.⁵⁹

No dia 9 de dezembro, Marighella discursava sobre a situação da Bahia e dos problemas que o Estado vinha sofrendo. Levou um exemplar do jornal O Momento⁶⁰ de Salvador à tribuna e começou a utilizá-lo para “notificar” os deputados dos acontecimentos. Juracy, em um aparte, questiona se o orador “está lendo ‘O Momento’ da Bahia?”. O que é prontamente respondido por Marighella que “estou me inspirando no ‘O Momento’, mas fazendo comentários meus”. Naquele momento, os deputados comunistas defendiam os próprios mandatos que estavam sob ameaça, tendo em vista a cassação do PCB em maio daquele ano:

O Sr. Juracy Magalhães – Se é ‘O Momento’ que V. Ex.º está lendo dispenso-me de fazer comentários a respeito desse jornal e de V. Ex.º.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Sei disso. O jornal é muito conhecido e V. Ex.º achou compreensíveis as medidas da ditadura tomadas contra ele, como o empastelamento. Posso lê-lo, se V. Ex.º deseja, pois é um jornal autorizado e muito querido do povo da Bahia. Não pense V. Ex.º que, com as atitudes que vem tomando continuaria a enganar o povo de minha terra, que já está farto de palavras. [...] Mas, os fatos aí estão, e o futuro dirá sobre eles. Não será pretendendo cassar mandatos daqueles que estão incomodando V. Ex.º que se há de fazer democracia.

[...]

⁵⁹ BRASIL. **Comissão Especial de Inquérito Sobre Atos Delituosos da Ditadura**, Diário do Congresso Nacional, 1947.

⁶⁰ O jornal O Momento foi o órgão oficial do Partido Comunista do Brasil criado em 1945 com a abertura democrática concedida ao Partido. Principal meio de difusão e informação dos comunistas na Bahia, durou até a segunda metade da década de 50.

O Sr. Juracy Magalhães – Estou contra toda bancada a que pertencem VV EEx.º.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – Isso também não é novidade. É um direito que nos assiste fazer de V. Ex.º o nosso juízo. Diante do problema da cassação de mandatos, pode-se ter um padrão muito claro dos que se dizem democratas e procuram aparecer travestidos de cordeiro.

O Sr. Juracy Magalhães – Eu cassarei os mandatos de VV EEx.º.

O SR. CARLOS MARIGHELLA – V. Ex.º está muito auto-suficiente ao dizer que cassará mandatos. Vossa Ex.º não é mais Interventor, como no tempo em que a Bahia não tinha ‘H’, quando podia manejar o chicote e espancar jornalistas em praça pública. A posição de V. Ex.º está, agora, bem clara, pois aquela roupagem de cordeiro caiu, e V. Ex.º neste momento aparece como o lobo diante do ‘chapeuzinho vermelho’ da democracia.⁶¹

O Partido Comunista do Brasil nasceu a partir de militantes oriundos do anarquismo, influente na classe operária nos anos 1920. Pode citar participações importantes com direta influência dos anarquistas como, por exemplo, a greve geral de 1917. A primeira década de existência é marcada principalmente pelo estabelecimento do partido e começo da chegada da literatura marxista no país. A primeira tradução do Manifesto Comunista de Karl Marx é feita só no ano de 1923 por Octávio Brandão que também publica o primeiro ensaio marxista sobre a realidade brasileira na história conhecido como — Agrarismo e Industrialismo. O reconhecimento do partido pelo Komintern⁶² foi fundamental para a concretização do PC brasileiro. Na primeira década de existência, o PCB passou por diversas instabilidades e reformulações na sua base dirigente. As ingerências da Internacional Comunista batiam de frente com as ações e a linha política que vinha sendo estabelecida pelo partido. Quando a IC (Internacional Comunista) identificou desvios de direita e classificou os dirigentes do PC brasileiro como mencheviques, decidiu pela expulsão dos mesmos e impôs uma necessidade de proletarização no seio do partido. Essa nova maneira de organização ficaria conhecida como — política obreirista — que consistia em uma corrente anti-intelectual e ocasionaria a expulsão daqueles quadros que não eram operários. Nomes renomados como Octavio Brandão, Astrojildo Pereira e Leandro Basbaum, fundadores do PCB, foram removidos de seus cargos e do partido.⁶³

⁶¹ BRASIL. **Comissão Especial de Inquérito Sobre Atos Delituosos da Ditadura**, Diário do Congresso Nacional, 1947, p. 37.

⁶² Komintern (do alemão Kommunistische Internationale) em português Internacional Comunista, foi uma organização criada para agregar partidos e movimentos comunistas do mundo todo. Em 1919 foi refundada por Vladimir Lenin e sob a liderança de Stálin no século 20 ganhou forte peso de liderança no mundo inteiro.

⁶³ CARONE, Edgar. **O PCB**. v. 3. São Paulo: Difel, 1983, p. 66-67.

O PCB na segunda metade dos anos 20 optou por uma frente ampla para participar das eleições legislativas daquele período. Propôs a criação junto de outros partidos e candidatos populares, do Bloco Operário e Camponês, para:

[...] unir, reunir numa frente única todas as forças proletárias que se apresentam para o combate eleitoral. É o próprio interesse proletário – que o PCB põe acima de tudo, visto como o interesse proletário é o próprio interesse do comunismo – que comanda, em momentos tais, a coesão e a unificação das forças diante do inimigo comum.⁶⁴

Esta linha de atuação configurava-se numa aliança com setores da burguesia nacional e visava um crescimento do partido através de sua inserção na via institucional, se alçando como representante das pautas operárias.

O BOC (Bloco Operário Camponês) representaria a primeira experiência de eleição do Partido Comunista no Brasil, obtendo êxito logo em sua primeira participação com a eleição do médico Azevedo Lima a deputado federal. No Rio de Janeiro, obteve sucesso com as eleições a vereadores de Octavio Brandão e Minervino de Oliveira. Nas eleições presidenciais de 1930 lançou Minervino Oliveira e Gastão Valentim para presidente e vice-presidente respectivamente. Além do Rio, o BOC lançou candidaturas em outros 3 Estados e no Distrito Federal. Mesmo com o relativo sucesso da frente e do crescente do Partido, as divergências internas aumentavam, principalmente com a intervenção da IC e seu parecer negativo quanto às iniciativas do PCB de estabelecer alianças políticas.⁶⁵ Para Del Roio:

Octavio Brandão e Minervino de Oliveira procuraram manter contato direto com aqueles cujos interesses pretendiam representar, participando da organização e animação de greves e promovendo comícios; participaram, por exemplo, do comício de 23 de agosto da Liga Antiimperialista, presidida por Maurício de Lacerda, mas engendrada pelo PCB. Desde agosto começaram a atacar a Aliança Liberal e com isso foram os intendentess do BOC progressivamente se afastando de seu aliado Mauricio de Lacerda e dos liberais do Partido Democrático, com os quais faziam frente única contra os conservadores republicanos, até se completar a ruptura em outubro, em áspero debate sobre as posições de Luís Carlos Prestes.⁶⁶

Com a vitória do stalinismo e sua linha política tornando-se absoluta na URSS (União Soviética) e por consequência na IC, a tese dos perigos dos desvios de direita ganha força. Em setembro de 1929, chega ao continente a — Carta aberta aos

⁶⁴ CARONE, Edgar. **O PCB**. v. 3. São Paulo: Difel, 1983, p. 66-67.

⁶⁵ CARONE, Edgar. **O PCB**. v. 3. São Paulo: Difel, 1983.

⁶⁶ ROIO, Marcos Del. **A Classe operaria na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1935. São Paulo: Oficina de livros, 1990, p. 178.

Partidos comunistas da América Latina sobre os perigos da direita — onde condenava veementemente qualquer aproximação com outros partidos ou movimentos socialistas e social-democratas, taxando-os como reformistas e com uma tendência de “fascistização”. A linha pecebista foi muito atacada pela Carta, acusando o BOC de oportunismo e que o Partido Comunista era escondido das massas pela falta de protagonismo, retirando seu papel de líder do proletariado.⁶⁷

Seguindo essa escalada de ingerência por parte da IC sob os Partidos comunistas latino-americanos, em 1930, a Classe Operária publica em seu jornal a —Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira. Esse documento consistia numa crítica ferrenha das ações e das leituras políticas feitas pelo PC brasileiro, chamando o BOC de “segundo partido operário, que não faz uma política revolucionária consequente”.⁶⁸ Na visão elaborada em fevereiro daquele ano em Moscou “este partido tem seus estatutos, suas organizações nas fábricas. Na realidade, ele se substitui ao partido comunista, em vez de cobri-lo legalmente e de liga-lo com as massas operárias”.⁶⁹ Na esteira do embate contra a Oposição de Esquerda⁷⁰ na União Soviética, a análise também passava por associar os erros a uma “crise revolucionária” que seria fruto de seu tempo. Dessa forma, entendia-se que:

[...] o programa do Bloco Operário e Camponês, composto de diversas reivindicações, absolutamente desligadas das palavras de ordem revolucionárias fundamentais e resultantes da crise revolucionária crescente, demonstra o falso caminho em que se meteu a política do Bloco Operário e Camponês.⁷¹

Ressaltava-se ainda que era impreterioso que o Partido comunista se desligasse de toda e qualquer relação com os ditos partidos pequeno burgueses (socialistas e social-democratas) e assumisse a frente como único e verdadeiro partido revolucionário do proletariado. Era necessário também que:

⁶⁷ ROIO, Marcos Del. **A Classe operaria na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1395. São Paulo: Oficina de livros, 1990, p. 123-124.

⁶⁸ ROIO, Marcos Del. **A Classe operaria na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1395. São Paulo: Oficina de livros, 1990, p. 123-124.

⁶⁹ ROIO, Marcos Del. **A Classe operaria na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1395. São Paulo: Oficina de livros, 1990, p. 123-124.

⁷⁰ A ala encabeçada por renomados dirigentes como Trostski e depois unificada por Zinoziev e Kamenev, foi uma corrente dentro do Partido Comunista da União Soviética que se opôs abertamente à ascensão de Stálin e sua crescente centralização de poder.

⁷¹ ROIO, Marcos Del. **A Classe operaria na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1395. São Paulo: Oficina de livros, 1990, p. 123-124.

[...] o partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização consequente e firme da política proletária revolucionária.⁷²

Com o desligamento dos principais dirigentes e a assimilação do obreirismo no Partido, assume como secretário geral do PCB Heitor Ferreira de Lima, no lugar de Astrojildo Pereira. O partido já vinha adotando uma crítica à Prestes, afirmando que “apesar da sua nova posição [Manifesto de Luís Carlos Prestes sobre se tornar comunista] esses elementos revolucionários da Coluna Prestes não perderam a sua natureza de pequeno burgueses”.⁷³ Ao aponta-lo como manifestação da pequena burguesia, ressaltou em publicação no A Classe Operária de 8 de junho de 1930 que não cairia na ilusão do Prestismo, e que o manifesto feito por ele só confirmava a assertividade da linha que vinha sendo adotada pelos comunistas brasileiros.

A luta do PC brasileiro seria em nome da hegemonia do proletariado, vendo em Prestes uma ameaça à sua capacidade de direção e da sua pretendida soberania de arregimentação dos trabalhadores. Embora o partido tenha conseguido nos primeiros anos um importante crescimento através de sua política de alianças e uma considerável inserção na política oligárquica do período, mesmo naquele momento a estrutura organizativa era muito precária. Fica claro que, as análises das conjunturas publicadas pelo PCB muitas vezes se descolam da realidade, assumindo para si um protagonismo e um poder de direção político-ideológica muito além do que se via na prática. A análise simplista de que os acontecimentos de 1930 e 1932 (Revolução de 1930 e Revolução Constitucionalista de 1932) são frutos de uma batalha “interimperialista anglo-americana”⁷⁴ e o combate ao que identificava como desvios de direita no partido que subestimavam a “situação objetivamente revolucionária do país e das forças do partido” sinalizam uma certa dificuldade do PCB em fugir de análises dualísticas e isolacionistas.

Mesmo com abruptas mudanças na direção e na linha política, o PC brasileiro passa por um período de crescimento no início dos anos 30. Aumenta-se os trabalhos nas fábricas com as células de militantes organizados e há também greves dirigidas pelo partido que tem grandes adesões. No contexto internacional com a ascensão do fascismo e da Alemanha nazista, a tendência de aliança com a

⁷² ROIO, Marcos Del. **A Classe operaria na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB, 1928-1395. São Paulo: Oficina de livros, 1990.

⁷³ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 84.

⁷⁴ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 81.

burguesia nacional volta a ser a ordem do dia sob a frente única. Com a entrada de Prestes no PCB, a esperança de ter uma liderança com experiência militar que consiga liderar um levante armado ganha força. O inimigo, tanto externo como interno, é o crescente fascismo. A nível nacional a disputa contra o Integralismo é ideológico e físico, com diversos embates acontecendo ao longo da década, sendo o confronto da Praça da Sé o mais conhecido e um dos mais violentos desses confrontos. A fundação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 simboliza a nova tática dos comunistas e a retomada da frente única para dessa vez combater o avanço do nazi-fascismo.⁷⁵

É neste contexto que Carlos Marighella chega ao Rio de Janeiro fugindo da repressão na Bahia e com a tarefa de ajudar a organizar o Partido na capital do país. O insucesso do levante de 1935 foi um baque gigante para o PCB. Os militantes civis ficaram de fora, cabendo a ala militar do partido de levar a cabo tal tentativa. Carlos Marighella que chegara pouco tempo antes do levante, não seria atuante no acontecimento que entrou para a história como a “Intentona Comunista”. Entretanto, isso não seria impedimento para as forças repressivas, pelo contrário, o governo federal que encontrava dificuldades econômicas e enfrentava uma oposição cada vez mais forte, ganharia uma oportunidade de elevar a repressão e a censura no país.⁷⁶ Instaura-se estado de sítio e a prisão atinge diversos membros do PC brasileiro e dos aliancistas. Para Carone, podemos identificar três ondas de prisões que recaem sobre os comunistas e seus colaboradores de insurreição. A primeira logo após o insucesso do levante e que atinge diversos Estados, mesmo os que onde não se configurou a revolta, vide São Paulo e Rio Grande do Sul por exemplo. A segunda que começa ainda em 1935 e vai até parte do ano de 1936 que tem como alvos integrantes do Bureau Sul-Americano e militantes do PCB, e por fim um momento que dura de 1937 a 1940 que liquida com boa parte da direção central do Partido e suas seções regionais, desarticulando quase que fatalmente o PC brasileiro.⁷⁷ Carlos Marighella seria preso em dois desses momentos: em 1936 e em 1939. Embora os comunistas brasileiros já sofressem com a repressão e a tortura, o que se sucede à 1935 é um horror institucionalizado ainda maior:

⁷⁵ CARONE, Edgar. **P.C.B: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

⁷⁶ CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Ática, 2007, p. 244.

⁷⁷ CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Ática, 2007, p. 247-248.

Sob a chefia de Filinto Muller, renegado da Coluna Prestes em 1925, a polícia do Rio se caracteriza por torturas aos presos políticos. [...] É Prestes que é posto em solitária durante meses. É Carlos Marighella, jovem estudante, espancado nos pés e rins e depois queimado com pontas de cigarro. É Harry Berger, além de espancado na cabeça, obrigado a ver sua mulher violentada, até que acaba ficando louco. E são centenas e milhares de casos que se repetem no Nordeste, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Rio etc.⁷⁸

Carlos Marighella descreveria sua segunda experiência no cárcere em testemunho à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura, em 1947 da seguinte forma:

Quando em 1936, em pleno estado de guerra, eu me encontrava no Distrito Federal [Rio de Janeiro] e ouvir falar das atrocidades cometidas pela polícia do senhor Filinto Muller, não podia imaginar chegasse ao ponto que verifiquei, ao acabar nas garras da polícia. Contava-se que a polícia mutilava, espancava até a morte e citavam-se mesmo nomes de pessoas que haviam desaparecido após terem sido levadas até a 'bastilha' da rua Relação. Mais tarde, com a minha prisão – que ocorreu dia 1º de maio de 1936 -, pude constatar que os fatos eram reais: a polícia, efetivamente matava, espancava até a morte os que lhe caíam ao alcance da mão.⁷⁹

Os números da repressão variam. Enquanto em algumas fontes o PCB contava com 15 mil presos⁸⁰ ou 20 mil⁸¹, entre novembro de 1935 e março de 1936 foram realizadas mais de 3.000 investigações com 441 buscas domiciliares, 901 prisões de civis e mais de 2.000 militares detidos.⁸² Quando da prisão de Marighella, o mesmo ocupava o cargo de secretário de organização do partido, tendo em vista as prisões que dizimaram com as principais lideranças do PCB. Nomes importantes da ala militar como Dinarco Reis, Agildo Barata e o já líder Luiz Carlos Prestes foram detidos. As células do Partido que existiam no exército foram desmanteladas. Civis como o próprio Marighella, Antonio Maciel Bonfim (conhecido no meio militante por seu codinome Miranda) secretário geral do PCB no momento. Políticos

⁷⁸ CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Ática, 2007, p. 247.

⁷⁹ BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Carlos Marighella. **Câmara dos deputados**, 21 de agosto de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

⁸⁰ EMILIANO José. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

⁸¹ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁸² CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 124.

oposicionistas a Vargas que questionaram o excesso da onda repressiva também foram presos, entre eles o senador Abel Chermont e o deputado João Mangabeira.⁸³

Embora os comunistas entendessem que havia uma conjuntura favorável, principalmente por seu crescimento nos sindicatos e no exército, e a oportunidade de um levante militar, o que se mostrou foi o contrário. Sucesso ocorreu só no norte do país, com a tomada de Natal e alguns avanços ao longo do estado, o que foram rapidamente suprimidos. No Rio de Janeiro, que iniciou após os acontecimentos no norte do país, perdeu o efeito surpresa e a revolução pretendida passou muito longe de se concretizar. Se utilizando da Lei de Segurança Nacional promulgada em março de 1935, Vargas consolidaria seu poder com a repressão sob a argumentação de combate a “ameaça comunista”, obtendo êxito em congregar setores da burguesia, da direita e parte da intelectualidade. A direita, ilustrada principalmente na figura da AIB, saudava as ações que estavam em prática, embora para os partidários de Getúlio, somente ele seria capaz de salvaguardar o país dos extremismos de direita e de esquerda.⁸⁴ As conseqüentes renovações por parte do Congresso ao longo do ano de 1936 do estado de sítio solicitado por Vargas, dariam mais força para a propagação do discurso da ameaça estrangeira, encarnada no comunismo.

1.3 A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL DO PCB

Com o insucesso do levante armado dos comunistas e aliancistas em 1935, a conjuntura ao partido não era nenhum pouco favorável devido a fragilidade que se encontrava com o quase completo desmantelamento do seu quadro de dirigentes e militantes. Ainda, sob o pretexto de combate ao comunismo e a ameaça de golpe, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo em 1937 e através da Carta Constitucional promulgada naquele ano, proíbe a atuação e a existência de partidos políticos, apontando já no preâmbulo da Carta a necessidade de medidas — de caráter radical e permanente — devido “ao estado de apreensão criado no País pela infiltração

⁸³ Tanto Abel Chermont como João Mangabeira faziam parte do grupo de parlamentares que criaram um bloco chamado “Grupo parlamentar pró-liberdades populares” que teve início em 1935 com o intuito de combater o Integralismo. Defendeu que a AIB deveria ser proibida, o que veio a acontecer em novembro daquele ano. Com o insucesso do levante e a repressão que se instaura, foram prontamente acusados de ajudarem os comunistas e os integrantes do bloco foram presos.

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 46.

comunista”.⁸⁵ A tarefa de reorganização do partido é árdua e as resoluções vindas da Internacional Comunista davam conta principalmente da conjuntura internacional vivida, com a ascensão do nazi-fascismo na Europa. Portanto, os PC’s deveriam seguir a tática de uma Frente Popular para combater o “fascismo” local.

Seguindo essa lógica, os comunistas brasileiros (não sem divergências internas e táticas) passariam a apoiar Getúlio, principalmente após o insucesso de levante por parte da AIB (Ação Integralista Brasileira) em 1938, e a pressioná-lo pela entrada na guerra e punições mais severas aos integralistas. De novo, compreende-se que é necessária uma aliança com amplos setores sociais e com o governo para frear o avanço do que era considerado o fascismo no Brasil. Um dos primeiros documentos oficialmente lançados pelo partido que informa esta orientação é apresentada na revista oficial do partido *A Classe Operária*, com o chamado de — União nacional pela democracia e pela paz! — convocando a população brasileira à luta e à unidade com o governo federal para combater o integralismo.⁸⁶ Em correspondência a Severo Fournier⁸⁷, Prestes já sinalizava haver essa possibilidade ao depender da conjuntura:

“Nesta luta, meu amigo, não devemos ver os homens e apoiar até o próprio Getúlio se, amanhã, compreender a necessidade nacional de um tal programa, e quem lhe escreve isto é o homem que, pessoalmente, tem a Getúlio o mais justificado ódio: você deve saber que foi ele quem mandou entregar a Hitler minha dedicada companheira, em adiantado estado de gravidez”.⁸⁸

O programa mencionado por Prestes seria um programa de salvação nacional que abarcasse três pontos fundamentais: democracia, nacionalismo e o bem-estar do povo. Em depoimento ao historiador Edgar Carone, Prestes viria a afirmar décadas depois que, “desde que foi declarada guerra a minha posição clara foi esta, de união nacional, mas lutando também pelas liberdades democráticas, simultaneamente lutando pelas liberdades democráticas. E não cedendo tudo gratuitamente ao Estado Novo de Getúlio”.⁸⁹ A pressão sobre o governo vinha da

⁸⁵ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁸⁶ PRESTES, Anita Leocadia. **Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁸⁷ Militar brasileiro que foi preso devido a seu papel no levante Integralista de 11 de maio de 1938.

⁸⁸ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 216.

⁸⁹ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 323.

população e das potências aliadas que veem o Brasil declarar guerra contra o eixo após ter navios mercantes atacados em 1942. Desta forma, o PCB ainda seguia com seu comitê central esfacelado e surgiam maneiras de organização com um caráter mais regional, fazendo com que linhas de atuação divergentes crescessem no seio do partido.⁹⁰

Três linhas se destacam: a primeira oriunda principalmente de militantes de São Paulo, conhecida como Comitê de Ação, que contava com importantes nomes como Caio Prado Jr, Astrojildo Pereira e Mário Schengberg e defendia a necessidade de combater o inimigo externo (as potências do eixo) tanto quanto o inimigo interno, ilustrados nas figuras do Integralismo e de Getúlio Vargas. Dessa forma, a necessidade de uma união nacional era necessária ao mesmo tempo que a reivindicação de liberdades políticas e o combate às medidas autoritárias do governo também deveriam ser igualmente abordadas. A segunda, em contraposição à primeira, entendia que naquele momento não deveria haver uma reorganização do partido comunista, entendendo que “a criação ou reorganização de partidos ou quaisquer organismos ilegais, contra as leis em vigor – enquanto essas leis não forem consideradas pelo próprio governo como inadequadas a seu reforço popular e à União Nacional anti-hitlerista -, ajudaria a obra do Eixo e de sua quinta coluna”.⁹¹ Esta concepção ficaria conhecida como — liquidacionista — e tinha nomes de expressão como Fernando Lacerda (importante quadro dirigente no partido, foi secretário-geral de 1931 a 1932 e delegado no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935) e Pedro Motta Lima (um dos fundadores e diretores do jornal *A Manhã* publicado no Rio de Janeiro). Por fim, a mais hegemônica e estruturada, liderada principalmente por João Amazonas e Pedro Pomar, aliados ao Comitê Regional da Bahia, que tinham nomes como Arruda Câmara, Armênio Guedes, João

⁹⁰ Ainda no ano de 1938, quando é publicada a matéria mencionada no jornal *A Classe Operária*, havia uma disputa do Secretariado Nacional do partido com o Comitê Regional de São Paulo. Após sair da prisão em 1936, Carlos Marighella é destacado a ir para a cidade com a tarefa de reorganizar o núcleo paulista do partido após a cisão ocorrida. O SN também conhecido como “Birô Político” defendia a tese de uma frente mais ampla para combater o nazi fascismo, logo isso passava por apoiar o candidato getulista José Américo na eleição de 1938 à presidência. Na época sob o comando do secretário-geral Lauro Reginaldo da Rocha (o Bangu) o partido entra em atrito com o CR de São Paulo que não admitia nenhuma aliança possível com alas governistas, encabeçado por Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira de Lima. Isto leva a um racha no partido, fazendo com que a ala paulista crie o “Comitê Central Provisório” para tentar tomar o controle do PCB e acaba sendo expulso pelo Birô Político. Para ver mais sobre o assunto, ver: KAREPOV, Dainis. *Luta subterrânea: o pcb em 1937-1938*, 2003.

⁹¹ CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Ática, 2007, p. 248.

da Costa Falcão, Diógenes de Arruda, entre outros. Estabelecem no Rio de Janeiro um Comitê Central Provisório, que ficaria conhecido como CNOP (Comitê Nacional de Organização Provisório) e conseguem com pouca estrutura restante, mandar enviados a diversos estados para notificar os núcleos de militantes restantes e angariar apoio na sua legitimação como ala dirigente.⁹²

Carlos Marighella e os militantes da ANL e do PC que estavam detidos encontravam-se em sua grande maioria na Ilha de Fernando de Noronha. Ali permaneceriam até 1942, quando da véspera da entrada do Brasil na guerra, os Estados Unidos solicitaram o uso da ilha como base militar. Dessa forma, os presos foram transferidos para a Ilha Grande, também no Rio de Janeiro. A organização dos presos comunistas e aliancistas carece ainda de maior investigação científica, tendo em vista a falta de material e interesse para maior aprofundamento.⁹³ Através das biografias disponíveis e das memórias de antigos militantes que se pode criticamente apresentar um pouco desse funcionamento e levantar também contradições nos relatos.

Noé Gertel, antigo companheiro de Marighella no partido, descreve a organização dos detentos como bem estruturada no chamado Coletivo; onde procuravam se manterem atualizados sobre os acontecimentos da guerra, cuidar da relação com os guardas e o diretor da prisão e desenvolver um trabalho cultural (através do incentivo aos esportes e artesanato) e político.⁹⁴ No Coletivo ocorreriam eleições para decidir quem comandaria os detentos e a distribuição de tarefas, sendo Carlos Marighella um dos líderes, segundo Gertel. Embora a comunicação com o que restou do partido fora do cárcere fosse muito precária, os acontecimentos e a disputa interna também reverberaram entre o Coletivo, gerando disputas e uma eleição em que, pela primeira vez, duas chapas se enfrentariam, ao invés de chapa única, como ocorria até então. Uma parte dos detentos compreendia que era necessário o esforço de guerra preconizado pela ala do partido encabeçada pela CNOP (Comitê Nacional de Organização Provisória) de se aliar com o governo no combate ao nazi fascismo, em contraponto a alguns que não reconheciam a direção

⁹² CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Ática, 2007.

⁹³ Uma das poucas obras que aborda como tema central esta questão é a dissertação de mestrado da historiadora Giovanna de Abreu Antonaci, intitulada "Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande (1930-1945)", 2014.

⁹⁴ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

constituída fora do presídio e não compactuavam com a ideia de se somar integralmente à linha de união nacional ao lado do governo. Marighella seria o principal articulador dessa segunda,⁹⁵ como revela Gertel:

O partido se reorganizava com a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), os comunistas levavam para a cadeia os problemas que o partido vivia aqui fora. O partido ofereceu colaboração no esforço de guerra. Era uma colaboração integral aqui fora. Lá dentro começou a discussão: vamos colaborar trabalhando para o presídio? Uma parte achava que sim, seríamos igual a preso comum. Outra parte, dirigida pelo Marighella, achava que não, isso jamais. A conversa que eu tive com o Marighella foi essa, quando essa coisa estava quente, eu disse: - 'Marighella, isso pode levar a uma cisão'. Minha preocupação era unidade. Ele disse com toda clareza: - 'Vai levar a uma cisão'.⁹⁶

A chapa concorrente era encabeçada por Pedro Motta Lima, adepto da linha de Fernando Lacerda de união nacional irrestrita e contra a reorganização do partido comunista naquele momento. Neste ponto há divergências nas fontes e bibliografias acerca do posicionamento de Carlos Marighella naquele momento. Para Edson Teixeira da Silva Junior, Marighella estava já ao lado da CNOP “juntamente com Maurício Grabois, Arruda Câmara, Giocondo Dias, entre outros”,⁹⁷ embora não fique explicitado se Marighella seguiu desde o início a linha cnopista ou qual foi seu momento de adesão. A consolidação da linha de União Nacional com Getúlio e de reorganização do PCB se dá em 1943 em sua II Conferência Nacional, que também ficaria conhecida como Conferência da Mantiqueira. Nela, aprovou-se a linha a ser seguida pelos demais e garantiu legitimidade da CNOP, elegendo um novo Comitê Central que contava com Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomas, Arruda Câmara, Luiz Carlos Prestes (eleito pela primeira vez como secretário-geral do partido, mesmo estando preso) e surpreendentemente, Carlos Marighella. Entendemos ser uma surpresa tendo em vista os anos no cárcere com pouca comunicação externa e a negativa num primeiro momento em reconhecer a reorganização partidária fora da cadeia.⁹⁸ Em sua autobiografia, ele descreveria essa situação da seguinte forma:

⁹⁵ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁹⁶ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 74.

⁹⁷ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 74.

⁹⁸ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Na Ilha Grande, em 1942, chegaram os camaradas que estavam exilados na Prata e que tinham tomado a posição política de apresentar-se ao governo brasileiro para lutar contra o nazismo. Estes camaradas (Antonio Tourinho, Davi Capistrano, Pedro Mota Lima e pessoas ou senhores como Costa Leite etc) apoiavam o governo Vargas incondicionalmente para fizesse a União Nacional contra o fascismo, na guerra contra a Alemanha, Itália e Japão. Eles diziam que estavam orientados por Codovilla e Ghioldi, e atacavam a organização do Partido fora da prisão. Entramos em divergência com parte dessas pessoas [...] porém, eu havia também recusado manter ligações com a organização do Partido de fora da cadeia, enquanto na cadeia estávamos divididos em dois grupos. Costa Leite, Mota Lima, Bangú, Morena, etc. estavam em ligação com Fernando de Lacerda que pregava o liquidacionismo do partido e eram liquidacionistas. Ocorre que, apesar de ter rompido com Costa Leite, Bangú, Molares, Caetano Machado, Honório de Freitas Guimarães, etc., na cadeia, nós, e eu incluso, nos negávamos a reconhecer a organização exterior do Partido. Essa condição era também uma posição liquidacionista. Em 1943 fui eleito, pela primeira vez, para o Comitê Central, e como tinha uma posição de não reconhecer a organização do Partido fora da cadeia, não tomei conhecimento de minha eleição ao Comitê Central, quando me encontrava no cárcere. Em 1945 houve a anistia sob a pressão das massas e eu, depois de ter cumprido sete anos da sentença do Tribunal de Segurança, fui libertado. Logo entrei em contato com o Partido e procurei fazer autocrítica da minha posição anterior, porém tinha muita pouca ideologia para fazê-la como se devia”.⁹⁹

Se pode assinalar esse momento como um dos primeiros momentos que se tem conhecimento de divergência de Carlos Marighella com o PCB e a linha de atuação adotada.¹⁰⁰ O que não foi relatado em sua autobiografia foi a atitude que Marighella teria tomado após vencer a eleição do Coletivo na Ilha Grande. Segundo relato de Gertel, Marighella “foi de cubículo em cubículo, nessa mesma noite, perguntando aos presos quais deles estavam a favor do coletivo ou do Mota. E expulsou [do coletivo] os que disseram que estavam com o Mota, uns trinta”.¹⁰¹

Tal atitude intransigente e nenhum pouco democrática, é muitas vezes esquecida em suas biografias e por aqueles que resgatam sua memória a partir tão somente de um caráter positivo. Entendemos ser uma ação, que embora reconhecemos que necessita do direito a dúvida posto que é um relato proveniente de um militante, representaria uma outra faceta de Marighella, não muito explorada e até mesmo contraditória com alguns de seus ideais. A noção de união nacional com Getúlio seria vista como uma ação de colaboração com os carcerários, ou de

⁹⁹ SIZILIO, Ricardo José. A autobiografia de Carlos Marighella. **Revista de Pesquisa Histórica CLIO**, Programa de Pós-Gradual em História UFPE, v. 37, n. 2, 2019, s.p. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/239866>. Acesso em: 11 jan. 2023.

¹⁰⁰ NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Unesp, 1999..

¹⁰¹ NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 81.

trabalho para o presídio, de acordo com relato de Gertel, o que Carlos Marighella teria se posicionado veementemente contra. Para Mário Magalhães:

Os camaradas nunca haviam visto Marighella tão furioso. Para ele, carcereiro era carcereiro, e encarcerado era encarcerado. Uma coisa era a promessa de não fugir, reafirmada em negociações na Ilha Grande. Outra era tratar como iguais quem ficava fora e dentro das grades. Certas versões retrospectivas sobre Marighella o enquadrariam nas fileiras de Fernando de Lacerda ou nas da Mantiqueira. Foi o contrário: ele as confrontou nas controvérsias sobre os limites da união nacional e a parceria com o presídio. Não era um ‘liquidacionista’, pelo menos com o conteúdo do tratamento conferido pelo novo Comitê Central aos que se opunham à reconstrução do PCB. Marighella era um dos líderes da fração comunista, a expressão do partido na ilha. No entanto, não queria conversa com o CC da Mantiqueira.¹⁰²

Importante ressaltar a problemática do ponto de vista histórico de afirmar tais conclusões que chegara Mário Magalhães. Embora tenha ficado claro a cizânia que houve entre Marighella e a CNOP em dado momento, as fontes divergem até mesmo quanto ao exato posicionamento do militante naquele momento. Para Jacob Gorender, Marighella já na prisão:

[...] defendia uma concepção de partido diferente do Partido Bolchevique. Ele defendia uma concepção de partido que unisse as várias tendências de esquerda [...] essa concepção vai ser defendida naqueles primeiros anos, até 1945, por um certo número de companheiros –como Caio Prado Jr.- que constituíam os Comitês de Ação[...] os quais se opõem ao Partido Comunista reorganizado na Conferência da Mantiqueira.¹⁰³

Desse modo, é difícil precisar qual foi o exato posicionamento de Marighella naquele período e necessário reconhecermos que há certo grau especulativo nas biografias do militante¹⁰⁴, que embora em alguns momentos se baseiem em relatos de companheiros da época, divergem e carecem de mais fontes que possam atestar precisamente qual seu alinhamento naquela questão.

Como mencionamos anteriormente, Carlos Marighella se encontra ainda no presídio de Ilha Grande quando da sua eleição ao Comitê Central através da Conferência da Mantiqueira. A divisão tanto na Ilha quanto fora dela se mantém até

¹⁰² MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 144.

¹⁰³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 395.

¹⁰⁴ SIZILIO, Ricardo José. **“Vai, Carlos, Ser Marighella na vida”**. **Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)**. 354 f., 2017. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22096>. Acesso em: 14 fev. 2023, p. 228.

o lançamento de um documento escrito por Prestes, que ainda se encontrava encarcerado no Rio de Janeiro, datado de 14 de março de 1944. A partir deste escrito, com o aval do novo secretário-geral do Partido às teses cnpistas, a grande maioria do PCB aceita esta como a linha a ser seguida. Embora ratificasse a tese de União Nacional com Getúlio, o tom de Prestes na carta é de forte crítica às resoluções da Conferência da Mantiqueira.¹⁰⁵

Ele discordava da linguagem que foi empregada no documento final da Conferência, onde entendia que “por me parecer esquerdista e sectária, prejudicial à efetivação da desejada e imprescindível unidade nacional e, portanto, aos mais sagrados interesses do nosso povo”.¹⁰⁶ Logo de início já abordava uma das questões centrais que dividia o partido na época, afirmando que “não me parece justo o combate ao Estado Novo num apelo, como este, à unidade nacional”.¹⁰⁷ Prestes questionava àqueles que ainda eram vacilantes na tese de União Nacional com o governo; “não poderão, por acaso, formar ao nosso lado na luta contra o nazismo todos aqueles que por ignorância, ou mesmo por interesse de classe, julgam necessários às condições específicas do Brasil os preceitos fundamentais da Carta de 1937?”.¹⁰⁸ Ainda, segundo ele:

[...] é falso e injusto fazer ataques generalizados à –incapacidade, venalidade, etc., dos agentes governamentais – [...]. Apontar os venais e incapazes, prejudiciais à ação do governo e particularmente à luta contra o nazismo, é fazer obra construtiva e concorrer para unidade nacional, mas os meros insultos generalizados, pelo contrário, só ajudarão aos agentes do inimigo e aos adversários da unidade nacional.¹⁰⁹

Além disso, ele entendia que havia a necessidade de uma autocrítica do Partido “porque, desligados das massas, não conseguem ver com clareza os acontecimentos” por compreender que “se ainda não chegamos à unidade nacional,

¹⁰⁵ CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise: 1930-1945**. São Paulo: Ática, 2007, p. 327.

¹⁰⁶ ARAÚJO, Fernando. Comentários a um Documento Aliancista Aparecido nos Últimos Meses de 1943. **Marxists**, 2008, p. 45-49. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/03/14.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Fernando. Comentários a um Documento Aliancista Aparecido nos Últimos Meses de 1943. **Marxists**, 2008, p. 45-49. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/03/14.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Fernando. Comentários a um Documento Aliancista Aparecido nos Últimos Meses de 1943. **Marxists**, 2008, p. 45-49. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/03/14.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁰⁹ ARAÚJO, Fernando. Comentários a um Documento Aliancista Aparecido nos Últimos Meses de 1943. **Marxists**, 2008, p. 45-49. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/03/14.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

não é isto devido principalmente ao governo, nem muito menos ao seu Chefe, como se diz neste documento”. A guerra, entendia Prestes, era uma questão de vida ou de morte e independência nacional que só seriam realizados junto do governo mesmo apesar de todos seus erros e defeitos. Por fim, enfatizava ao partido para que “não sejamos sectários, não tenhamos vergonha nem medo de apoiar o governo, de estender a mão aos integralistas e pró-fascistas equivocados de ontem”.¹¹⁰ Jacob Gorender afirmaria que é a posição de Prestes que faz com que Marighella aceite seu cargo no novo Comitê Central e mude seu posicionamento, pois “Marighella tinha então uma grande admiração por Luís Carlos Prestes”.¹¹¹ Sem dúvida essa admiração era compartilhada por boa parte dos comunistas e aliancistas no período que tinham no então novo secretário-geral do PCB como a principal referência. A admiração à Prestes por parte de Carlos Marighella fica clara em um poema escrito em sua homenagem, chamando-o de — cavaleiro heroico da Esperança — filho exemplar do povo brasileiro — e — audaz libertador.¹¹²

Portanto, é a partir de 1938 que o PCB assimila a política de União Nacional como ponto principal de seu programa, indo de encontro com a linha adotada pela Internacional Comunista.¹¹³ Em documento publicado na A Correspondência Internacional, órgão da IC, o partido comunista reivindicava “exclusão, do aparelho administrativo, dos traidores da pátria, fascistas e outros; [...] anistia para todos antifascistas condenados, presos e em fuga”¹¹⁴ e pediam “ao povo para que ajude o governo, com as armas na mão, para a salvação da integridade e da independência do país, contra todo o putsch integralista”.¹¹⁵ Mesmo que muitos já nesse momento pregassem uma linha de atuação de apoio quase cego ao governo, nesse documento brevemente afirma a “intenção de suprimir a Constituição totalitária de 10 de novembro de 1937”¹¹⁶ trabalhando dessa forma “para a formação de uma

¹¹⁰ ARAÚJO, Fernando. Comentários a um Documento Aliancista Aparecido nos Últimos Meses de 1943. **Marxists**, 2008, p. 45-49. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/03/14.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹¹¹ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Jacob Gorender**. Salvador, 1998, p. 395..

¹¹² MARIGHELLA, Carlos. A Prestes (no dia do seu aniversário). **Marxists**, 1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1945/01/03.htm> . Acesso em: 10 fev. 2023.

¹¹³ PRESTES, Anita Leocadia. **Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 47.

¹¹⁴ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 219.

¹¹⁵ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 219.

¹¹⁶ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 219.

grande frente democrática em todo país, uma frente nacional destinada a reatar um ao outro, o povo e o governo”.¹¹⁷

Em publicação na A Classe Operária de maio de 1938, a capa do jornal informava — A intentona integralista de 11 de maio — e expunha a visão do Secretariado Nacional já sob a nova linha de atuação. Segundo a publicação, até aquele momento eles reconheciam “as dificuldades que encontramos em convencer mesmo certos setores democráticos do perigo que ameaça e ainda ameaça nossa independência e nossa integridade nacional” devido a capacidade de ocultar a todos seus executores nacionais e dirigentes estrangeiros que na visão da publicação seriam Plínio Salgado, Madeira de Freitas e que seria uma ação organizada e financiada pelo eixo fascista Roma-Berlim-Tokio. Mais à frente, o jornal exortava “a tarefa de união de todo o povo, de toda a Nação brasileira, num só bloco, impõe-se como coisa urgente e decisiva”¹¹⁸ e para tanto “o Partido Comunista [...] não vacilou um minuto em levar o seu apoio ao governo da Republica no combate ao fascismo”.¹¹⁹ Esta atitude era vista não como um favor dos comunistas “mas apenas o cumprimento consciente do seu dever”.¹²⁰ As bases da União Nacional eram lançadas em 1938 e mesmo com as disputas internas e boa parte dos militantes e dirigentes presos, essa será a posição unânime a ser seguida neste período e futuramente na reabertura democrática pelo PCB.

A pressão se intensifica sob Getúlio com o avançar da guerra e a virada no rumo do confronto em favor dos Aliados. O Brasil enviaria contingentes militares para combater na Itália, a Força Expedicionária Brasileira (FEB). As contradições internas ficariam ainda mais evidentes. Enquanto o discurso oficial era de combate à países autoritários e regimes agressores, Getúlio Vargas permanecia no poder de forma ininterrupta desde 1930, com uma Constituição outorgada em 37 e uma série de

¹¹⁷ CARONE, Edgar. **P.C.B.: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 219.

¹¹⁸ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969, nº 215. **Marxists Internet Archive**, 1938. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

¹¹⁹ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969, nº 215. **Marxists Internet Archive**, 1938. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

¹²⁰ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969, nº 215. **Marxists Internet Archive**, 1938. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

restrições de direitos políticos. A insatisfação abrangeria diversos setores da sociedade, desde a imprensa e políticos opositores que se beneficiariam com ensaios a abertura democrática e o setor militar, tendo no general Góis Monteiro uma de suas principais e atuantes figuras e que foi peça chave na deposição de Getúlio.¹²¹

Entretanto, embora houvesse pressão pelo fim da ditadura do Estado Novo, Vargas ainda encontrava considerável apoio principalmente na classe trabalhadora que o via como o alicerce de políticas e conquistas trabalhistas da última década. Essa dinâmica levaria a uma conjuntura onde a queda do ditador não significaria uma perda de seu prestígio político, pelo contrário, ele manteria tendo influência no cenário político nacional.¹²² Segundo Jorge Ferreira:

O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP [...]. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais simbólicos, o cotidiano da sociedade. O 'mito' Vargas – e o movimento que decorre dele, o *queremismo* – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores'.¹²³

Getúlio, mesmo com seus apoiadores ilustrados no movimento *queremista*, sai de cena e retira-se para sua cidade natal no interior do Rio Grande do Sul, São Borja. O poder passa para as mãos do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que por sua vez volta a perseguir os comunistas e invade sedes do partido.¹²⁴ Uma nova conjuntura se colocava frente aos comunistas, de primeiro momento uma abertura democrática e libertação de presos políticos, mas de uma aliança estratégica com o governo iniciada pelo esforço de guerra sob a tese da União Nacional. Para o PCB neste momento, principalmente com a soltura de Prestes em abril de 1945, somente uma Assembleia Nacional Constituinte seria capaz de assegurar a continuidade dessa abertura democrática.

¹²¹ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945 – 1964)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

¹²² FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945 – 1964)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

¹²³ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945 – 1964)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

¹²⁴ FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12 ed. reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002, p. 397.

Esta aliança com Vargas também “era o meio de evitar o golpe das forças mais conservadoras – aquelas que desejavam impedir a aproximação de Getúlio com as massas e travar o processo de democratização que vinha sendo por ele promovida, apesar das vacilações e limitações evidenciadas”.¹²⁵ O partido comunista não pregava o mote de “Constituinte com Getúlio” do movimento Queremista, mas tinha suas ressalvas com a oposição varguista. Prestes no famoso comício no estádio São Januário no Rio de Janeiro questionaria que:

[...] a oposição exige que o Sr. Getúlio Vargas abandone o cargo, para que seja mantida a paz interna”. Para o dirigente comunista “sua saída do poder neste instante [...] despertaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando mais ameaçador ainda o perigo de golpes de estado e de guerra civil.¹²⁶

O PCB se tornaria um partido legal em 27/10/1945. Este acontecimento seria muito expressivo, tendo em vista que o partido só permanecera na legalidade anteriormente entre março a julho de 1922 (ano de sua fundação) e de janeiro a agosto de 1927. O novo Comitê Central se encontraria em sua totalidade fora da prisão e começaria a delinear os passos para a Assembleia Nacional Constituinte prometida por José Linhares e futuramente chamada pelo presidente eleito Eurico Gaspar Dutra. O crescimento do partido seria muito significativo. Estima-se que em 1946 contavam com 180 a 200 mil militantes.¹²⁷ Esse crescimento tornaria o partido comunista em um partido de massas, o que seria também um dos motivos de importantíssimas vitórias eleitorais que se avizinhavam.

¹²⁵ PRESTES, Anita Leocadia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos, PUCRS**, v. XXXII, n. 2, pp. 171-186, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1346/134618635010.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

¹²⁶ CARONE, Edgar. **P.C.B: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994, p. 219.

¹²⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 402.

CAP. 2 - OS DISCURSOS NA ASSEMBLEIA

2.1 O PÓS-GUERRA E OS COMUNISTAS NA REABERTURA DEMOCRÁTICA

O processo de redemocratização seria forçado, ironicamente, por um golpe dos militares que depuseram Getúlio Vargas. A pressão interna exercida pela ala antigetulista assistia com certo temor a aproximação cada vez maior de Getúlio com os trabalhadores e setores de esquerda. As eleições seriam agendadas então para o dia 2 de dezembro de 1945 e teriam na disputa dois principais candidatos, o brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN (União Democrática Nacional)¹²⁸ e o General Eurico Gaspar Dutra pelo PSD (Partido Social Democrático). O primeiro associado a esta vertente antigetulista e de retorno à democracia pelo viés do liberalismo econômico, enquanto o PSD era um partido criado por Vargas e que ainda contava com a estrutura da máquina eleitoral e o prestígio de parte dos trabalhadores. Além disso, o partido absorveria os interventores e as bases municipais, importantes grupos dirigentes durante o Estado Novo.¹²⁹

O PSD receberia o apoio público do antigo chefe de estado, levando a vitória no pleito de forma avassaladora com 55% dos votos contra 35% do candidato da UDN. Estima-se que 6,2 milhões de pessoas votaram, o que representaria 13,4% da população à época, sendo, portanto, um considerável aumento em relação a 1930, onde foram contabilizados 1,9 milhão de eleitores representando 5,7% da população.¹³⁰ De acordo com o decreto-lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, seriam considerados eleitores todos brasileiros maiores de 18 anos, exceto os analfabetos, militares na ativa com exceção aos oficiais (os comunistas argumentariam na Constituinte sobre a necessidade de deixar os pracinhas votarem), mendigos e os que estivessem privados dos direitos políticos; não seria obrigatório o alistamento e o voto para os inválidos, maiores de 65 anos, brasileiros a serviço do país no

¹²⁸ A União Democrática Nacional foi um dos principais partidos no período, e o partido oposicionista de maior relevância. Segundo o historiador Ricardo Maranhão (MARANHÃO, 1979) ainda no período de redemocratização a UDN contava com importantes figuras progressistas em suas fileiras, sendo uma delas um dos fundadores do Partido Comunista, Astrojildo Pereira. Inclusive, o próprio nome do partido foi sugerido por Caio Prado Jr, militante do PCB. Acerca da formação e composição da UDN, ver: ALMIDO, João. Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946 e BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).

¹²⁹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1983, p. 134

¹³⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

estrangeiro, os oficiais das forças armadas, magistrados e as mulheres que não trabalhavam.¹³¹

A eleição para presidente contaria com um candidato lançado pelo Partido Comunista também: o engenheiro Iedo Fiúza. Obteria um resultado muito expressivo, alcançado 10% dos votos totais.¹³² Prestes em entrevista ao jornal Folha da Manhã de São Paulo, justificaria a escolha de Fiúza e não ele próprio ou de algum comunista: “Nosso sentimento unitário nos leva a preferir um nome que reúna a confiança da maioria, senão da unanimidade das forças populares e progressistas. O nome de um comunista poderia sofrer restrições, e nosso papel, [...] seria o de equilibrar e unificar todos os setores democratas e progressistas”.¹³³ Os comunistas por sua vez enfrentariam a tarefa de reconstrução sob um horizonte aparentemente positivo. A anistia realizada em abril libertaria centenas de militantes da cadeia, entre eles Carlos Marighella. O baiano seria um homem livre após cinco anos, dez meses e 23 dias no cárcere¹³⁴ e as tarefas de preparação para as eleições que se avizinhavam se acumulariam com os compromissos pelo Comitê Central. Primeiro, analisemos brevemente a regulamentação do processo eleitoral. O Partido comunista trabalharia já desde sua política de União Nacional para um caminho de se estabelecer legalmente no cenário político brasileiro, sendo assim a anistia de abril de 1945, a lei antitruste assinada por Getúlio no fim do Estado Novo (e prontamente retirada por seu sucessor José Linhares) e o restabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, sinalizações positivas para o cumprimento deste objetivo. Entretanto, não podemos esquecer o arraigado anticomunismo presente na sociedade como um todo e a ameaça ao sistema vigente que os comunistas representavam. Portanto, este processo seria árduo e enfrentaria resistência, como assinala Sizílio:

¹³¹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945**. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹³² BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945**. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹³³ ACERVO Folha. **Folha de São Paulo**, 1945. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=01%2F01%2F1925+-+31%2F12%2F1959&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=01%2F01%2F1925&endDate=31%2F12%2F1959&days=&month=&year=&jornais=2>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹³⁴ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 149

O registro do PCB junto ao TSE não transcorreu facilmente. Em agosto o partido reformulou seu estatuto e, como exigia a legislação, no mês posterior, deu entrada no requerimento de registro provisório. Contudo, foi solicitado pelo relator do processo explicações sobre o programa do partido. Os comunistas tiveram que discorrer sobre como pretendiam realizar a divisão de terras no país, combater os fascistas, socializar os meios de produção, e ao final, como estratégia, os comunistas negaram os princípios marxistas-leninistas. Durante os meses que durou o processo de registro do PCB, foi requerida pela União Social pelos Direitos do Homem sediada em São Paulo, a proibição da concessão do registro partidário. Dentre os argumentos utilizados, um chama atenção, pois afirmava que os comunistas eram violentamente anti-democráticos e fundamentalmente nazistas [...]. O registro definitivo do partido só foi concedido em 10 de novembro, depois de todos os trâmites e exigências do Tribunal, mas tanto o fato de o relator pedir explicações, como as solicitações de negativa ao registro indicam que os comunistas eram vistos com bastante desconfiança e que a campanha anticomunistas ao longo de anos, tinha alcançado seus objetivos.¹³⁵

Eram quase dez anos que Carlos Marighella não pisava em solo baiano. Teria cerca de 6 meses da sua saída do presídio para trabalhar na campanha eleitoral, sem esquecer de suas obrigações na direção do partido. O CR da Bahia era bem estruturado e foi um dos poucos núcleos do partido que conseguiram manter uma atividade consistente ao longo da última década mesmo com as perseguições. Nesse sentido, é necessário fazermos uma reflexão sobre como foi a recepção para os militantes daquele núcleo que Marighella, que há tanto tempo não se encontrava no estado, fosse lançado candidato passando, talvez, por cima de nomes indicados pelo CR.

João Falcão, que em seu livro de memórias conta que passou por diversas cidades do interior fazendo campanha para sua própria candidatura, afirma que foi uma “terrível surpresa” para ele e os demais candidatos do partido quando “a direção nacional resolveu lançar candidatos preferenciais, isto é, aqueles nos quais os de suas preferências: Prestes, Marighella, Arruda Câmara e Juvenal Souto Junior”.¹³⁶ Tal frustração fica evidente, mesmo que Falcão afirme que foi uma atitude acertada. Segundo ele “desse modo eu perdi até o voto dos meus irmãos. Foi um golpe para mim, mas a medida era acertada. E como comunista disciplinado eu ajudei a cumpri-la, dissuadindo os companheiros que se revoltaram”¹³⁷. Ao afirmar sua própria

¹³⁵ SIZILIO, Ricardo Jose. Utopia eleitoral: A experiência do PCB e de Carlos Marighella nas eleições de 1945 na Bahia. **Universitas Humanas**, v. 12, n. 1-2, 2015, p. 117. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/3011>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹³⁶ FALCÃO, João. **O Partido comunista que eu conheci – 20 anos de clandestinidade**. Salvador: João da Costa Falcão, 1988, p. 307.

¹³⁷ FALCÃO, João. **O Partido comunista que eu conheci – 20 anos de clandestinidade**. Salvador: João da Costa Falcão, 1988, p. 307.

indignação e que houveram companheiros que se revoltaram, Falcão assinala que a candidatura de Carlos Marighella não foi unânime num primeiro momento, e partiu de uma ordem direta do Comitê Central.

Neste ponto há uma outra problemática com as biografias de Marighella. Sizilio aponta com maestria como faltou o rigor científico em algumas obras ao tratar dessa questão, pois ao contrário do que foi abordado por Mário Magalhães que afirmou que o militante seria o preso mais ilustre da Bahia e Cristiane Nova e Jorge Nóvoa que afirmavam que o mesmo tinha grande prestígio na Bahia, para o historiador não nos parece provável que aqueles que não tinham ligações com o PCB ou conhecessem o baiano tenham acompanhado a sua trajetória.¹³⁸ João Falcão em depoimento ao historiador Edson Teixeira da Silva Junior corroboraria esta visão, afirmando que “ele [Marighella] voltou à Bahia e foi recebido como um jovem extraordinário, mas isso na verdade circunscrito ao Partido, o povo não sabia nada disso”.¹³⁹ Ainda para Sizilio:

“Finalmente, tendo-se conhecimento que Marighella, durante a campanha eleitoral não era um militante com grande inserção entre os comunistas e a população baiana, podemos inferir que a sua vitória nas eleições não deve ser atribuída tão somente as suas características pessoais. Entendemos que essa vitória se deveu principalmente pela força que o PCB demonstrou na Bahia, devido a continuidade das suas atividades mesmo nos anos de clandestinidade, além do capital político angariado com vitória da URSS na Segunda Guerra Mundial. Ademais, nesse pleito outros candidatos do PCB eram mais conhecidos do que Marighella, ainda assim ele obteve cerca de 30% dos votos dados aos candidatos a deputado do partido. É plausível pensar então que, em virtude de Marighella fazer parte do Comitê Nacional à época, o partido tenha influenciado seus militantes a votarem prioritariamente nele.”¹⁴⁰

Carlos Marighella faria sua campanha através de comícios e alguns artigos publicados nos jornais da Bahia administrados pelos comunistas, tendo como principais veículos de imprensa O Momento e A Tarde. Sua candidatura triunfou, ao contrário dos demais companheiros baianos. Foi eleito como único deputado do

¹³⁸ SIZILIO, Ricardo José. “**Vai, Carlos, Ser Marighella na vida**”. **Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)**. 354 f., 2017. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2017, p. 229. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22096>. Acesso em: 14 fev. 2023.

¹³⁹ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 273.

¹⁴⁰ SIZILIO, Ricardo Jose. Utopia eleitoral: A experiência do PCB e de Carlos Marighella nas eleições de 1945 na Bahia. **Universitas Humanas**, v. 12, n. 1-2, 2015, p. 23-24. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/3011>. Acesso em: 10 fev. 2023.

partido no estado e com uma expressiva votação: 5.187 votos. Superou até mesmo Prestes, que concorreu para senador e deputado, permitido durante aquela eleição.

O partido comunista saiu, sem sombra de dúvidas, muito bem do pleito. Para um partido que até pouco tempo se encontrava na clandestinidade, com seu CC preso ou exilado e sem experiência eleitoral, o saldo foi considerável com um senador eleito e catorze deputados constituintes. O PCB seria a quarta maior bancada da constituinte, com 4,7% dos deputados. A maior bancada seria constituída pelo PSD com 185 ao total, cerca de 54,7% seguida da UDN com 26,3% e do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) com 6,8%. Ao todo, 338 constituintes participaram da ANC (contabilizando também nestes dados a participação de suplentes que tomaram posse). O restante dos deputados e senadores eram dos seguintes partidos: Partido Republicano (3,7%), Partido Social Progressista (2,4%), Partido Democrata Cristão (0,6%), Esquerda Democrática (0,6%) e Partido Libertador (0,6%).¹⁴¹ Sérgio Braga destaca em separado a Esquerda Democrática com seus dois representantes, entretanto estes compunham uma ala minoritária da UDN. Segundo o autor, ele segue a análise feita pela historiadora Maria Benevides em seu trabalho acerca do partido, em que estes deputados agiram com total autonomia na constituinte.¹⁴²

A bancada pecebista era composta pelos seguintes constituintes: Luís Carlos Prestes como senador (DF), João Amazonas (DF), Maurício Grabois (DF), Joaquim Batista Neto (DF), José Maria Crispim (SP), Osvaldo Pacheco da Silva (SP), Jorge Amado (SP), Milton Cayres de Brito (SP), Gregório Bezerra (SP), Agostinho Dias de Oliveira (PE), Alcedo Coutinho (PE), Claudino José da Silva (RJ), Alcides Sabença (RJ), Abílio Fernandes (RS) e Carlos Marighella (BA) como deputados. Destaco João Amazonas e Maurício Grabois (futuros fundadores do Pcdob) com 18.379 e 15.243 mil votos respectivamente, também membros do Comitê Central e com grande atuação na ANC. José Maria Crispim, deputado mais votado do partido com 36.657 votos. Claudino José da Silva, o único constituinte negro de 1946 com 11.291 votos. O poeta Jorge Amado com 15.315 votos, figura ilustre e importante do movimento

¹⁴¹ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 40.

¹⁴² BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 31.

comunista à época. Agostinho Dias de Oliveira, membro antigo do partido e com uma experiência na disputa eleitoral: foi candidato nos anos 30 pelo extinto Bloco Operário e Camponês, não conseguindo a eleição.¹⁴³

Era claro como o partido comunista se diferenciava dos demais na composição de seus deputados. Muitos partidos lançaram candidaturas de ex-oficiais e militares de alta patente, ao passo que os comunistas buscavam um discurso não-revolucionário.¹⁴⁴ É coerente pensarmos que do ponto de vista estratégico é possível que o partido tenha adotado uma postura mais conciliadora durante a eleição e posteriormente na ANC, em consonância com a tese de União Nacional. A busca do PCB era por uma estabilidade na via institucional, ambicionando através de maiores aberturas democráticas implementar sua agenda e se colocar no cenário político nacional e se afastar da imagem da tentativa de levante armado de 1935. Entretanto, o caráter conservador e elitista da Constituinte seriam uma grande barreira para ser transposta.

Em um de seus primeiros discursos Prestes buscaria assinalar que :

[...] o partido comunista não pretende, em absoluto, o monopólio da opinião pública. Nesta Casa somos um partido minoritário e se esse Partido pudesse dirigir todo o povo, evidentemente a composição desta Assembleia não seria da natureza que ora apresenta.¹⁴⁵

A questão religiosa seria objeto de constantes e acaloradas discussões, onde em determinados momentos os comunistas abandonavam seu tom conciliador. Na sessão de 21 de fevereiro de 1946 por exemplo, quando se analisava um requerimento para saudar de forma oficial dois novos cardeais brasileiros, o deputado Carlos Marighella toma a palavra para expressar sua (e do seu partido) contrariedade:

Sr. Presidente, a bancada comunista, para encaminhar a votação desse requerimento, quer fazer uma declaração inicial, pois o ponto de vista da nossa bancada, mesmo do Partido Comunista do Brasil, é o de que a religião deve estar completamente separada das questões do Estado e da

¹⁴³ NETTO, Evaristo Giovannetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

¹⁴⁴ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 89.

¹⁴⁵ TRIBUNA Popular (RJ) – 1945 a 1947. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-popular/154547>. Acesso em: 27 out. 2020.

política. Isto faz parte do nosso programa mínimo de união nacional: completa separação da igreja e do Estado.¹⁴⁶

Esta declaração seria alvo de fortes ataques por parte de constituintes ligados a religião católica:

O Sr. Hamilton Nogueira [senador pela UDN] – A Assembleia representa o povo brasileiro, que é cristão na sua maioria.

[...]

O Sr. Barreto Pinto [deputado pelo PTB] – Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência votação nominal, que demonstrará ser a religião cristã o alicerce da nacionalidade.¹⁴⁷

Igualmente na imprensa o clima não era amistoso. O jornal O Estado de São Paulo contaria os fatos da seguinte maneira:

Outro momento que sacudiu a Casa inesperadamente foi quando um deputado comunista veio a tribuna explicar a razão pela qual não votava a sua bancada a favor de um requerimento para que a Assembleia enviasse um telegrama de felicitações aos novos cardeais brasileiros [...]. Sob o pretexto de separação da Igreja e do Estado, os comunistas se expuseram ais iras da maioria da Casa, que entendeu não dever ouvir as explicações do orador, o qual teve de deixar a tribuna em meio a um ruído ensurdecedor.¹⁴⁸

Apesar de não citar nominalmente o deputado, tratando como deputado comunista e orador, sabe-se que a posição dos comunistas aqui citada era a proferida por Carlos Marighella. A publicação continua:

“A atitude dos comunistas era, como sempre, deselegante e caracterizada pela falta de tato, sendo além do mais errada a tese de que o envio do telegrama violava o princípio da separação da Igreja e do Estado. Mas toda gente culta sabe que a Constituição de 91, sustentadora integral do princípio da separação completa entre as duas instituições, nem por isso proibiu as relações diplomáticas com o Vaticano.¹⁴⁹

O Estado de São Paulo publicaria no meio do ano de 1946 acerca da participação comunista na Constituinte:

¹⁴⁶ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 109. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022

¹⁴⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 109. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁴⁸ ACERVO. **Estadão**, [S.l.]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

¹⁴⁹ ACERVO. **Estadão**, [S.l.]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Não há dúvida, portanto, que o Partido Comunista representa, hoje, em todo o mundo, um elemento de perturbação da vida coletiva e que persiste no seu programa de revolução universal. [...] Prova tremenda de nossa incapacidade daríamos se, constituindo o Partido Comunista, apenas, como constitui uma ínfima minoria da população brasileira, nos deixássemos vencer a sua tática diabólica e nos entregássemos, de mão atadas, aos ferros da ditadura implacável com que, infalivelmente, puniria a nossa imprevidência e a nossa tolice.¹⁵⁰

Logo no início dos trabalhos da Constituinte, Prestes daria uma declaração polêmica que seria reproduzida no Tribuna Popular, onde afirmava que em uma eventual guerra imperialista contra a União Soviética, os comunistas brasileiros empunhariam armas em seu favor e transformariam o conflito em uma guerra de libertação nacional. Tal declaração serviu de combustível à constituintes que eram contrários a participação do PCB na ANC. O deputado Barreto Pinto no dia 28 de março, traria ao plenário uma entrevista dada pelo Ministro da Guerra e atual Secretário Geral do Ministério do Exército, General Canrobert Pereira, em que o mesmo chamava o Partido Comunista de estrangeiro e que quem mandava no partido estava na Rússia, sendo Prestes “simplesmente secretário servindo [...] contra até a segurança nacional”.¹⁵¹ O Ministro ainda fazia alusão a fala de Marighella afirmando que “apenas a bancada comunista se manifestou contra, como já o fizera com relação a um telegrama de felicitações aos ilustres prelados”.¹⁵²

Os anos e anos de perseguições aos comunistas surtiram efeito para construir uma classe política que os rechaçava. A imprensa cumpriu importante papel nesse feito, sendo o principal meio de propagação do anticomunismo. Gramsci via os jornais, revistas e imprensa no geral “[...] como meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura”.¹⁵³ A partir dessa concepção podemos entender que a construção de uma base ideológica é alicerçada e disseminada em massa para se estabelecer uma noção geral, um consenso a partir do viés ideológico de quem dirige os meios de comunicação, no caso os jornais. Para o autor, era necessário:

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter,

¹⁵⁰ NETTO, Evaristo Giovannetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 97.

¹⁵¹ ALMINO, João. **Os democratas autoritários**: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946. Brasília brasiliense, 1980, p. 176.

¹⁵² ALMINO, João. **Os democratas autoritários**: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946. Brasília brasiliense, 1980, p. 176.

¹⁵³ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 32.

defender e desenvolver a 'frente' teoria ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: Editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente) jornais políticos, revistas de todos tipos, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais.

[...]

A imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não é a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura.¹⁵⁴

Da mesma forma, seria tarefa dos comunistas também criarem uma rede de jornais e mecanismos que pudessem influir na opinião pública. Com a abertura democrática multiplicam-se os jornais e as possibilidades de criação de tais mecanismos, mesmo que, como já vimos, com a queda de Getúlio Vargas e a consequente posse de Linhares, os comunistas voltaram a sofrer com perseguições políticas. Segundo o historiador Augusto Buonicore:

O Partido Comunista construiu uma ampla rede de informação que abarcava oito diários nos principais estados brasileiros: Tribuna Popular do Distrito Federal, Hoje de São Paulo, O Momento da Bahia, Folha do Povo de Pernambuco, O Democrata do Ceará e a Tribuna Gaúcha do Rio Grande do Sul, O Estado de Goiás e Folha Capixaba do Espírito Santo. Criou até uma agência de notícias própria, a Interpress; através da qual realizava a distribuição das informações para publicações do partido em todo território nacional e alimentava pequenos jornais do interior que não eram ligados ao Partido Comunista.¹⁵⁵

Por outro lado, o Partido Comunista, extremamente fiel a União Soviética e Stálin, expressão máxima naquele momento do comunismo, com muito prestígio dado o contexto da guerra, perseguia implacavelmente outra vertente da esquerda, os trotskistas. Desde o fim dos anos 20 com a chegada da literatura trotskista no Brasil e as formações dos primeiros grupos organizados, contendo diversos ex-militantes do próprio PCB como Mário Pedrosa e João da Costa Pimenta (este último um dos fundadores do PCB em 1922). Em meio a paranoia stalinista de perseguição contumaz de opositores que acontecia na URSS com prisões, exílios forçados e assassinatos de quem divergisse da linha de Stálin, a orientação aos demais PC's do mundo sob influência direta da III Internacional é de expurgar todo e qualquer militante que mostrasse uma familiaridade com as ideias de Trotsky; além disso,

¹⁵⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 78.

¹⁵⁵ BUONICORE, Augusto. A cultura brasileira e os comunistas do PCB entre 1940 e 1950. **Traduagindo**, 2021. Disponível em: <https://traduagindo.com/2021/05/25/a-cultura-brasileira-e-os-comunistas-do-pcb/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

essa perseguição muitas vezes foi utilizada numa verdadeira caça às bruxas servindo como prerrogativa de eliminar opositores políticos dentro do próprio partido.

Em um relato no Tribuna Popular de uma reunião do Comitê Nacional do PCB, o Partido assinalava que “o trotskista é, hoje, o inimigo fundamental do Partido Comunista, inimigo da classe operária, servindo ao fascismo e por isso mesmo, quando sorrateiramente ingressa no Partido Comunista, no curso do próprio trabalho ele será desmascarado uma vez que não se sujeitará a cumprir a linha partidária.¹⁵⁶ Combater o trotskismo era prerrogativa de quem decidisse militar no Partido naquele período. Se por um lado a luta era por uma democratização cada vez maior na sociedade brasileira, a perseguição e principal acusação que poderia ser feita era de ser trotskista. Como um xingamento, se tornou um sinônimo de oportunista, traidor e contrarrevolucionário, identificando nos mesmos uma ameaça a disputa da classe trabalhadora. Em 1930, ainda antes da entrada de Prestes no PCB, o jornal A Classe Operária exortava “aos camaradas do Partido e a todos os trabalhadores conscientes”¹⁵⁷ os perigos e a ameaça que os trotskistas representavam:

“Um grupo de renegados do comunismo, excluídos do nosso Partido, começaram a publicação de um jornal. ‘A Luta de Classe’, cheio de calúnias e de raiva contra o Partido do proletariado e contra a Internacional Comunista. [...] o trabalho desse grupo de renegados e a publicação dessa folha caluniadora não podem ser qualificados senão como traição completa dos trabalhadores e apoio direto a contrarrevolução. [...] Os comunistas brasileiros responderão a todas as tentativas desses inimigos de classe [...] abaixo os renegados e traidores! Viva a Internacional Comunista! Viva o Partido Comunista do Brasil!¹⁵⁸

Carlos Marighella agora eleito deputado, foi indicado como 2º suplente à Mesa. Dividia seu tempo editando e escrevendo nos jornais do Partido; foi diretor da Revista Problemas durante as 15 primeiras edições. Contribuía com uma coluna sob o título de Nossa Política, voltada para questões internacionais, de formação política, informes partidários, etc. A Revista Problemas tinha um direcionamento voltado para

¹⁵⁶ TRIBUNA Popular (RJ) – 1945 a 1947. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-popular/154547>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁵⁷ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969. **Marxists Internet Archive**, [S.l.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

¹⁵⁸ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969. **Marxists Internet Archive**, [S.l.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

um público mais letrado, sendo a prova disso o conteúdo que em grande parte das vezes tratava sobre formação ideológica e textos do estrangeiro visando um aprofundamento da teoria marxista aos seus militantes.

A definição que consta no texto de apresentação no primeiro volume é ilustrativa disto, ao informar que “iniciamos o presente número de PROBLEMAS, a publicação mensal de uma revista de cultura política, tendo por base a divulgação e o debate de artigos e estudos marxistas”.¹⁵⁹ Mais à frente, o texto nos informa que “em nossa terra, são ainda muito deficientes os estudos do marxismo”.¹⁶⁰ Ainda, segundo Buonicore, a revista chegou a ter uma tiragem de oito mil exemplares em 1947, sendo o principal órgão de formação do partido.¹⁶¹ Voltaremos mais à frente a esse ponto quanto as publicações de Carlos Marighella no periódico. Foi durante esse período que Marighella viria a conhecer sua futura companheira, Clara Charf. Oriunda de Recife e de uma família muito pobre, Clara se mudou para o Rio de Janeiro para tentar conseguir um emprego e ajudar financeiramente a família. Começou a militar no partido comunista após o fim da Segunda Guerra e com a eleição dos Constituintes, foi escalada para trabalhar na Assessoria Parlamentar do partido. Clara conta que foi ali que teve seu primeiro contato com Marighella e que o mesmo “era o responsável por essa assessoria. Era também o deputado com mais experiência política, talvez por cultura política e cultura geral, ele foi colocado como responsável pela assessoria coletiva”.¹⁶²

Embora Clara não especifique o que seria exatamente a cultura política, a escolha de Marighella provavelmente não fora por ser o deputado com mais experiência política. Por exemplo, Milton Cayres de Brito, deputado por São Paulo ingressou aos 17 anos no partido e tinha vasta trajetória no movimento estudantil e na luta contra o integralismo, como também foi editor do jornal — Hoje. Maurício Grabois, que iniciou mais ou menos no mesmo período que Marighella, foi organizador da célula do partido nas forças armadas (o que era muito importante do

¹⁵⁹ APRESENTAÇÃO. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁶⁰ APRESENTAÇÃO. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁶¹ BUONICORE, Augusto. A cultura brasileira e os comunistas do PCB entre 1940 e 1950. **Traduagindo**, 2021. Disponível em: <https://traduagindo.com/2021/05/25/a-cultura-brasileira-e-os-comunistas-do-pcb/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

¹⁶² SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Clara Charf**. Salvador, 1998, p. 186.

ponto de vista do partido no período) e juntamente de João Amazonas foram indivíduos fundamentais na reorganização do PCB pós 1935, com destaque para a Conferência da Mantiqueira. Juntamente destes dois últimos, Agostinho Dias de Oliveira, ocupavam a Comissão Executiva do partido. Agostinho, como mencionado anteriormente, havia disputado as eleições de 1934.

A real motivação para essa escolha do baiano como um líder na parte de assessoria a todos deputados do partido, seja difícil de ser determinada. Para Gorender, em depoimento a Edson, “não creio que ele [Marighella] tivesse conhecimentos muito profundos, que ele tivesse tido tempo para se aprofundar em leituras teóricas, ele conhecia, mas não que tivesse se aprofundado, seja pela trajetória da vida dele ou por predileção especial”.¹⁶³ Entretanto, podemos conjecturar sobre a capacidade de liderança de Marighella, tendo sido eleito recentemente para o Comitê Central; sua reaproximação com o núcleo dirigente, sua formação político-ideológica face os demais e sua habilidade na parte oratória. Quanto a isso, não nos parece ser um encantamento com o objeto de estudo, sendo o mesmo reconhecido, demonstrado na prática e angariado fama e ganhado novas tarefas partidárias por tais atribuições.

Sem dúvidas este período foi o grande ápice em termos de alcance e abrangência do partido no último século. Um dos seus principais jornais, A Tribuna Popular, atingiria em 1946 cerca de 50 mil tiragens diárias, igualando os mais vendidos da grande mídia. Leôncio Basbaum recebeu a tarefa de organizar uma editora oficial para o partido, nascendo assim a Editora Vitória.¹⁶⁴ Proeminentes figuras da sociedade na época se aproximaram do PCB ou entraram em suas fileiras. Nomes como os dos poetas Jorge Amado, que viria a escrever em diversos jornais e revistas e seria deputado eleito pelo Partido. Os pintores Cândido Portinari, Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. O historiador e sociólogo Caio Prado Jr, que viveu intensamente a vida orgânica do Partido no final dos anos 30, fazia parte da ala de famosos escritores junto de Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos. Segundo Mário Magalhães outros nomes como, Francisco Mignone, Arnaldo Estrela, Dorival Caymmi, Ruy Santos, Nelson Pereira dos Santos, Mário Schengber e Oscar

¹⁶³ SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 310.

¹⁶⁴ BUONICORE, Augusto. A cultura brasileira e os comunistas do PCB entre 1940 e 1950. **Traduagindo**, 2021. Disponível em: <https://traduagindo.com/2021/05/25/a-cultura-brasileira-e-os-comunistas-do-pcb/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Niemeyer também colaboraram de alguma forma com eventos, produções artísticas, emprestando estabelecimentos, etc.¹⁶⁵

2.2 O DEPUTADO

Na concepção de Gramsci, a mudança no seio da classe que pretende se tornar dominante deve ser encabeçada pelos intelectuais¹⁶⁶, que através dela lutam sistematicamente para estabelecer novas concepções de mundo. Contradições aparecem e são suscitadas para que se choquem com a hegemonia já estabelecida e imposta pela classe dominante. A luta no plano social e político se torna o chão desse novo tipo de intelectual que busca reformar e impor a concepção da classe que atenta ser soberana.

No Brasil, conforme visto no capítulo anterior, a dinâmica política entra numa nova conjuntura com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo. A eleição de Marighella a deputado federal na Constituinte de 1946 o eleva a um potencial de alcance e engajamento muito maior do que o mesmo havia conseguido obter até aquele momento. Para Gramsci, o intelectual orgânico deve ser o especialista e intrinsecamente ligado à técnica produtiva, a sua função exercida dentro do sistema de produção capitalista. Desse ponto, qual era a profissão de Marighella? Embora não exercesse nenhum cargo remunerado consistentemente, ele atuou como professor e fez parte do curso de Engenharia. Na prisão, atuava como mediador e dirigente político entre os membros do partido.

Não há, até esse momento, uma atividade propriamente formulada ou com maior especialização produtiva realizada por Carlos Marighella. Até sua prisão ele consistia em um militante de base, alguém que não era ligado ao setor militar do PCB e sem uma identificação profunda com uma função e atividade específica.

¹⁶⁵ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 158.

¹⁶⁶ Segundo Gramsci, pode e se deve conceber todos os homens como filósofos, havendo claras distinções e níveis a serem considerados. Um homem comum não deixa de pensar, ter posicionamentos políticos, crenças e representações na sua linguagem por ser de origem humilde ou ter lhe faltado escolaridade. Portanto, concebe o indivíduo como um participante ativo do mundo em que vive e em relação direta e indireta com às questões sociais que o rodeiam. Ele compreende que não é possível existir trabalho, ação ou qualquer atividade humana com a exclusão completa de um grau de intelectualidade, sendo inconcebível a separação entre "homo faber" e "homo sapiens". Gramsci não dispensa a análise marxista sobre classes, mas sim reconhece em cada indivíduo um agente social que não se mantém alheio ou inerte a questões subjetivas, ou a superestrutura. Dessa forma, conclui-se que há diversas formas de intelectuais que atuam na sociedade.

Encabeçado de ajudar na reconstrução do partido pós levante de 1935 muito em vista da debilidade do PCB naquele momento e da perseguição política sofrida por Marighella em Salvador. Mas a partir de sua campanha política e consequente eleição vemos uma nova configuração e uma ligação do indivíduo com a representação direta de uma classe. E como medimos isso? Primeiro, vejamos as posições adotadas por Marighella na ANC e de que forma isso era construído e visava combater preceitos já estabelecidos.

Um dos pontos que mostra o conservadorismo que viria a predominar na Constituição de 1946 é sua posição sobre a dissolubilidade do casamento. Fortemente influenciado pelo catolicismo, o divórcio no Brasil só viria a ser aceito no ano de 1977. Antes disso os casais que se separavam o faziam através do desquite, ou seja, conseguiam pôr término à separação de corpos e bens, mas sem possibilidade do rompimento matrimonial. Essa impossibilidade trazia diversos problemas e contradições escancaradas na sociedade, por exemplo de que uma pessoa que se separasse de seu cônjuge não poderia casar de novo legalmente e se viesse a ter filhos não poderia reconhecê-los oficialmente como seus.

Importante ressaltar como esta questão, mesmo que dentro de um cenário de ruptura, onde entende-se como democrático, sofria com uma tradição arraigada na classe política e na sociedade como um todo. A trajetória da luta pelo divórcio no Brasil é extensa e complexa, remetendo desde a época do império. Com a proclamação da independência, a ligação entre Estado e Igreja no país se mantinha através da monarquia. Um decreto datado de 3 de novembro de 1827 é a primeira disposição sobre casamentos no país, sendo considerado obrigatório que se adotasse as normas do Concílio de Trento (1545-1563) e da Constituição do Arcebispado da Bahia. Só em abril de 1863 através de outro Decreto que foi regulamentada a lei de 11 de setembro de 1861 que permitia o casamento de católicos com não católicos e de pessoas que não seguiam a religião oficial. A novidade era que passava a autoridade civil o julgamento da nulidade ou impedimento do casamento, permitindo somente a separação por corpos. Com a Proclamação da República em 1889 e a laicização do Estado, novas medidas são tomadas, mas ainda se mantém a pressão contra uma maior flexibilização. Com o decreto 181 de janeiro de 1890 regula-se as disposições aceitáveis para um possível divórcio: Adultério, sevícia ou injúria grave, abandono voluntário de domicílio por dois anos consecutivos e mútuo consentimento dos cônjuges casados há mais de dois

anos.¹⁶⁷ Nota-se que apesar de usar o termo divórcio, configura-se somente a separação por corpos e bens, não contemplando o vínculo matrimonial. Segundo Silvio Rodrigues:

[...] o Decreto n. 181/1890, que instituiu entre nós o casamento civil, ainda utilizava a expressão divórcio, embora não o admitisse com o efeito de romper o vínculo conjugal. De forma que o Código Civil, fora modificações menores, nada inovou ao direito anterior, a não ser o nome do instituto.¹⁶⁸

É só em 1893 que é apresentado no Parlamento uma proposta divorcista, através do deputado Érico Marinho. A disputa segue com novas proposições ao longo dos anos e na Constituição de 1934 é expressa de forma jurídica que “Art 144 – A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado”.¹⁶⁹ A mesma prerrogativa seria adotada na Constituição de 1937.

A crítica contra indissolubilidade do casamento não seria exclusiva dos comunistas na ANC de 1946. Viera de Mello, professor, advogado, católico e deputado pelo PSD, foi um dos poucos que levantaram voz em tom crítico nas sessões. Adotou um tom um pouco moderado, sem abrir abertamente campanha para a instituição do divórcio na constituição, centrando sua argumentação de que a indissolubilidade na fé católica dizia respeito a dogmas no direito positivo eclesiástico e não no direito positivo divino, logo se encontrava na tradição e na — jurisprudência do Vaticano — e não provinha do divino, não sendo, portanto, imutável. Enfrentava a oposição e ira de membros do próprio partido, como Oscar Carneiro (PSD – PE) que em um de seus apertes à fala de Vieira, acreditava que o casamento “será indissolúvel, pela doutrina de Cristo”.¹⁷⁰

¹⁶⁷ BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Promulga a lei sobre o casamento civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

¹⁶⁸ TOMIAZI, Roberta Flores; GOMES, Francisco José. *Evolução histórica do divórcio no Brasil. **Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo**, Presidente Prudente, 2015.* Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/EVOLU%C3%87%C3%83O-HIST%C3%93RICA-DO-DIV%C3%93RCIO-NO-BRASIL-Tomiazi-Gomes/e5839b3f78832df0cfe3bc1b06628466e1df5e4e>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁶⁹ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934)**. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁷⁰ TOMIAZI, Roberta Flores; GOMES, Francisco José. *Evolução histórica do divórcio no Brasil. **Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo**, Presidente Prudente, 2015.* Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/EVOLU%C3%87%C3%83O-HIST%C3%93RICA->

A irritação dos membros do próprio partido com Viera de Mello fica mais clara ainda quando o constituinte Ataliba Nogueira faz uma solicitação ao deputado de que “peço a V. Ex.º que em sua próxima oração não trate de matéria religiosa, porque essa se encontra nos livros. Há apenas originalidade a ser tratada: o divórcio, em face do programa político do Partido Social Democrático, a que V. Ex.º e eu pertencemos”.¹⁷¹ Até mesmo o líder da bancada do partido na Constituinte proferiu fortes alegações contra Vieira, o padre Arruda Câmara (PSD – BA) o questiona se o deputado é católico, pois deveria aceitar a doutrina e definições da Igreja em sua integralidade. O teor da discussão é predominantemente uma questão moral e de tom acusatório, com o citado padre “lembrando ao constituinte que quem não ouve a Igreja, seja tido como herege”.¹⁷² Em consonância com as proposições de Vieira no debate se encontram o deputado Nestor Duarte e Hermes Lima¹⁷³, ambos da UDN, embora não ocupassem o plenário com o mesmo engajamento para defender sua tese.

Na esteira do debate, Carlos Marighella faz uma extensa fala, que seria bastante divulgada pelo Partido em seus jornais, na Constituinte de 1946. No dia 4 de julho do mesmo ano, ele pede a palavra para ir a tribuna tratar em nome do partido comunista do que intitula de “a separação da Igreja do Estado”. Seguindo a linha de argumentação bem estruturada de Vieira Mello, Marighella busca estabelecer uma conexão com constituições passadas e com autores renomados, mostrando certa erudição e preparação na fala. Para o deputado do PCB, sem receio de ser chamado de herege, a questão do divórcio é clara e cristalina, e bem divergente do restante da Constituinte:

“É que, Srs. Representantes, o divórcio, no Brasil, é privilégio de ricos. A realidade é que a grande massa de nossa população não poderá estar a olhar para os textos que são fabricados sem que se verifique o que ocorre.

DO-DIV% C3% 93RCIO-NO-BRASIL-Tomiazi-Gomes/e5839b3f78832df0cfe3bc1b06628466e1df5e4e. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁷¹ TOMIAZI, Roberta Flores; GOMES, Francisco José. Evolução histórica do divórcio no Brasil. **Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo**, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/EVOLU% C3% 87% C3% 83O-HIST% C3% 93RICA-DO-DIV% C3% 93RCIO-NO-BRASIL-Tomiazi-Gomes/e5839b3f78832df0cfe3bc1b06628466e1df5e4e>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁷² BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 246. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁷³ Hermes Lima compunha a Esquerda Democrática dentro da UDN.

Dentro do Brasil existem dois milhões de separados por desquite ou separados naturalmente, sem obedecer a nenhuma lei, porque os casamentos não saíram como esperavam. Um milhão de filhos adulterinos e, mais ainda, um milhão de amancebados ou amasiados comuns.

O povo brasileiro não casa, com tanta complicação, com tantos papéis; por este vasto interior, para trinta milhões de analfabetos o casamento indissolúvel é uma balela. O casamento indissolúvel é apenas um dogma religioso. Não é disto que precisamos, mas ver a realidade. Necessariamente teremos de ver essas cousas e, por isso, não poderíamos deixar de dar nossa opinião favorável ao divórcio.¹⁷⁴

Segundo o III Censo Demográfico do Brasil do ano de 1940, a população brasileira era de cerca de 41.236.315 habitantes. Consta que cerca de 67% (27.735.140) da população não sabia ler nem escrever. Já o número de separados e/ou desquitados oficialmente era de 67.183 (0,16%) e de casados beirava os 30%.¹⁷⁵ Neste ponto é importante que se tenha a compreensão de uma sociedade onde 95% se consideravam católica e o divórcio como vimos era moralmente e legalmente rechaçado, associando ao fato de que boa parte da população sequer sabia ler ou escrever, há provavelmente um claro distanciamento da realidade com o que os números nos mostram. Seja por medo e pelo dogma religioso de não tornar pública uma possível separação ou pela baixa importância dada a questões formais e burocráticas.¹⁷⁶

Essa reflexão feita por Marighella é de suma importância para se entender o cerne do que ele tenta demonstrar do seu entendimento da questão. Por mais que houvesse uma forte tradição, um dogmatismo religioso presente e enraizado, a prática até mesmo daqueles que representavam essa cultura, contradiziam a teoria. Dessa forma, entendia que se separar oficialmente e poder ter o direito de casar-se novamente cabia somente aos ricos, pois conseguiam sobrepujar a lei com seu poderio econômico, ao contrário da população mais pobre, que lidava com essa questão superando-a na prática, mas ainda presa no plano ideológico. Portanto, o aspecto moral era um dos pontos que Marighella abordava, compreendendo-o como

¹⁷⁴ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 305. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁷⁵ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1950.

¹⁷⁶ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1950.

falho e contraditório, buscando uma nova concepção junto às massas e na forma jurídica.

Essa distinção entre uma concepção de mundo hegemônica e a realidade material e prática, é um objeto de análise e ferramenta de trabalho desse intelectual orgânico, que pelos seus meios, busca mudar tal concepção impondo uma nova. O intelectual orgânico não age predominantemente de acordo com a vontade da maioria da sua classe, mas sim atua através dela para orientar, em ação pedagógica, organizadora, politicamente consciente. Logo, atua de forma a influenciar e criar uma homogeneidade de pensamento e direção.

Assim, para Marighella era importante ressaltar o aspecto classista e econômico da possibilidade de separação conjugal no país, buscando disseminar a contradição de que a população mais pobre não a encontraria na forma jurídica, mas a realiza na prática devido a desigualdade social e não tão somente à questão religiosa. Esse ponto específico traz do ponto de vista gramsciano a necessidade do estabelecimento de novos intelectuais, que na esteira de contradições latentes, apresentam-se como representações político-sociais e buscam respostas que são assimiladas e formuladas pela classe que almeja a hegemonia. A contradição da impossibilidade do divórcio seria um tabu religioso imposto pela classe dominante através do catolicismo e com o passar do tempo essa contradição aumenta e a classe que atenta ao poder deve assumir a questão e criar seus intelectuais que buscam modifica-la. Dessa forma, Marighella se coloca como um intelectual orgânico a serviço da classe operária, que assimila a pauta e tem no partido comunista que ambiciona ser a representação da classe operária, o partido mais “radical” nesse debate na constituinte de 1946.

Marighella trata também acerca de como a família era concebida no projeto constitucional a partir do casamento indissolúvel:

Para terminar o debate acerca do Projeto Constitucional, consubstanciado nos parágrafos 37 e 38 do ar. 164. O primeiro deles diz o seguinte: ‘A família, constituída pelo casamento indissolúvel, tem direito a amparo especial dos poderes públicos’. Ora, Sr. Presidente, a família, constituída, por qualquer forma, merece o amparo dos poderes públicos. Como Representantes do povo e Constituintes de 1946, devemos procurar exatamente a realidade. Não adianta firmarmos uma coisa no papel, sendo outra a realidade.¹⁷⁷

¹⁷⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 303. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

A posição da mulher na família também é alvo de considerações:

A Igreja Católica nega o divórcio precisamente porque sabe que o adultério é tão inevitável como a morte, e o que não se pode remediar, remediado está. É bem verdade que o homem, por ter conseguido a propriedade privada, suprimindo o direito materno dos velhos tempos, obteve assim, uma vitória sobre a mulher, e mais, subordinando-a à situação de escrava, em que até hoje se encontra. Não é possível, portanto, que se ignore a situação real em que encontra-se o Brasil. Não há indissolubilidade, a não ser para a mulher. É necessário, pois, colocar a mulher no verdadeiro papel digno que lhe compete, não somente dentro da família, mas também fazendo-a participar da produção social, porque o que estabelece essa situação e escravização da mulher é o predomínio econômico. É o homem o único que está a trabalhar ligado à produção e que sustenta a família, e, por isso, se acha com o direito de fazer todas as imposições sobre a mulher.¹⁷⁸

Para Carlos Marighella, que baseia sua análise pela obra de Friedrich Engels, *A origem do Estado, da Propriedade Privada e da Família*¹⁷⁹, a condição social da mulher constituía-se como um dos pontos-chaves da reforma social que deveria ser estabelecida. Quase 11 milhões de mulheres trabalhavam com atividades domésticas, com número bem reduzido nas demais atividades em comparação aos homens.¹⁸⁰ A centralidade da análise da busca por uma valorização do indivíduo feminino é através da produção, assumindo assim que a libertação se dá também nesse campo, dado o predomínio econômico. Vemos aqui a interlocução entre esses aspectos, o reflexo do social no econômico e vice-versa. Entendemos que para Marighella e os comunistas a inserção da mulher de forma maciça no trabalho representa uma reforma moral, um combate a conservadorismos de origem religiosa, que encontra sua materialidade na atividade produtiva.

Essa reforma intelectual seria levada a cabo pela separação da Igreja e do Estado pois “não haverá democracia, em hipótese nenhuma, sem a liberdade de culto, sem o casamento civil – casamento civil sem nenhuma intromissão da religião, - sem o ensino leigo e sem o divórcio”.¹⁸¹ Marighella defendia um Estado laico livre

¹⁷⁸ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 304. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹⁷⁹ APRESENTAÇÃO. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸⁰ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1950, p. 06.

¹⁸¹ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

de qualquer preferência determinada ao cristianismo; isso envolvia por consequência maior liberdade de culto a outras religiões e a problemática com o ensino ligado às instituições religiosas, em sua maioria católicas. Para chegar a estas conclusões, Marighella faz uma análise comparativa entre as constituições de 1891, 1934 e o que estava em debate para a de 1946.¹⁸²

Segundo ele, a constituição republicana de 1891 teve consideráveis avanços que se perderam ao longo do tempo e era perceptível “o dedo dos remanescentes do feudalismo, pretendendo, no ano da graça de 1946, encobrir suas tentativas de manter o Estado ligado à Igreja”.¹⁸³ A liberdade religiosa havia sido proposta nos seguintes termos: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública ou aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil”¹⁸⁴ que viria a ser o Art. 141 §7º.

Segundo Marighella, a referência a ordem pública e bons costumes, dá respaldo para a polícia brasileira intervir nas religiões e assim impedir o livre exercício de cultos religiosos. O deputado fez questão de ressaltar que tal prática já era recorrente durante o Estado Novo contra centros espíritas que eram taxados como focos de agitação. Assim, para ele a Constituição de 1891 tinha um avanço neste ponto, pois concebia no artigo 72, §3.º “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se, para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”.¹⁸⁵ Marighella continua: “Se analisarmos o artigo referente ao casamento civil, também haveremos de ver que a vitória cabe ainda àquela Constituição”,¹⁸⁶ porque o art. 159, § 11, do

¹⁸² MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸³ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸⁴ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸⁵ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸⁶ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

projeto, declara o seguinte: “o casamento será civil, e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao casamento civil, desde que se observem os impedimentos legais deste”.¹⁸⁷

E acrescenta, por último, que o registro civil é gratuito e obrigatório. A Constituição de 1934, no art. 146, ficou, mais ou menos, nos termos do dispositivo do projeto atual. Entretanto, a de 1891, no art. 72, §54º situa a questão de forma muito mais clara e decisiva, afirmando que a República só reconhece o casamento civil, evitando assim de modo completo, qualquer ligação que, nesse sentido, se pretenda estabelecer entre Igreja e o Estado. Em relação ao ensino, enquanto o projeto de 1946 determina, no mesmo art. 159, no § 13, que ‘o ensino religioso, nas escolas oficiais, constituirá matéria dos seus horários’, a Constituição de 1891, no art. 72, § 6º, diz, precisamente, que ‘será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos’. Mais uma vez observa-se que a Constituição de 1891 supera o projeto em debate”.¹⁸⁸

De fato, no ano de 1946 a questão do divórcio estava em voga na sociedade, como nos mostram os jornais. Em *O Globo*, encontramos cento e oitenta e oito páginas digitalizadas com a menção da palavra divórcio naquele ano. Por diversas vezes encontramos cartas de leitores endereçadas ao editorial, opiniões de jornalistas como Eloy Pontes e religiosos como Monsenhor Mello Lula. Este primeiro era favorável ao divórcio, como escreveu em julho daquele ano:

[...] a novíssima Constituição promete dispositivos até sobre coisas que pertencem às alçadas das leis ordinárias. Um deles: o divórcio. O divórcio é assunto do Código Civil. Por que incluir na Constituição dispositivo fechando as portas as hipóteses de uma lei sobre divórcio? O que ocorre, no momento, resume uma espécie de impaciência gratuita do espírito reacionário. Nada menos, nada mais. Não acreditamos que o divórcio tenha a importância extraordinária que lhe atribuem no instante. O regime do divórcio será inferior ao regime de fraudes, de adultérios, de malícias, que prevaleceu entre nós? Todos quantos discutem o problema do divórcio, em regra, levam em conta casos pessoais. Os interesses coletivos, entretanto, devem superar tudo.¹⁸⁹

¹⁸⁷ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸⁸ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁸⁹ ACERVO. **O Globo**, 1946. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Já para o Monsenhor Mello Lula que escreve em uma de suas colunas com o título — O divórcio não é remédio — entendia que:

“Os divorcistas pretendem apresentar o divórcio como um remédio para os casais infelizes. É um engano. Só existe um remédio para o divórcio. Qual? – perguntar-me-á o meu hipotético leitor. Dou a palavra ao professor Gabla: ‘Se hoje ainda existe um remédio contra o adultério este não é outro senão a indissolubilidade: quem não compreende esta verdade dá prova segura de não conhecer a sociedade atual nem de que tristes efeitos e fraudes perversíssimas pode ser causa e instrumento o divórcio numa sociedade assim’. O abismo chama o abismo. O divórcio é a morte dos mais belos e nobres sentimentos da família. Não é um remédio. É a grande chaga social e ‘renovar sua lei no meio da sociedade cristã é sinal imensa degradação dos costumes e um regresso deplorável ao paganismo’, na opinião do Dr. Globerti, em sua obra ‘Filosofia de Diritto’.¹⁹⁰

Referente a Constituinte, as poucas vezes que se somavam à defesa do estabelecimento do divórcio ou se colocavam contra a indissolubilidade expressa na constituição, enfrentavam fortes resistências, como era o caso de Guaraci Silveira, primeiro deputado evangélico do Brasil, pastor metodista¹⁹¹ e membro da Comissão da Constituição - Subcomissão da Família, Educação e Cultura.¹⁹² Em entrevista ao periódico A Noite, o deputado trabalhista afirmaria inclusive que Jesus Cristo era divorcista, citando o versículo Mateus 19-9¹⁹³ como justificativa. O deputado defendia a legalidade do divórcio apenas para quem sofresse o adultério. Ainda segundo Guaraci, a religião deveria se atentar tão somente às questões religiosas e não impor sua doutrina no Código Civil, defendendo inclusive que o ensino religioso não fosse adotado pelas escolas, proposta igualmente apresentada por Marighella.¹⁹⁴ Apesar de apresentaram propostas semelhantes e estarem no mesmo espectro da política,

¹⁹⁰ ACERVO. **O Globo**, 1946. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁹¹ ACERVO. **O Globo**, 1946. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁹² BRASIL. Biografia de Guaraci Silveira. **Câmara dos Deputados**, [S.l.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/2793/biografia>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹⁹³ “Eu, porém, vos digo: Quem se divorciar de sua mulher, salvo em caso de prostituição, e se casar com outra, comete adultério”. Mateus, capítulo 19, versículo 9. Guaraci afirma haver um equívoco na interpretação por parte dos católicos neste capítulo bíblico, sendo a única hipótese do divórcio aceita pelo Evangelho o adultério. O deputado entendia que o aumento dos desquites favorecia o homem e condenava a mulher, que o primeiro conseguia se casar novamente de alguma forma, burlando a lei e preceito religiosos, enquanto a mulher ficava condenada a não se casar novamente.

¹⁹⁴ A NOITE (RJ). **Bndigital**, 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=divorcio&pagfis=39104. Acesso em: 12 jan. 2023.

Carlos Marighella e Guaraci Silveira não atuaram juntos ou fizeram menções um ao outro em nenhum momento da Assembleia Nacional Constituinte.

Outro importante constituinte que se demonstrou a favor do divórcio foi Flávio Guimarães, influente figura política do Paraná e eleito Senador pelo PSD. Na ANC, presidiu a subcomissão VIII: Família, Educação e Cultura. Partidário de Vargas, foi Secretário da Fazenda no Paraná após a revolução de 1930, Senador em 1935-1937 e membro do Conselho Administrativo do Estado do Paraná (1937-1945). Já no período da redemocratização, é nomeado interventor, mas não assume devido ao golpe dado em Getúlio Vargas.¹⁹⁵ Advogado e grande proprietário de terras no interior do Paraná, Flávio Guimarães teve poucas participações na Constituinte, mas também mostrou sua posição contrária a indissolubilidade do casamento na Constituição. Em sessão Parlamentar, abriria seu voto enquanto Presidente da Subcomissão da Família, colocando-se favorável a inclusão do termo divórcio em parágrafo do artigo que estava em discussão. Guimarães destaca que é necessário haver uma distinção entre os aspectos sociais do Brasil dos argumentos “magníficos, muito respeitáveis, da magnífica fé cristã”.¹⁹⁶ Entretanto, a proposição aceita pela maioria é do deputado Ataliba Nogueira, um dos constituintes mais ferrenhos na luta contra o divórcio. Dos cinco membros da Subcomissão, três votaram a favor da indissolubilidade. A partir de então, iria para debate pelo plenário da Comissão Constitucional, e sendo aprovada, para o projeto geral da Constituição votada pela Assembleia.¹⁹⁷ Flávio Guimarães, ao contrário de Marighella, preocupava-se em manter as críticas aos dogmas religiosos em um tom mais moderado, o que é coerente tendo em vista a opinião contrária da maioria do Partido, a origem rural e social de seu eleitorado e a questão religiosa que envolvia o assunto.

Na mesma edição de 26 de março de 1946, do jornal *A Noite*, o periódico trouxe com destaque a entrevista de outro membro da Subcomissão: Família, Educação e Cultura¹⁹⁸, concedida pelo Constituinte e padre Arruda Câmara num

¹⁹⁵ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 466.

¹⁹⁶ A NOITE (RJ). **Bndigital**, 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=divorcio&pagfis=39104. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁹⁷ A NOITE (RJ). **Bndigital**, 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=divorcio&pagfis=39104. Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁹⁸ BRASIL. Biografia de Arruda Câmara. **Câmara dos Deputados**, [S./]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/2793/biografia>. Acesso em: 10 jan. 2023.

convento de Capuchinhos acerca do debate que ocorria na ANC sobre a viabilidade ou não do divórcio. Para o deputado, a família era a — célula-mater — de nossa sociedade e do país. E por isso, entendia que o divórcio ia contra estes pressupostos, fazendo questão de reafirmar que esta seria uma das posições fundamentais da grande maioria dos Constituintes católicos e cristãos no geral. Arruda Câmara, a exemplo de Marighella que busca analisar as Constituições passadas para demonstrar o que entendia ser um retrocesso a indissolubilidade do casamento em 1946, chega a conclusão contrária e afirma que há uma repulso ao divórcio em nossa sociedade, tendo em vista as Constituições de 1934 e 1937. Reafirmaria sua base religiosa como argumento, apontando que a indissolubilidade do casamento era ordem de Jesus Cristo e que caso houvesse a conversão em lei do divórcio no Brasil, diversas gerações futuras se lamentariam de tal decisão. Ao ser perguntado acerca do debate e provável votação que ocorreria na Assembleia, Arruda Câmara entende que para os defensores da indissolubilidade não haveria com o que se preocupar:

Não acredito que o divórcio seja aceito pela atual Assembleia Constituinte. Conheço a formação cristã e conservadora da grande maioria dos representantes do povo, para estar inteiramente tranquilo neste sentido. De outra arte, a grande maioria dos constituintes assumiu compromissos com o eleitorado nos seus programas políticos e estou certo de que esses compromissos serão cem por cento mantidos e honrados.¹⁹⁹

Para Gramsci, o Moderno Príncipe tem como um de seus obstáculos principais a religião, mais especificamente no caso italiano a religião católica. Ele entendia que os trabalhadores possuíam uma cultura medieval, no sentido de uma concepção de mundo religiosa, e sua expressão política se encontrava na Igreja Católica. A religião seria algo desagregador²⁰⁰ pelo fato de que:

[...] toda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer 'superficialmente' unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas, frequentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operário

¹⁹⁹ A NOITE (RJ). **Bndigital**, 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=divorcio&pagfis=39104. Acesso em: 12 jan. 2023.

²⁰⁰ PIMENTA, Eli. A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, 1984, p. 61. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1824>. Acesso em: 12 jan. 2023.

urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo.²⁰¹

Ou seja, “para Gramsci, o que a Religião se propõe realizar é uma grande utopia porque ela pretende a unidade de uma ideologia transcendental – idealista – com uma prática transformadora das massas que nada tem de transcendental – que é materialista”.²⁰²

O que o italiano aponta acerca da superficialidade da unidade de religião católica, é o que Marighella está assinalando quando aponta que no Brasil o casamento indissolúvel é um mero dogma religioso, uma balela. Embora a religião seja a mesma em tese, a sua prática é diferente entre as classes. O “vasto interior” citado por Marighella e a grande massa da população são a expressão do povo trabalhador que ao compreendermos como assinala Gramsci, adota o catolicismo, mas o transforma na prática, evidenciando a questão de classe.

Ainda segundo Gramsci, era de vital importância que o partido assumisse o papel de mediador e tomasse para si o que a religião almejava ser, portanto, “o Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma laicização completa de toda vida e de todas as relações de costume”.²⁰³ Essa mudança, mesmo que não seja de plena consciência de seus atores, só é capaz pela filosofia da práxis (marxismo) que realiza a reforma moral e intelectual e nesse caso brasileiro específico, Marighella através do partido comunista é a sua expressão política concreta de um tema e debate com uma larga trajetória histórica, perpassando a área jurídica, mas principalmente social e cultural. Portanto, entendemos que Marighella e os comunistas reconheciam o improvável desfecho positivo acerca do tema, mas buscavam trazê-lo para o debate público, ressaltando o burocratismo estatal, as contradições do próprio povo e tentando explorar as contradições da instituição católica e sua permissividade de classe. Não por acaso esta extensa fala do deputado, que denota uma preparação e ensaio do discurso, se torna sua primeira publicação na Revista Problemas na

²⁰¹ COUTINHO, Carlos Nelson. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1978, p. 144.

²⁰² PIMENTA, Eli. A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, 1984, p. 62. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1824>. Acesso em: 12 jan. 2023.

²⁰³ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 09.

segunda edição de setembro de 1947, sob o título de — A Religião, o Estado e a Família²⁰⁴ e capa do jornal Tribuna Popular.

2.3 A CARTA PARA-FASCISTA

Desde o início da ANC a bancada comunista em sua totalidade criticava veementemente a participação do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Waldemar Falcão, que presidia a mesa, vendo nele um remanescente do Estado Novo e constantemente apontando que ele não havia sido eleito para estar ocupando tal cargo na Constituinte. A primeira sessão da Assembleia ocorrida no dia 1º de fevereiro de 1946 iniciou com o protesto por parte dos deputados comunistas. O primeiro Projeto de Lei apresentado na ANC foi de autoria da bancada comunista. Apresentada pelo deputado Mauricio Grabois, recebeu o nome de Projeto de Normas Regimentais dos Trabalhos Iniciais da Assembleia Constituinte e foi assinada pelos deputados presentes do PCB, entre eles Carlos Marighella. O Projeto determinava que se estabelecesse uma série de normas gerais para o funcionamento da Assembleia até que se criasse um novo Regimento Interno.

O principal receio do partido comunista era referente ao Decreto-Lei número 8.708 que até aquele momento regulava os trabalhos. No art. 2º do decreto dizia: “Enquanto a Assembleia não votar o seu regimento, serão regulados os seus trabalhos, em tudo quanto não contrariar a Carta Constitucional e a Legislação Eleitoral vigentes”.²⁰⁵ Entendia-se que dessa forma, abria-se margem para que as atividades se regulassem através da Carta Constitucional de 1937, caracterizada pela bancada comunista como “para-fascista”. Desde o começo da ANC os comunistas colocaram como um de seus principais objetivos uma posição firme da recém instaurada Constituinte rechaçando e “revogando” a Carta de 1937, mesmo que oficialmente ela nunca tenha sido posta em prática. Tendo em vista que:

Apesar de sua falta de legitimidade, pode-se afirmar que a Constituição de 1937 contribuiria para o processo de institucionalização e legitimação

²⁰⁴ MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. . **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em:

https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

²⁰⁵ BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.708, de 17 de janeiro de 1946**. Estabelece as normas regimentais necessárias à instalação da Assembleia Constituinte. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8708-17-janeiro-1946-416700-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

política do Estado Novo no Brasil, justificando desde o seu preâmbulo a necessidade de se introduzir no país um governo forte e nacionalista.²⁰⁶

Para Marighella, o Ministro Waldemar Falcão era um “corpo estranho” na Assembleia e o ministro deveria ceder seu lugar para o diplomado mais velho presente na casa. Waldemar Falcão por sua vez não parecia muito incomodado com a pressão dos comunistas, caçoando a indicação e a fala de Marighella:

O Sr. Carlos Marighella – Lançado o nosso veemente protesto, em nome da bancada comunista, esperamos que V. Ex.º resolva a questão por forma democrática, procedendo à votação que solicitamos. Se isso não acontecer, fique registrada a nossa repulsa ao desprezo pela democracia que começa a se fazer sentir nessa casa.

[...]

O Sr. Presidente [Waldemar Falcão] – Deixo de submeter a votos a indicação a que S. EX.º se refere por amor à coerência com o próprio ponto de vista em que se coloca o digno Sr. Deputado. Seria a votação de uma proposta presidida pelo mesmo corpo estranho a que S. Ex.º alude.²⁰⁷

A crítica e a urgência em liquidar com qualquer possibilidade de utilização da mesma juridicamente, faziam sentido para um partido como o PCB que após décadas conseguira se estabelecer de forma legal no cenário político. A Carta de 1937 atacava textualmente a atuação dos comunistas e garantia legitimidade na repressão contra o partido. Desde seu preâmbulo ela tratava acerca do “estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente”.²⁰⁸ No dia 18 de fevereiro, Marighella tomaria a palavra mais uma vez para fazer um relato pessoal das torturas sofridas, analisar mais detalhadamente a Constituição e, a partir do seu ponto de vista, pontuar seus artigos contraditórios e solicitar novamente que a Casa vote pela revogação da Carta. A indicação apresentada pelo deputado à Casa: “Artigo único. Fica revogada, a partir da presente data, a Constituição outorgada de 10 de novembro de 1937”.²⁰⁹

Marighella entendia que:

²⁰⁶ ABREU, Lucian Aronne de. O sentido democrático e corporativo da não-constituição de 1937. **Estudos Históricos do Rio de Janeiro**, v. 29, n. 58, pp. 461-480, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/FC7dvMNDHQFWNqYThvgSqnL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁰⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁰⁸ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

²⁰⁹ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

[...] a Carta é tão absurda que, no seu preambulo, levanta o problema da infiltração comunista, na situação em que nos encontramos no mundo, quando o fascismo foi derrotado militarmente, quando dentro da nossa pátria o Partido Comunista tem hoje representação; possui deputados e um senador”.²¹⁰

Diferentemente da indicação encabeçada pela UDN, que contava com apoio do Partido Libertador e do Partido Republicano²¹¹, o PCB fazia questão de enfatizar o termo “para-fascista” e dar testemunho dos horrores sofridos pela repressão e pelo cárcere. Para ele “[...] quem viveu essas situações [a repressão], está perfeitamente claro que tais garantias individuais asseguradas pela Constituição [de 1937] nunca existiram”. De fato, para os comunistas, a Constituinte era o principal (e único) meio para pôr um fim nas instituições do Estado Novo e no que a Carta de 1937 representava.²¹²

Além disso, dentro desse contexto está o latente anticomunismo que reinava no período, mesmo que um pouco adormecido em virtude da vitória dos Aliados na Segunda Guerra e o importante papel desempenhado pela União Soviética, tal variável ainda era arraigado na classe política e era uma constante na ANC. Logo, defender uma ação por parte da Constituinte em relação a Carta de 1937 simbolizava de alguma forma um gesto de não só uma garantia político-jurídica ao certificar o fim de mecanismos legais que impediriam a atuação dos comunistas, mas também assegurar um compromisso político-social com um ambiente mais democrático e que contemplasse a participação do PCB. Por consequência, a política de União Nacional do PCB perpassava por garantir e assegurar o seu estabelecimento como partido institucional no cenário político. Tal compromisso seria fundamental para os comunistas e por isso desde cedo foi um dos seus primeiros objetivos na Constituinte. Marighella foi bem claro até que ponto a bancada comunista estava disposta em colaborar com os demais:

²¹⁰ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 365. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹¹ “Propomos que a Mesa, depois de ouvida a Casa, nomeie uma comissão, na qual figurem todos os partidos com representação na Assembleia, para elaborar, com a maior urgência, um projeto de normas gerais, pelas quais se deva reger a vida político-administrativa do país, até que seja promulgada a nova constituição”. BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 318. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022..

²¹² RUY, José Carlos. **Os comunistas na constituinte de 1946**. Rio Grande do Sul: Anita Garibaldi, 2016, p. 177.

Nosso Partido pretende colaborar com todos os Partidos Democráticos, desejando a sua união. Não ocuparemos esta tribuna para ataques pessoais. Não temos ressentimentos. Se levantarmos alguma questão do passado, é apenas para caracterizar a posição de elementos comprometidos na situação que passou. Mas todos os elementos honestos, inclusive autores da Carta de 10 de novembro, que agora queiram sinceramente colocar-se ao lado do povo que os elegeu, terão o nosso apoio, nós lhe estenderemos as mãos, sem ressentimento de espécie alguma, para trabalharmos em benefício da Pátria.²¹³

Na indicação apresentada pelo Partido Comunista dois artigos da referida Carta foram apresentados como principais argumentos para que fosse votado sua revogação. O artigo 75, que originalmente concedia poder ao chefe do executivo de dissolver a Câmara dos Deputados, sendo assim — evidente e inaceitável restrição à soberania popular — e o artigo 187 que previa um plebiscito nacional para que a Constituição entrasse em vigor e segundo a indicação apresentada, “por si só constitui motivo para invalidade da mesma”.²¹⁴ A maioria da Constituinte entendia que era necessária a elaboração de um Regimento Interno que substituísse qualquer prerrogativa que a Carta de 1937 pudesse ter na Casa e a preocupação com a construção de novos mecanismos que regulasse de uma forma mais democrática a política nacional. Para Carlos Marighella, um dos pontos centrais no debate naquele momento era o excessivo poder dado ao executivo e como o poder legislativo (inexistente no Estado Novo) ficara a mercê. Para ele:

[...] há pontos que denotam o ultra reacionarismo desta Carta e representam a encarnação da ditadura pessoal” e acerca do artigo 39 que afirma que o legislativo só se reunirá por iniciativa do Presidente da República, seria “um Parlamento de carneiros, um Parlamento que teria de obedecer à vontade única exclusiva do Chefe do Executivo.”²¹⁵

Marighella aborda também a falta de autonomia dos Estados, que como previa o artigo 9º o Governo Federal nomearia interventores “a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro [...] b) para restabelecer a ordem gravemente alterada [...] c) para administrar o Estado, quando por qualquer motivo, um dos seus

²¹³ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹⁴ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 348-349. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹⁵ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 339. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

Poderes estiver impedido de funcionar”.²¹⁶ Para o deputado “é uma contradição que não se pode compreender. Isto é a negação do que a própria Carta afirma”.²¹⁷

Marighella iria além citando outros artigos como 13, 21, 25, 82, 80, 72, 83, etc, na sua maioria tratando acerca da elaboração do poder Legislativo e das competências dos Estados e Municípios.²¹⁸ Entendemos que naquele momento, com sua eleição de deputados e um senador, a principal via de atuação e a concepção de atuação do PCB para consolidar sua posição dentro da política institucional e uma estabilidade democrática, era lutar por uma maior independência do poder Legislativo em contraponto a hipertrofia do executivo proporcionada pela Carta de 1937. E a tese central de Carlos Marighella, mais uma vez, girava em torno da falta da prática da própria Constituição, da contradição entre sua teoria e sua aplicabilidade.

Outro ponto importante nas intervenções dos deputados comunistas na Assembleia era a denúncia das torturas e perseguições sofridas durante o Estado Novo. Marighella, dos deputados eleitos, era o que ficou mais tempo no cárcere e desde cedo tomou a palavra para dar testemunho do que sofreu. Participou da relatoria sobre abusos e perseguições políticas ocorridas em 1947, mas antes disso fazia questão de lembrar durante seus discursos sobre o que passou. Ao mencionar as garantias individuais e a inviolabilidade de domicílio expressas na Carta de 1937, elevou o tom:

Para quem viveu esse período do Estado Novo; para quem teve de sofrer espancamentos na Polícia Civil e na Polícia Especial; para quem teve de submeter-se às infâmias, as calúnias, aos assassinatos de uma Polícia bestial, com ligações com a Gestapo, chefiada por um homem como o Senhor Felinto Muller, que tem sérias responsabilidades em tudo isso; para quem viveu essas situações, está perfeitamente claro que tais garantias individuais asseguradas pela Constituição nunca existiram. [...] Acuso, da tribuna, todos quantos ousaram levantar suas mãos contra o povo, cometer assassinatos e outros crimes em nome desse imundo farrapo de papel!.²¹⁹

²¹⁶ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

²¹⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 321. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹⁸ O que Carlos Marighella não menciona, é que a maioria desses artigos foram revogados ou reformados. Os dois artigos citados na indicação como principal argumento para a votação na Assembleia (75º e 187º) foram revogados em 28 de fevereiro de 1945 pela Lei Constitucional n 9º, assinada por Getúlio Vargas.

²¹⁹ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 323. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

Neste ponto, apesar da extensa e complexa historiografia acerca da repressão no Estado Novo, acreditamos ser importante ressaltar o aspecto pessoal e subjetivo na fala de Carlos Marighella. Sem retirá-la do contexto de ser um dos primeiros momentos na história do Brasil em que um Partido Comunista denuncia publicamente no poder Legislativo as perseguições e torturas sofridas, da construção de uma narrativa com fins políticos e midiáticos, há o caráter de um militante que passou os seis anos anteriores dentro do cárcere. Embora não seja possível saber se o mesmo seguia fielmente um roteiro montado na sua fala ou que partes sairiam na hora, tem de se reconhecer no indivíduo sua expressão subjetiva que se mistura com as relações estabelecidas com a realidade prática e o mundo material. Para além de uma análise atrofiada onde o sujeito meramente reproduz o que o Partido decide e demanda, mas numa relação intrínseca, nos mesmos moldes da elaboração de Gramsci acerca da estrutura e da superestrutura.

No dia treze de dezembro de 1946 às quinze horas e quarenta e cinco minutos, no salão da biblioteca do Palácio Tiradentes, se reuniu em primeira sessão para instalação da Comissão de inquérito sobre atos delituosos da ditadura. Teve a participação dos deputados Plínio Barreto, Aliomar Baleeiro, Rocha Ribas, Campos Vergal, Amando Fontes e Gurgel do Amaral. Faltaram à sessão os deputados José Maria Crispim, Glicério Alves, Raul Pila, Manoel Vitor e Carlos Nogueira. Plínio Barreto foi eleito como presidente da Comissão. O nome de Carlos Marighella foi indicado posteriormente por José Maria Crispim para ser uma das testemunhas a depor a esta Comissão.²²⁰ Em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura ele descreveria os acontecimentos:

Mais tarde, depois de ter ficado sem comer durante toda a manhã fui entregue ao Sr. Emílio Romano, Delegado da Ordem Política e Social, que havia chegado e reassumido o cargo. Fui interrogado, com o objetivo de obter de qualquer maneira uma confissão. Queriam que confessasse que estava conspirando, que exercia atividades subversivas e que o Partido Comunista se destinava a fazer uma revolução e que prosseguia, portanto, nas suas atividades subversivas, conforme eles informavam. Sob as ordens de Emílio Romano, passou-se então a uma nova forma de espancamento: eram murros mais ou menos nesta altura (indica a região), até que comecei a lançar sangue pelo nariz. Depois de ter desfalecido, fui ameaçado, no meio das tropelias, gritos e urros dos investigadores de ser levado para a

²²⁰ BRASIL. Ata de Instalação. Comissão de Atos da Ditadura. **Câmara dos Deputados**, 1947.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

Polícia Especial, onde teria de sofrer ainda mais caso não confessasse. Com efeito, cumpriram a ameaça.²²¹

Marighella não poupava detalhes das chamadas “sessões” que sofrera no cárcere, como chamava o período de tortura a que foi submetido. Desde alfinetes enfiados embaixo das unhas, a golpes nas nádegas, região genital e rosto, ele descreveria em detalhes os acontecimentos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Se lembraria de alguns nomes que participaram das sessões de torturas, as vezes citando suas aparências físicas ou recordando somente um nome ou apelido. Entretanto, seria bem específico quanto a participação e direção de figuras como Serafim Braga²²² e Emiliano Romano. Os relatos de histórias com as quais afirmava ter presenciado ou ouvido sobre durante a prisão se misturavam. Relatos de suicídios de presos, assassinatos pela polícia e assassinatos que eram acobertados como suicídios, seriam contadas por Marighella ao longo de quarenta e três páginas do relato que ocupou cerca de dois dias.

Seu relato foi classificado pelo deputado federal udenista Euclides Figueiredo como — impressionante — e o depoente “uma vítima corajosa, o Deputado Carlos Marighella se impôs, apesar de tudo quanto acaba de revelar que sofreu”.²²³ Euclides Figueiredo foi um militar que participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e na prisão conheceu Carlos Marighella. Após elogiar seu ex-companheiro de cadeia, afirmou que o mesmo contou até mesmo com respeito de seus algozes, e fez questão de dar seu testemunho em relação ao que fora afirmado.

Marighella levaria para seu depoimento trechos²²⁴ da fala de João Mangabeira realizada em nove de julho de 1937 no Congresso Nacional. Neste dia, o deputado denunciaria a torturas e perseguições que ocorriam naquele momento e o que

²²¹ BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Carlos Marighella. **Câmara dos deputados**, 21 de agosto de 1947, p. 01-02. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

²²² Serafim Braga chefiava a Delegacia de Ordem Social e foi quem ordenou as primeiras sessões de tortura contra Marighella na Polícia Central após sua prisão em 1º de maio de 1936 no Rio de Janeiro. Segundo o deputado, foi encontrado com ele documentos com nomes e destinos estrangeiros que denunciavam o estado de repressão pelo qual passava o Brasil e as torturas que se sucederam eram para que revelasse quem eram verdadeiramente os nomes que ali constavam e para onde exatamente estava sendo enviada aquela mensagem.

²²³ BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Carlos Marighella. **Câmara dos deputados**, 21 de agosto de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

²²⁴ No depoimento datilografado de Carlos Marighella, como consta digitalizado do arquivo original, os trechos citados por ele do discurso de João Mangabeira foram ocultados.

chegava a seu conhecimento através de jornais oposicionistas e clandestinos. Apesar de não ser possível de atestar se havia alguma relação pessoal entre Marighella e Mangabeira, a escolha do primeiro em buscar uma fala de um experiente e conhecido político que datava de dez anos antes trazia uma visão semelhante da perseguição de uma figura política de outro partido e com grande relevância no cenário nacional. Mangabeira fez uma extensa intervenção e buscou diversos exemplos da repressão que ocorria no país e já nessa época tinha conhecimento do que se passava com Marighella:

O que se fez com o estudante de engenharia Miranghela no dia 1° de maio e é de fazer piedade a um coração empedernido. As torturas infligidas a esse rapaz – a noite inteira chibateado, pisado, ora na Polícia Central, ora na Polícia Especial, se revelam até nas fotografias que tenho, publicadas num dos jornaes matutinos, com seu retrato como comunista, com tabela em que vem seu número.²²⁵

Emílio Romano era militar e Delegado da Ordem Política e Social, setor ligado a perseguição e tortura de opositores durante o governo Vargas. Segundo o relato do deputado comunista, Emílio Romano teria o torturado diversas vezes com o intuito de descobrir a imprensa de onde era produzida o jornal “A Classe Operária” que circulava nacionalmente, o que de acordo com Marighella não foi possível obter através de uma confissão sua.²²⁶ Foi um dos poucos nomes citados nos relatos de torturas que foi chamado a depor na Comissão. Negou realizar tais práticas, mas confirmou que havia interrogado Marighella:

Com relação ao Sr. Carlos Marighella, efetivamente o referido senhor foi apresentado à minha seção, preso por conspirar contra a ordem. E tal certeza tínhamos disso, que ele próprio reconheceu e, na maior cordialidade, por se tratar de um intelectual, admitiu sua responsabilidade e delatou o lugar onde ficavam as oficinas de impressão dos boletins, que eram espalhados pela cidade [...]. É preciso que se compreenda que acima da minha seção havia o Gabinete do Delegado. Carlos Marighella se quiser ser exato – eu o repto a vir à nossa presença defrontar-se comigo e contestar o que estou dizendo – dirá com a maior espontaneidade, depois no período da negativa, admitiu plenamente sua atuação subversiva.²²⁷

²²⁵ BRASIL. **Comissão Especial de Inquérito Sobre Atos Delituosos da Ditadura**, Diário do Congresso Nacional, 1947.

²²⁶ BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Carlos Marighella. **Câmara dos deputados**, 21 de agosto de 1947, p. 06. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

²²⁷ BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Emiliano Romano. **Câmara dos deputados**, 16 de junho de 1948. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

O deputado Carlos Marighella reconhecia que houve até então um avanço na questão das leis trabalhistas, chegando a afirmar que foi garantido aos trabalhadores muitos direitos. Entretanto, volta a reafirmar o ponto central de sua crítica, que “verificamos – e está aos olhos de todos – que tais conquistas existem, em grande parte, apenas no papel”.²²⁸ O deputado afirma que quando andou pela ladeira do Faria e nas escadas do Morro da Favela, se encontrou num lugar “onde homens vivem miseravelmente, como bichos, entocados em chocas imundas, sem qualquer condição de higiene, crianças famintas e esfarrapadas”²²⁹ e por isso diz que: “conheço de perto suas misérias e desejaria fazer um apelo aos Srs. Constituintes, para que procurassem conhecer a situação dessas populações miseráveis, aqui mesmo, na Capital da República – a ‘Cidade Maravilhosa’”.²³⁰ A questão trabalhista estava em voga também devido as greves que ocorriam naquele período. Por exemplo, a greve dos bancários que começou no Rio de Janeiro e parou o setor a nível nacional. Tomou contornos muito grandes e teve ampla adesão, sendo mediada na Assembleia Constituinte pelo então presidente da Casa Fernando de Melo Viana para que dessa forma se atendesse as demandas dos trabalhadores junto ao Ministério do Trabalho.²³¹

A questão agrária seria levantada durante a fala de Marighella quando o mesmo discorre sobre a legislação trabalhista. Ao ser apartado pelo deputado Ataliba Nogueira (proeminente advogado, jornalista e professor do PSD), que afirma que há grandes oportunidades e qualidade de vida na lavoura de São Paulo, Marighella apresenta os caminhos tomados por trabalhadores no seu estado natal da Bahia rumo ao interior devido à proibição do jogo do bicho, sendo alvo de críticas pelo deputado a decisão porque entendia que, desse jogo viviam numerosas famílias. Por mais que houvesse grande resistência com relação a essa pauta e um sentimento

²²⁸ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 324. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²²⁹ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 324. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²³⁰ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 324. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²³¹ SILVA, Alessandra Belo Assis. A greve nacional dos bancários em 1946: negociação e luta por direitos na Justiça do Trabalho. **Anais do XV Encontro Nacional da ABET**. Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/12/GT-15.pdf>. Acesso: 12 fev. 2023.

de imoralidade embutido, o deputado pontua que a promessa do governo de que haveria trabalho no interior, ou seja no campo, era infundada e os trabalhadores que se deslocavam não encontravam oportunidade e muito menos qualidade de vida. Marighella afirma que, “é engraçado, mas é a situação”,²³² quanto à dependência desta atividade, tendo em vista que é no mínimo inusitado um parlamentar fazer uma ressalva quanto à proibição desta atividade. Entretanto, compreendemos como uma análise da conjuntura de uma determinada localidade, primeiro como crítica ao governo e segundo como uma realidade objetiva de uma população pobre que exercia esta atividade por mais imoral que fosse.

A questão da posse da terra também estava associada na elaboração dessa crítica e como o partido comunista compreendia a situação no país. Marighella questionaria o deputado do PSD perguntando “se os homens que trabalham nas terras paulistas são possuidores dessas terras?”²³³ e é prontamente respondido:

O Sr. Ataliba Nogueira – Em grande número.

O Sr. Carlos Marighella – Sabemos que os que cultivam o solo no Brasil não possuem a terra, são miseráveis, escravizados – cerca de 20 milhões – completamente afastados da civilização, sujeitos aos remanescentes do feudalismo.

O Sr. Ataliba Nogueira – No Brasil, não há questão agrária. Temos espaço para 900 milhões de habitantes.

O Sr. Carlos Marighella – Lamento que o nobre Deputado esteja atrasado de muitos anos.

O Sr. Ataliba Nogueira – Eu não conheço só a geografia da Bahia conheço a geografia do Brasil.”

Ao passo que Marighella dá sua última resposta sobre o tema na sessão que se encerraria:

“O Sr. Carlos Marighella – O problema não consiste em conhecer a geografia do Brasil e sim a situação do nosso povo.”²³⁴

De fato, Marighella não havia estado presente de maneira mais orgânica no vasto território brasileiro, devido a clandestinidade e conseqüente prisão nos anos 30. Seu dado apresentado de — 20 milhões de escravizados e miseráveis — no interior e que não possuem terra também não condiz muito com a realidade. De

²³² SILVA, Alessandra Belo Assis. A greve nacional dos bancários em 1946: negociação e luta por direitos na Justiça do Trabalho. **Anais do XV Encontro Nacional da ABET**. Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/12/GT-15.pdf>. Acesso: 12 fev. 2023.

²³³ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 325. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²³⁴ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 325. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

acordo com o Censo de 1940, a população rural girava em torno de 30 milhões de pessoas, cerca de 71% da população.²³⁵ Número considerável, mas é impreciso afirmar que todos esses eram “miseráveis e escravizados, sujeitos aos remanescentes do feudalismo” e que não possuíam nenhuma terra. Vimos um dos embates com duas visões completamente opostas que se chocavam na Assembleia. O deputado Ataliba Nogueira pelo PSD que afirmava não haver questão agrária no Brasil e Carlos Marighella pelo PCB com uma opinião que era de acordo com a de seu partido de reconhecer no país um atraso excessivo, ao ponto de caracterizá-lo como feudal. Sem dúvidas, comparado ao contexto internacional, o Brasil ainda era um país digno de atraso no quesito modernização e industrialização, mas houve sensíveis avanços principalmente na última década referente a estas questões. Porém, a própria regulamentação das leis trabalhistas não contemplava o trabalhador do campo, sendo objeto de muitas críticas por parte dos comunistas. A produção no campo, como nos aponta Edgard Carone, apesar de se encontrar em estagnação durante o período de 1935 a 1945, a partir da década de 40 houve uma maior diversificação de culturas e atividades, substituindo o velho modelo da monocultura cafeeira.²³⁶ Dessa forma, há uma divisão maior da mão de obra dentro das atividades no campo, não sendo possível analisar de forma objetiva e definitiva quem detém ou não a terra.

A Carta de 37 era pra Marighella “uma ameaça, somente uma ameaça. Sempre que o povo pretende levantar a cabeça e os democratas queiram fazer qualquer coisa [...] imediatamente a Carta é tirada da gaveta”.²³⁷ O deputado faz também questão de a associar com o nazi-fascismo citando o art. 61º que diz que é competência do Conselho da Economia Nacional “promover a organização corporativa da economia nacional”.²³⁸ Marighella entendia que isso por si só “denuncia a intenção de se implantar no Brasil o sistema das corporações, trasladando para nossa terra os regimes aplicados nos países fascistas dos

²³⁵ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1940, p. 157.

²³⁶ CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 11

²³⁷ CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 11

²³⁸ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

defuntos Hitler e Mussolini”.²³⁹ O deputado fazia clara alusão ao “corporativismo” que encontrava sua expressão nacional no Integralismo.²⁴⁰

Se por um lado boa parte da Assembleia Constituinte encontrava-se no espectro anticomunista e repetia jargões como do deputado Alfredo de Arruda Câmara, Presidente do Partido Democrata Cristão, adjetivando a bancada pecebista como desordeiros, traidores da pátria e afirmando até mesmo que “o diabo é comunista”.²⁴¹ Os comunistas por sua vez também tinham a tendência de analisar muitas questões por um viés restrito e homogêneo, comuns ao discurso político e a propaganda política em geral. O tom acusatório provinha de todos os lados e faziam (e fazem) parte da construção de uma narrativa da política institucional. Os jornais, tanto os veículos tradicionais como a crescente imprensa operária naquele momento, se regozijavam com transcrições de falas, apartes e acontecimentos da ANC. Com a abertura democrática e a conseqüente proliferação de semanários, revistas e jornais do Partido Comunista e seus afiliados, há uma tendência cada vez maior por parte dos dirigentes de utilizá-los para formação de militantes, além de informar e influenciar. A crescente busca do PCB para influir suas pautas e pensamentos na opinião pública ganhava cada vez mais espaço com a rede de jornais e revistas que se estrutura como vimos anteriormente. Os determinados “tipos de cultura”, apontado por Gramsci, ainda que sob a ótica de análise de dominação de uma classe que não fosse a operária, seriam a maneira de influir nesta opinião pública. Portanto, os jornais e revistas, principais meios de comunicação na época, serviam como difusores desta cultura de ideários comunistas. O PCB, como veremos a seguir, aspira cada vez mais no seio da institucionalidade conquistadas democráticas que no seu entendimento resultariam no caminho para o socialismo.

²³⁹ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 336. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁴⁰ Para entender mais sobre corporativismo e sua relação com a Carta de 1937, ver ABREU, Luciano Aronne de. O sentido democrático e corporativo da não-Constituição de 1937, 2016.

²⁴¹ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 179.

CAP. 3 - PCB COMO CONSTRUTOR DE UMA REFORMA MORAL E INTELLECTUAL: A BUSCA PELA HEGEMONIA

A concepção de hegemonia elaborada por Gramsci é fortemente influenciada e semelhante ao da ditadura do proletariado, desenvolvida por Karl Marx e Friederich Engels e posteriormente por Lênin. Neste período onde a revolução russa já havia triunfado, a literatura marxista ganha cada vez mais influência do principal teórico e líder dos bolcheviques. A tomada do Estado, a derrubada da dominação (hegemonia) da burguesia e a conseqüente substituição por uma dominação (leia-se ditadura) do proletariado, seriam ainda partes fundamentais para o sucesso dos comunistas.

Gramsci busca em Lênin como essa capacidade de dominação e principalmente de *direção* pode e deve ser tomada por uma vanguarda revolucionária frente às massas, para que assim uma classe consiga superar a outra. Ou seja, “a hegemonia entra aqui [A Questão Meridional] em estreita relação com a ditadura do proletariado. Pode-se dizer que hegemonia e ditadura do proletariado são sinônimos”.²⁴² Entretanto, para Gruppi, “na realidade, se examinarmos bem, veremos uma certa distinção. A hegemonia é a capacidade de direção que fornece à ditadura do proletariado as bases sociais necessárias”.²⁴³ Portanto, o controle somente através de bases econômicas ou da “tomada violenta do poder” não seriam suficientes para o sucesso da revolução socialista. Gramsci nos Cadernos vai além, alertando para a necessidade de manutenção dessa hegemonia:

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente [...] pode e deve haver uma atividade hegemônica antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz.²⁴⁴

O que alicerçaria o Estado burguês, seria muito mais complexo do que somente o modo de produção e o aspecto econômico, a realidade material. Não é

²⁴² GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 58.

²⁴³ GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 58.

²⁴⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 63.

possível deixarmos de mencionar a relação desta concepção com outros conceitos clássicos do marxismo de estrutura e superestrutura. Embora haja compreensão e interpretações do marxismo que compreendessem que a revolução deveria tão somente ocorrer no terreno da estrutura (econômico) que refletisse na superestrutura (Estado, cultura, Direito, religião, etc), vemos em Gramsci um entendimento diferente, mais complexo e enraizado, levando em conta outros aspectos subjetivos. A superestrutura, para Gramsci, não seria um terreno meramente abstrato de reflexos do modo de produção dominante; ainda ligado intrinsecamente ao primeiro, ela também influenciaria a estrutura e devido às suas relações mútuas e constantes, haveria um enraizamento que necessitaria de uma conquista hegemônica neste plano.

Embora seja errado compreendermos que Gramsci tinha uma visão meramente subjetivista ou que se contrapunha totalmente com a linha marxista de valorização da questão econômica e da tomada do Estado como preceitos fundamentais, vemos que há uma clara contribuição do autor na luta contra o economicismo. Ao valorar outras questões que fogem dessa pauta, amplia-se o leque de análises e lutas a serem realizadas pelos comunistas e busca assim uma compreensão não tão dogmática e fatalista.²⁴⁵ Para Gramsci “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna”.²⁴⁶ Dessa forma, existe uma relação intrínseca entre a coerção e o consenso que se conectam na formação da hegemonia; ou seja, Gramsci entende que a condução e a manutenção de uma classe dominante se dão em ambos aspectos e em igual importância. Ao levantar o aspecto de crise de hegemonia, atenta para o fato de que se se perde o consenso, o que identifica como — ideologias tradicionais — a classe dominante perde seu caráter dirigente e agora se mantém pelo aspecto único da dominação, da coerção.²⁴⁷

²⁴⁵ No Caderno 11 Gramsci faz duras críticas a Bukharin (dirigente e teórico soviético) e ao seu livro “Teoria do materialismo histórico – Manual popular de sociologia marxista” (1921) afirmando que não há possibilidade de compreendermos o marxismo de forma determinista como uma fórmula pronta a ser aplicada. A crítica gramsciana baseia-se contra boa parte da concepção marxista no período, liderada pela União Soviética, de uma noção fatalista de crise do capitalismo. Para o italiano, a obra de Bukharin negava a própria dialética e adotava um tom positivista.

²⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. In.: COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento político: Gramsci, pág. 77.

²⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. In.: COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento político: Gramsci, pág. 198.

Para Gramsci, coerção e consenso não são conceitos completamente opostos, o que nos leva a contemplar mais profundamente a lógica gramsciana. Ambos coexistem e se conectam numa relação dialética própria que gera uma síntese: a hegemonia. Portanto, é através da construção da hegemonia que se constrói uma base social que reflete uma “direção moral e intelectual” que vai através do consenso inculcar sua dominância nas classes sociais subalternas. Dessa forma, o que Gramsci chama de — aparelhos privados de hegemonia — são as instituições que determinam o controle dessa hegemonia por dentro da sociedade, por exemplo as escolas, igrejas, jornais e meios de comunicação. A partir disso, cria-se um complexo aparato ideológico que uniformiza e distribui a hegemonia de uma classe às outras.²⁴⁸ A coerção por sua vez é também um mecanismo que alimenta o consenso, pois identifica o inimigo a ser combatido e mantém através da violência a hegemonia, mesmo que na falta de um desses aspectos se inicie uma crise da hegemonia. Essa crise abre espaço para a suplementação de uma classe sobre a outra, sendo esse o objetivo de construção da classe operária através do partido comunista para o triunfo da revolução. Essa revolução e essa construção de uma hegemonia perpassam por diversas análises e elaborações a serem feitas a fim de compreender cada questão nacional como própria e particular, sendo necessário um aprofundamento que rechace um mecanicismo ou reproducionismo não dialético. Na definição de Gruppi:

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo.²⁴⁹

Segundo Antonio Gramsci, a construção da hegemonia para a classe operária só pode ser feita através do que há de mais moderno no desenvolvimento histórico: o partido. Gramsci identifica no partido político o Príncipe moderno de Maquiavel, que agora não mais pode ser um indivíduo, mas sim um agrupamento “na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e

²⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. In.: COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento político: Gramsci, pág. 198.

²⁴⁹ GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 59.

totais”.²⁵⁰ O moderno príncipe é central para entendermos como Gramsci compreendia a realização da hegemonia e por onde os comunistas deveriam atuar. Para ele, é através do partido que se deve organizar uma — reforma moral e intelectual — afim de criar espaço para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular.

Importante pontuar que ele faz estas elaborações partindo de uma análise profunda do caso italiano, do porque não houve uma monarquia absolutista no tempo de Maquiavel, das comunas medievais, do catolicismo, etc. Gramsci entende que a reforma moral e intelectual posta em prática pelo moderno príncipe só se concebe de forma concreta através da reforma econômica; ou seja, a derrubada do capitalismo e a transformação do modo de produção confirma na prática estas mudanças. O partido aqui se entende como expressão de uma classe social, que pode assumir muitas vezes (no período moderno) um caráter de arbitragem com outras classes e seus inimigos políticos.

Gramsci entende que no mundo moderno os partidos se dividiram, seja em partidos independentes ou em setores que operam a vontade coletiva desse mesmo partido em outras formas; isto é, as ideias e a expressão de determinado partido se expressam fora dele e muitas vezes são reconhecidas como força dirigente pelo público. Como exemplo, o autor cita o jornal Times na Inglaterra e o Corriere della Sera na Itália, que seriam formadores de opinião a serviço da classe dominante. O partido, portanto, se constitui como caráter universalizante e político. Supera uma fase econômico-corporativa do indivíduo e age de forma a elevar uma parte da classe, o que se constituiria na sua vanguarda organizada, expressa de maneira agora nacional e intelectual.²⁵¹

A constituição do moderno príncipe para Gramsci se dá em 3 níveis de grupos: o primeiro, difuso e composto por homens comuns, médios; o segundo de coesão, entende-se aqui como os dirigentes do partido; e um terceiro que conecta os dois primeiros, colocando-os em contato direto, tanto físico quanto moral e intelectual.²⁵² Vemos aqui uma elaboração onde novamente Gramsci se baseia na concepção

²⁵⁰ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, P. 06.

²⁵¹ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, P. 119.

²⁵² GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 29.

leniniana de partido com uma forte centralização dos dirigentes. Tal tese se orientaria pelo centralismo democrático, que seria um dos pilares do marxismo-leninismo e se tornaria quase um dogma a ser seguido por todos partidos comunistas no início do século XX.

A partir da perspectiva da relação vertical dentro do partido, o primeiro citado seria o da base que se constituem como uma força “na medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina”. E sem esta força dirigente, se dispersariam. O segundo nível seriam então os já citados dirigentes, que constituiriam a principal força de coesão, disciplina e organização do partido. Mas Gramsci alerta que “só, este elemento não formaria o partido”.²⁵³ Estes dirigentes seriam equivalentes a capitães de um exército, por óbvio constituído em um número bem mais restrito. E o terceiro, grupo o qual o autor menos discorre, é o intermediário entre os dois primeiros.

O Partido Comunista em 1945 quando da sua aliança momentânea com o governo ainda sob Vargas, se esquivava de algumas temáticas para evitar confrontação com o governo, como é a questão da greve por exemplo. Isso muda com o decorrer dos acontecimentos, como a queda do ditador, a manutenção do calendário eleitoral e a consequente adesão das massas a essas greves. Como vimos anteriormente, a linha adotada pelo PCB era de conciliação com o governo e setores da oposição, primeiro em um esforço de guerra para garantir a entrada do Brasil no conflito e combater o Eixo e depois para garantir a reabertura democrática. O partido seguia uma linha desenvolvimentista, apontando para uma aliança do proletariado com a burguesia nacional. Segundo Prestes “na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenine que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo”.²⁵⁴ Importante ressaltarmos que para o PCB, o Brasil precisava superar restos feudais para assim alcançar o status de potência capitalista.

Dessa forma, propõe a implementação imediata já em maio de 1945 em seu manifesto — União Nacional para a democracia e progresso — seis medidas que

²⁵³ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 29.

²⁵⁴ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1922 A 1943)**. v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 23.

buscavam dialogar com essa perspectiva de desenvolvimento econômico e combate ao atraso no campo. A primeira medida seria de estimular a produção de alimentos principalmente aos arredores dos centros e maior consumo através da entrega de terras gratuitamente a famílias camponesas que se comprometessem em explorá-las prontamente. Além disso, estimular e apoiar o “cooperativismo livre e democrático, pelo crédito barato e, se possível, sem juros” e com auxílio técnico e financeiro aos pequenos produtores agrícolas. O segundo e o terceiro ponto versavam sobre os impostos, sendo um pedindo pela redução imediata dos impostos em cima das trocas internas e o outro o aumento do imposto sobre a renda de forma progressiva. O quarto ponto pedia a utilização imediata dos saldo-ouro para compra no exterior de diversos materiais para construção civil, tratores, maquinário agrícola e navios. O quinto e o sexto, respectivamente demandavam o fim do intermediário na venda dos produtos nacionais para o estrangeiro e uma “elevação ponderável, isto é, de cento por cento, pelo menos, dos salários-mínimos”.²⁵⁵

O Partido Comunista ainda era fraco em organização e mobilização no campo. A noção de direção da revolução pelo proletariado, também ajudava a minar e criar alguns entraves num maior trabalho com esta parte da população, mesmo que a maior parcela do país ainda vivesse na área rural. A vontade nessa abertura democrática era de ampliar as bases do Partido, incluindo a formação de células e quadros no campo. Na III Conferência Nacional do PCB foram tiradas resoluções que deveriam nortear a atuação do Partido nessa abertura. Referente a ação na área rural, o partido entendia que era necessário “ampliar-se as organizações das massas camponesas que, dia a dia, voltam suas esperanças para nós”.²⁵⁶ Os comunistas brasileiros entendiam que era “indispensável que abandonemos as formulações mais gerais a fim de apresentar as reivindicações das massas camponesas” ao passo que determinavam que “a posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas”.²⁵⁷ A análise do partido incorria muitas vezes sem ter conhecimento mais ampliado e específico das questões analisadas, como nos é evidente neste ponto. O PCB baseava sua análise a partir dos trabalhos que tinham

²⁵⁵ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil**: o P.C.B (1922 A 1943). v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 23.

²⁵⁶ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil**: o P.C.B (1922 A 1943). v. 1. São Paulo: Difel, 1982.

²⁵⁷ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil**: o P.C.B (1922 A 1943). v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 23.

em Minas Gerais e em São Paulo, o que representava uma realidade diferente do que se apresentava em outras localidades do país. Mais à frente entendia que através de reivindicações de como melhores condições de trabalho e diminuição de impostos é que seria possível “criar novas células rurais e de fazenda, e, ao mesmo tempo, organizar as massas camponesas em associações as mais amplas possíveis, como ligas, sociedades e cooperativas”.²⁵⁸

A organização partidária se estruturou durante o breve tempo de legalidade primeiro com seu núcleo duro, o Comitê Central, e numa segunda instância com seus comitês estaduais. Um organismo importante de atuação do PCB nesse momento eram os Comitês Populares. A concepção de atuação para uma maior ampliação das bases e influência do partido propiciaram uma atuação mais massificada e a criação de instituições capazes de atingir e organizar setores da sociedade civil. A proposta dos Comitês Populares era de organizar pautas e reivindicações na sua localidade, fosse ela nos bairros, favelas ou atividades profissionais. Foi publicado na Tribuna Popular do dia 21 de julho de 1945 como deveria se construir um Comitê Popular. A criação deveria consistir em três fases: a primeira de organização, a segunda de uma direção provisória e a última onde estabelecia uma estrutura definitiva com eleições periódicas. Indicava-se que fossem realizadas atividades como reivindicação da União Nacional, eleições livres, direito de voto aos soldados e analfabetos, etc.

Embora no documento afirmasse que a criação de um posto de alistamento eleitoral deveria ser feito “independentemente de qualquer interesse ou cor partidária” e também que “o Comitê não tem, por sua própria natureza, qualquer finalidade partidária, nem objetivos filosóficos ou religiosos, aceita sem distinção de partidos”²⁵⁹ é plausível afirmar que a campanha de alfabetização, uma das principais ações realizadas pelos CP’s tinha também seu caráter eleitoral, na intenção de agregar uma população que somava cerca de 67%²⁶⁰ e não obteria direito ao voto, o que seria pautado diversas vezes na Constituinte pelo PCB. Dessa forma, sem estabelecer um caráter partidário direto ou sindicalista, ampliaria sua base de

²⁵⁸ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1922 A 1943)**. v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 23.

²⁵⁹ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1922 A 1943)**. v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 23.

²⁶⁰ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1940.

atuação e conseqüentemente a adesão e surgimento de novos quadros. Para Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro:

Nesse sentido, os Comitês Populares Democráticos seriam de fundamental importância para a mobilização e organização dos setores populares. Deveriam constituir-se em organismo que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, se tornariam as organizações democráticas populares de cidades, de região e de estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitassem o programa mínimo de unificação nacional. Conseqüentemente, esses organismos populares escolheriam como seus candidatos aos cargos eletivos homens que lhes parecessem capazes de defender aquele programa.²⁶¹

Outro destes organismos do período de reabertura democrática foi o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores). O MUT era uma organização intersindical que buscava agregar as lideranças sindicais e fomentar a sindicalização dos trabalhadores. Com um forte caráter sindicalista, pautava questões como redução da jornada de trabalho para seis horas, elevação de salários, maior liberdade sindical e direito de greve²⁶², ainda que este último ponto fosse controverso para o partido e na prática alternaria entre momentos distintos de defesa e condenação das greves. A questão sindical era vista pelo PCB — como o mais importante — e que deveria “ser encarado por todo o Partido, dos organismos superiores aos de base, como tarefa fundamental para sua ligação com as grandes massas trabalhadoras a fim de que possamos assegurar a democracia”.²⁶³ Neste sentido, a compreensão do Partido era que havia uma debilidade muito grande nos sindicatos e que isso deveria ser transformado urgentemente para que as mesmas conseguissem dirigir o proletariado.

O MUT não seria uma organização substituta dos sindicatos, mas inseria-se numa realidade que antes da reabertura democrática se apresentava com

²⁶¹ PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): uma história comparada.** 265 f., 2014. Tese – (Doutorado em História Comparada), Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 35. Disponível em: https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=71-dos-comites-populares-democraticos-1945-1947-aos-movimentos-de-educacao-e-cultura-popular-1958-1964-uma-historia-comparada&category_slug=teses&Itemid=155. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁶² SILVA, Raquel Oliveira. O PCB e a composição social dos Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947). **Revista de História**, v. 5, n. 1-2, pp. 238-255, 2013, p. 240. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/Eduardo.Bueno%40edu.pucrs.br/FMfcgzGtwMcHnJhmDNnZLIRZXHDRXrpn?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em: 12 fev. 2023.

²⁶³ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1922 A 1943).** v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 68.

pouquíssima liberdade e autonomia sindical, sendo uma frente na luta por reivindicação desses direitos e agregação dos trabalhadores. Entretanto, como mostra Weffort, na base de reivindicações do MUT não é pautada um mecanismo que foi peça central e fundamental do aparelhamento dos sindicatos durante o Estado Novo: O Imposto Sindical. Ele entendia que “subordinado a uma política de apoio ao governo, o MUT pretendia maior autonomia para os sindicatos porém sem tocar naquilo que constituía a explicação básica de sua dependência”.²⁶⁴ O alinhamento político com Vargas no final de seu governo associado ao desestímulo às greves por parte dos comunistas, são fatores que levam a entender que o funcionamento e a atuação do MUT, que rapidamente teve um crescente no número de associados e sindicatos sob sua influência, iniciou-se não por um choque direto com todas as bases de um sindicalismo incipiente e corporativista que existia, mas tinha como um importante pilar não atacar diretamente o governo e até mesmo aproveitar-se de alguns de seus mecanismos.

No dia 11 de agosto de 1945, representantes do MUT fizeram uma visita oficial ao Departamento Nacional do Trabalho, repartição do Ministério do Trabalho, como consta no jornal Tribuna Popular. Em um tom de valorização do Ministério e de suas ações, faziam questão de associar o movimento com o governo na luta contra as greves, pois “nos dias críticos dos surtos grevistas, registrados em São Paulo, o MUT atuou decisivamente como a força pacificadora que educava e conduzia os trabalhadores pelo caminho unitário e ordeiro da solução de seus problemas imediatos”. Mais adiante na matéria que ocupava a capa e a segunda página:

Ora, naquela visita do MUT, ao Importante Departamento do Ministério do Trabalho, abriam-se as melhores perspectivas de uma proveitosa cooperação. O MUT pode cooperar com o Ministério do Trabalho, ajudando – e sendo ajudado – no esforço de dotar a classe trabalhadora com órgãos realmente representativos da sua unidade, como a central sindical a que todos aspiram, a futura Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.²⁶⁵

Associados a isso, a III Conferência Nacional do Partido também sinalizava a urgência com a qual se deveria buscar a formação qualitativa de seus quadros. O

²⁶⁴ WEFFORT, Francisco. **Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973, p. 84.

²⁶⁵ TRIBUNA Popular (RJ) – 1945 a 1947. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-popular/154547>. Acesso em: 27 out. 2020.

crescimento do Partido, segundo o documento do PCB, estava condicionado a esta tarefa:

A III Conferência Nacional acentua como tarefa urente elevar o nível político e ideológico de todo o Partido. O nosso próprio crescimento está dependendo cada vez mais da formação e educação de novos quadros, cujo atraso precisa ser vencido com energia, decisão e audácia.²⁶⁶

Para além da educação de dos novos militantes que se associavam ao Partido, era preocupação também com uma elevação do nível dos que já estavam presentes, para se constituir cada vez mais novos dirigentes partidários:

O crescimento numérico do Partido exige cada vez mais novos quadros dirigentes e a própria situação objetiva, com o evidente aprofundamento dos choques de classes no país, está também a reclamar à frente de todo o Partido, de seus Comitês Estaduais e municipais, de suas células mais importantes, homens firmes, comunistas conscientes, capazes de se orientar sozinhos, de isolados aplicarem a linha do Partido, em condições, enfim, de sentir, compreender ou resistir a qualquer viragem.²⁶⁷

No último ponto do documento é mais uma vez ressaltado essa tarefa que é vista como fundamental:

No terreno da organização dar a máxima atenção ao trabalho de fortalecimento das direções estaduais, municipais, distritais e de células. Para isso o Partido precisa realizar uma audaz política de quadros, promovendo os militantes que demonstrem possibilidades de se transformar rapidamente nos dirigentes que necessitamos.²⁶⁸

Essa política de quadros e promoção de dirigentes se tornava necessária tendo em vista o crescimento repentino do partido comunista e suas demandas que aumentavam. A correlação é intrínseca e a busca pela formação cada vez maior de quadros capazes de serem dirigentes e aumentarem sua capacidade de compreensão e atuação, é fundamental para o sucesso do partido. E a atuação através dos CP's e do MUT é a concretização da necessidade que se impunha naquele momento de um alargamento nas bases diretivas. Para além de João

²⁶⁶ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1922 A 1943)**. v. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 70.

²⁶⁷ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1943 A 1964)**. v. 2. São Paulo: Difel, 1982, pág. 70.

²⁶⁸ CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil: o P.C.B (1943 A 1964)**. v. 2. São Paulo: Difel, 1982, pág. 71.

Amazonas que despontava como um dos principais líderes do MUT, o Partido conseguiu eleger no Distrito Federal também Joaquim Batista Neto, ex oficial da Marinha, operário do Arsenal de Marinha das Ilhas das Cobras e Presidente do Comitê Metropolitano do MUT no Rio de Janeiro.²⁶⁹ Como aponta Buonicore, com a relação do intelectual à dirigente, Gramsci compreendia a noção de intelectual a todo aquele indivíduo que exercia uma função de educador e de dirigente.²⁷⁰ Nesse momento da tática pecebista de estabelecer movimentos que pretendiam ser de massa e de ampla composição social, era de vital importância que houvesse relação estreita com àqueles que construíssem esses movimentos, para que se dirigisse e se aproximasse os movimentos e os dirigentes ao partido.

Na teoria, essa era uma forma criada para que o Partido estabelecesse uma base de apoio e influencia maiores, lançando suas agendas e pautas ao passo que procurava atuar nos mais variados âmbitos de localidade e serviços profissionais. Os exemplos na prática são exitosos em muitas localidades, como na Bahia e no Rio de Janeiro, onde contam com expressiva participação popular. Não por acaso, eram dois dos comitês estaduais mais estruturados e com a militância organizada que remetiam desde antes da reabertura democrática.

Em seu livro acerca da atuação do PCB na Constituinte, o historiador Evaristo Giovanetti Netto traz pontos importantes que foram pautados pela bancada comunista e que são fundamentais para compreendermos melhor como se construiu as intervenções que o partido realizou na ANC. Primeiro, como já foi mostrado anteriormente em algumas intervenções de Margihella, o Partido estava em descrédito com o presidencialismo, defendendo abertamente uma nova forma de organização política, chegando até mesmo a defender o parlamentarismo. Prestes é importante figura dessa posição na Constituinte, constantemente remetendo a necessidade de maior poder para o Legislativo em detrimento do que considerava um poder excessivo ao Executivo. Esse posicionamento fazia sentido se olharmos as experiências que os comunistas haviam vivido até então, e a necessidade de se estabelecer relações com as demais figuras da política nacional na intenção de se estabelecer institucionalmente. Compreensível que “a preocupação dos comunistas

²⁶⁹ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Câmara dos Deputados, 1998, pág. 291.

²⁷⁰ BUONICORE, Augusto. Ideologia e intelectuais na obra de Antônio Gramsci. **Fundação Maurício Grabois**, 2011. Disponível em: <https://grabois.org.br/2011/01/21/ideologia-e-intelectuais-na-obra-de-antnio-gramsci/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

era, evidentemente, recolocar o Legislativo no centro da cena política, livrá-lo da condição de apêndice da máquina governamental e investi-lo das responsabilidades de governo”.²⁷¹

No contexto social e político do Brasil que caminhava para uma reabertura democrática pós oito anos de supressão de direitos, repressão nas ruas e com Executivo hipertrofiado, a opção da linha política do Partido neste assunto, independentemente de estar certa ou errada, condizia com sua política adotada até então de conciliação e unidade nacional. Mesmo que o Parlamento tenha sido estabelecido com uma maioria conservadora e abertamente anticomunista, a opção do PCB de se construir através de uma via institucional era quase imposta, tendo em vista o crescimento exponencial com os mais de 180 mil filiados e o clima de reestruturação de um ambiente político minimamente mais amistoso. De fato, se pode compreender que a Constituinte era “um reduto das elites onde as vozes discrepantes eram flagrantemente minoritárias”²⁷² mas entendemos que, acima disso, a prática, o contexto político, tinham um peso maior na forma de atuação do Partido naquele período, que ao contrário do que afirma Netto, não houve uma “supervalorização da instituição parlamentar”, como se a via legislativa valesse menos do que a clandestinidade ou as demais representações sindicais, estudantis, etc., mas compreendemos que, era naquele momento, o objeto de construção pragmático e de acúmulo de forças que a prática se apresentava ao Partido Comunista, sem também deixar de lado as importantes frentes de atuação como os CP's e o MUT. Portanto, entendemos como muito simplória e insuficiente a romantização de que posições mais radicais frente ao processo democrático ainda vacilante que estava em andamento, representariam uma maior valorização da luta empregada pelo Partido.

Já no início de 1946 o PCB denuncia diversas vezes através de seus jornais e na ANC a perseguição que vinha sofrendo do governo. Há cada vez mais um recrudescimento na liberdade sindical, com os sindicatos voltando ao aparelhamento e as reuniões e protestos de comunistas sendo interrompidos. Estima-se que nos dois primeiros meses de 1946 mais de 60 greves são realizadas, e em março

²⁷¹ NETTO, Evaristo Giovannetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 147.

²⁷² NETTO, Evaristo Giovannetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 147.

daquele ano um decreto-lei é baixado proibindo greves a setores considerados fundamentais e burocratizando sua legitimidade. Nos sindicatos que apoiassem greves era retomada a prática de intervenção e para impedir a inserção dos comunistas suspendeu-se por um ano as eleições sindicais. Em agosto o principal jornal do Partido, *Tribuna Popular* tem diversas edições apreendidas e é decretada sua suspensão por 15 dias. Da bancada na Constituinte, outras vozes se somam aos comunistas para denunciar as arbitrariedades e pedir liberdade de imprensa. Nomes como Plínio Barreto e Prado Kelly, ambos da UDN, se pronunciam contrários à censura do jornal. Segundo nota do gabinete do Ministro de Justiça, Carlos Luz “a *Tribuna Popular*, em edições sucessivas, vem dirigindo injúrias contra os poderes públicos e os agentes que os exercem, crime punido no Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938”.²⁷³

A reação pecebista foi de total revolta e descrédito cada vez maior no governo de Dutra, que cada vez mais fechava os espaços para atuação legal dos comunistas. A utilização jurídica de leis e decretos baixados ainda no Estado Novo seria uma denúncia constante na Constituinte, entretanto raramente surtindo efeito, ao passo que cada vez mais ingerências eram cometidas pelo poder executivo que herdara a máquina estatal estado novista. Como nos lembra Almino, as atitudes do governo de repressão aos comunistas e ao movimento operário também correspondem a um contexto internacional de acirramento da guerra fria.²⁷⁴ Prestes concede uma entrevista no início de 1946 onde afirma que caso houvesse um conflito entre Brasil e União Soviética, os comunistas brasileiros lutariam “pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional” e que seriam resistência no país, colocando-se ao lado dos soviéticos.

Tal declaração gera muito alvoroço no cenário político e serve como combustível para a crescente onda anticomunista na imprensa, no governo e na Constituinte. O posicionamento dos comunistas com o acirramento da questão das greves é registrado nos anais da Assembleia, por exemplo quando o deputado João Amazonas pede a palavra para denunciar a repressão ocorrida no já tradicional dia do trabalhador em 1º de maio no Rio de Janeiro:

²⁷³ NETTO, Evaristo Giovannetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 149.

²⁷⁴ ALMINO, João. **Os democratas autoritários**: liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946. Brasília brasiliense, 1980, p. 91.

Não pode esta assembleia silenciar ante os fatos ontem ocorridos, que imoportam em restrição às liberdades públicas e em franco desrespeito à autoridade desta Casa, constituindo mesmo ameaça à sua existência, de órgão representativo da soberania popular. Segundo nota distribuída à imprensa pelo Departamento Federal de Segurança Pública, foram proibidas quaisquer manifestações populares, a céu aberto, atingindo essa medida as comemorações de júbilo que o proletariado carioca realizaria na data magna do trabalho.²⁷⁵

Amazonas seguiria trazendo relato de espancamentos e ressaltando a contradição, em sua visão, do aniversário da derrota dos nazistas na segunda guerra que se aproximava com a falta de liberdade de manifestações no país:

“Já na noite do dia 20, a Polícia do Distrito Federal prendeu e até espancou inúmeros trabalhadores, entre eles algumas senhoras, sem qualquer motivo que justificasse essa violência. Ainda à noite do dia 30, Srs. Representantes, até mesmo tanques e tropas embaladas em vários pontos da cidade tomavam atitudes de emergência, fazendo parar carros de passageiros para revista-los. E ontem a Praça Mauá e o Largo do Carioca foram transformados em fortes praças de guerras tal o aparato militar que ali se via. O exército conservou-se, durante todo o dia na mais completa e rigorosa prontidão, como se houvesse uma ameaça iminente à ordem pública. [...] Às vésperas do primeiro aniversário da derrotar militar dos exércitos nazistas, não se justifica que, em nossa pátria, o Governo ainda proíba manifestações pacíficas como essas; ao contrário, elas deveriam merecer do S. Excelência o melhor estímulo e até contar com sua presença. [...] Se continuarmos a assistir atentados à democracia como os que aqui refiro sem o nosso protesto, nossa missão estará terminada antes de chegarmos ao meio do caminho e seremos, os que calaram, indignos da confiança do povo.²⁷⁶

Apesar de ter um trabalho considerável e ter traçado como principal meta a luta sindical, a influência comunista era intencionalmente supervalorizada por seus opositores. Os comunistas não tinham capacidade de direção dos sindicatos ou das greves que ocorriam no final de 45 e início de 46, e mesmo que embora tenham vacilado em certos momentos, principalmente inicialmente, de apoiar as greves, eram associados a esses movimentos com a intenção de caracterizar o Partido como agitador da ordem pública. Para o pessedista Nereu Ramos “essas greves não visam a reivindicações de direito, mas estabelecer no país a submersão da ordem pelo

²⁷⁵ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969. **Marxists Internet Archive**, [S.l.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

²⁷⁶ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

Partido Comunista”.²⁷⁷ A pressão contra os organismos do Partido ganhava cada vez mais espaço. O MUT foi um dos alvos escolhidos para constantes ataques na Constituinte. Os opositores não viam legalidade em seu funcionamento e se assustavam com o crescimento de uma influência do PCB sobre os trabalhadores, principalmente por fora dos meios parlamentares. O deputado Janduí Carneiro do PSD toma o palanque para discordar do deputado João Amazonas e ressaltar sua contrariedade ao movimento:

O SR. JANDUI CARNEIRO – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Pedi a palavra para uma explicação pessoal, apenas com o objetivo de reafirmar as verdades que proferi, neste recinto, em apartes ao discurso do nobre Deputado comunista, Senhor João Amazonas. Afirmo a Sua Excelência – e reafirmo agora, porque é a verdade – que o MUT é uma organização ilegal e clandestina, e assim continuarei chamando-o até o momento em que o Sr. Deputado João Amazonas traga ao nosso conhecimento o ‘Diário Oficial’, onde esteja publicado o competente despacho de registro daquela associação.²⁷⁸

A tentativa dos comunistas de empreender uma frente parlamentar que conseguisse frear valores conservadores ou estabelecer Projetos de Leis próprios, não se constituiu de fato. Mas ao olharmos sua atuação da Constituinte associado ao seu crescimento de influência social, seja através dos jornais, movimentos sociais organizados, representaram uma nova forma de fazer política e de introduzir pautas que até então não eram trazidas ao meio institucional. Como aponta Magalhães, Marighella chegou a ser censurado nos anais por citar a palavra reacionário gerando certo desconforto com seus colegas constituintes. O termo — não era parlamentar — e tinha um sentido desatencioso segundo foi relatado pela mesa que determinou a censura da palavra.²⁷⁹ Essa hegemonia estabelecida pela classe dominante, representada por sua classe política, entrava em choque direto com a bancada do PCB. Podemos discutir quanto a assertividade ou não das táticas do Partido adotadas na ANC, seu alinhamento prévio com concessões tanto ao governo Vargas, quanto a Linhares e Dutra posteriormente, mas sua tentativa de estabelecer

²⁷⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 144. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁷⁸ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022, p. 146.

²⁷⁹ MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 172.

uma nova concepção dita moral e intelectual, veio através destas representações tanto no Parlamento quanto na sociedade civil. Se mudanças estruturais não foram de fato estabelecidas, sem dúvida não deixaram de ser pautadas.

Ao estabelecer este confronto de ideias compreendia-se que estava em disputa uma nova consciência da classe trabalhadora, que como vimos, independente da ação dos comunistas, se lançava às greves e mobilizações no início de 1946. Cabia aos comunistas saberem como se adaptariam a novas reivindicações, que na verdade não surgiam de repente, mas irrompiam após um longo período ditatorial. Longe de ser uma realidade simplória e linear, tendo em vista o forte apelo popular que Vargas ainda detinha e o compromisso do PCB com o governo varguista, que rapidamente foi transformado em apoio aos seus sucessores. Ainda que vacilante, o PCB reorganiza suas pautas e busca assimilá-las com suas bases, ao passo que alarga seu campo de influência e admite uma política menos radical em determinados âmbitos. Afinal, é tarefa do Partido que se pretende dirigente de uma classe e educador das massas, adaptar-se à realidade e construir a sua moral.

As inserções na Constituinte serviam como um desses mecanismos, que aliado aos jornais, seriam disseminados às massas, buscando alicerçar as prerrogativas e a sedimentar novas formulações. Como vimos anteriormente, no pensamento gramsciano, o Príncipe Moderno deveria ser dirigente e ter uma atividade hegemônica antes da “tomada do poder”. No caso brasileiro, podemos considerar a atuação dos comunistas neste curto período de existência legal, que havia um o projeto hegemônico constituído por dois pontos fundamentais: 1) assegurar uma estabilidade democrática através de concessões políticas e 2) ampliar as bases do Partido através dos sindicatos e movimentos sociais na cidade e no campo. Ao primeiro ponto, a centralidade da atuação na Constituinte e todo apelo popular recebido nas eleições com expressivas votações. Não desassociado a este, o segundo lançava-se principalmente através da organização popular com movimentos como os Comitês Populares e o MUT. Ambas prerrogativas funcionavam, ou assim deveriam, como complementares, buscando novos e aprimorando antigos quadros partidários. O Partido Comunista havia desenhado assim, sujeitos a muitos outros fatores e percalços ao longo do caminho, a sua busca por uma conquista da hegemonia sob os anos de legalidade. Este constituiria o bloco

histórico soreliano adaptado por Gramsci, articulando uma nova concepção de mundo e buscando o consenso das massas.

3.1 A CASSAÇÃO DO PARTIDO

A fala de Prestes publicada no Tribuna Popular acerca de uma eventual guerra imperialista entre Brasil e União Soviética ecoaria como música para os deputados anticomunistas que buscavam expurgar da política seus adversários. Cerca de uma semana após a declaração do principal dirigente comunista, duas denúncias são feitas ao TSE solicitando a cassação da legenda do Partido. Na resolução 1841, referente ao processo nº 411/412, o documento contendo mais de duzentas páginas consta que o primeiro requerente entrega farto material com jornais, entrevistas e discursos ligados ao PCB como “provas” das suas acusações. O advogado Honorato Himalaia Virgulino, antigo procurador do Tribunal de Segurança Nacional durante o Estado Novo e denunciante do levante de 1935, apresentou três pontos na sua acusação:

- a) que o partido é uma organização internacional orientada pelo comunismo marxista-leninista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- b) que, em caso de guerra com a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil;
- c) o partido é estrangeiro e está a serviço da Rússia.²⁸⁰

O segundo requerente, o deputado Edmundo Barreto Pinto do PTB entendia “que, logo após registrado, o partido passou a exercer ação nefasta, insuflando luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem”.²⁸¹ Insistiria também na argumentação de que o PCB era dependente da União Soviética e que a declaração de Prestes publicada na Tribuna Popular foi “reafirmada da tribuna da Assembleia Constituinte” sendo assim “bastante para

²⁸⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo n. 411/412**. Cancelamento do Registro do Partido Comunista do Brasil. Rel. Sá Filho. Sessão de 07/05/1947. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

²⁸¹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo n. 411/412**. Cancelamento do Registro do Partido Comunista do Brasil. Rel. Sá Filho. Sessão de 07/05/1947. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

demonstrar a colisão do partido com os princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem”.²⁸²

O clima na Constituinte se acirrava com o passar do tempo, associado com o contexto internacional de aumento das tensões entre a URSS e os Estados Unidos. Na ANC, um dos anticomunistas mais ferrenhos e insistentes na pauta era o deputado Clemente Mariani Bittencourt da UDN. Conterrâneo de Marighella, Mariani era um belo exemplo do que Gramsci considerava um intelectual da classe burguesa. Professor universitário, advogado, dono de terras, banqueiro e jornalista, iniciou na política ainda no começo dos anos 20 fazendo parte do Partido Republicano Democrático sob a liderança de José Joaquim Seabra. Foi Primeiro-Secretário do PSD nos anos 30 e Deputado Constituinte e Federal pela mesma legenda em 1933 e 1935-37. Formado na Faculdade de Direito na Bahia, escreveu em diversos jornais, sendo redator chefe do Diário da Bahia.²⁸³ Figura muito influente no cenário político e na elite baiana no período, seria Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Dutra após a Constituinte.

Mariani era um político com extensa formação acadêmica e constantemente fazia questão de asseverar sua erudição na ANC com seus discursos longos, referências a pesquisadores e uma linguagem rebuscada. Em um de seus notórios discursos na Constituinte, explanaria sobre os processos democráticos defendendo a incompatibilidade com a teoria marxista, pois “que diremos da admissão por ela de processos antidemocráticos, como o da imposição de uma vontade minoritária, pela violência, o que constitui o objeto, por exemplo da doutrina comunista?”.²⁸⁴ É do deputado a emenda constitucional que seria aprovada e se tornaria § 13.º do art. 141 da Constituição:

É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime

²⁸² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo n. 411/412**. Cancelamento do Registro do Partido Comunista do Brasil. Rel. Sá Filho. Sessão de 07/05/1947. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@_@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

²⁸³ BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 194.

²⁸⁴ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 391. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

democrático que se baseia na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.²⁸⁵

O requerimento apresentado em 23 de agosto de 1946, contaria com a assinatura também de Honório Monteiro, Costa Neto, Nereu Ramos e Mario Masagão, sendo os três primeiros do PSD e o último da UDN. Ao ser aprovada a indicação de Mariani, é lida uma declaração de voto pela Mesa, escrita pelo deputado Bento Munhoz da Rocha Neto do PR que dava o tom do que a maioria dos deputados adeptos a emenda defendiam. Para Munhoz da Rocha, a democracia na qual o Brasil se inseria pertencia “culturalmente ao mundo europeu, ocidental e cristão”²⁸⁶ e por isso “baseia-se na pluralidade, na diversidade e, portanto, na liberdade”²⁸⁷ sendo dessa forma contrária a “essas prerrogativas no sentido de haver mais igualdade”. Ainda na esteira do que Mariani havia proposto e argumentado, o princípio de igualdade que o PCB se embasaria, segundo estes deputados, se contrapunha aos preceitos democráticos e já estabelecidos na sociedade brasileira.

No auge do determinismo, a exemplo das construções mitológicas de figuras políticas, para Munhoz da Rocha nos países latino-americanos era necessário amparar a democracia, pois as maneiras de reagir do povo poderiam ameaçar a própria liberdade. Segundo ele havia povos, como o inglês, que poderiam deixar livremente o funcionamento de qualquer organização ou programa político porque “a psicologia inglesa diminui as repercussões de todos os programas. A calma inglesa amortece os perigos das pregações antissociais”.²⁸⁸ Em suma, entendia que o povo brasileiro não estaria preparado culturalmente para um debate mais amplo.²⁸⁹ Dessa forma, se construía na Constituinte a narrativa para cassação do PCB e de seus deputados.

No dia 7 de maio de 1947 é votado no TSE o processo pela cassação, e por 3 votos a favor contra 2, o Partido Comunista voltava para a ilegalidade. Apesar das intervenções na Constituinte contra a decisão e com apoio de alguns deputados de

²⁸⁵ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 23.

Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁸⁶ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 24-25.

Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁸⁷ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 24-25.

Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁸⁸ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 24-25.

Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

²⁸⁹ BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020, p. 24-25.

Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

outros partidos, o Partido não consegue reverter a situação. Os mecanismos legais que endossavam tal decisão foram inseridos na Constituição de 1946, já promulgada naquele momento. Apesar de ter buscado a conciliação através da política de União Nacional e publicamente ter se disposto a trabalhar com forças de campos diferentes, o PCB não durou mais de dois anos na legalidade.

Primeiro, entendemos que por uma conjuntura internacional de força maior que impunha uma perseguição aos comunistas, representada nacionalmente por setores conservadores que foram vencedores na abertura democrática e na elaboração da Constituição e ocupavam os postos do Estado. O governo Dutra desde que assumiu dava indícios da retomada da repressão ao Partido e suas organizações. A posição do PCB por vezes se mostrou ambígua e vacilante face a linha inicial de União Nacional em contraste com os ataques que sofria. Entretanto, antes mesmo que o partido fosse cassado, sua base foi minada. A proibição do MUT, intervenção nos sindicatos, desmantelamento dos CP's, censura dos jornais, proibição da União da Juventude Comunista e repressão às greves acabaram por atacar a estrutura ainda frágil que os comunistas construíram. Portanto, a repressão aos organismos do partido e toda sua base social foi o prelúdio da concretização política dessa repressão, materializada em duas etapas: primeiro a cassação do Partido e posteriormente com a cassação dos mandatos.

3.2 A CASSAÇÃO DOS MANDATOS

Neste ínterim que durou oito meses, os comunistas tentaram se reorganizar da maneira que fosse possível. Mesmo estando com a legenda cassada, obtiveram certo êxito nas eleições de novembro de 1947 concorrendo por outros partidos. Elegeu prefeitos em Santo André e Jaboatão e diversos vereadores pelo país. Destaque para cerca de 15 na cidade de São Paulo e 12 em Recife, onde o total era de 25 vereadores na cidade. Na Câmara, Diógenes Arruda e Pedro Pomar também se somariam desde janeiro daquele ano, eleitos pelo PSP. A política pecebista passará para atacar e denunciar o que considerava traição nacional do governo Dutra, que em sua visão, deixara-se levar por desmandos do imperialismo norte-americano.

Em tempo, com o cerco cada vez mais se fechando, os ainda deputados relatavam perseguições que sofriam, tendo sua imunidade parlamentar violada.

Marighella teve sua casa invadida pela polícia, assim como Pedro Pomar e João Amazonas, este último em um episódio que teve de expulsar a mão armada os invasores. Enquanto isso, avançava no Senado o projeto Ivo d'Aquino, projeto de Lei que extinguiria os mandatos dos deputados comunistas. De fato, naquele momento pouco restara para fazer: com os organismos criados pelo Partido na ilegalidade, limitação das greves e censura a alguns jornais do Partido, a mobilização da base do PCB era mínima. Para Marighella, em sua coluna na Revista Problemas: “desde o fechamento do Partido em maio já nossa orientação deveria ter sido mais aprofundada. O fato é que a democracia no Brasil [...] não passava de uma democracia formal. A própria Constituição de 46 não poderia assegurá-la”.²⁹⁰

A decisão pela cassação dos mandatos é tomada no dia 7 de janeiro de 1948 no Palácio Tiradentes, em votação. Por 169 votos a 74, os deputados aprovavam a cassação, e assim, oficialmente chegava ao fim a experiência Parlamentar do PCB. Se iniciava um novo período que seria marcado pela autocrítica dos militantes e do Comitê Central, ainda atordoados buscando compreender e criar explicações para o que havia dado de errado. No último discurso em nome da bancada comunista, Maurício Grabois adota um tom fúnebre e condenatório:

É com essa compreensão, Sr. Presidente, que ocupo a tribuna, certo de que já não falo para um Parlamento soberano, capaz de defender a democracia, capaz de defender sua dignidade. [...] A vitória será do povo e não será do Sr. Eurico Gaspar Dutra, com um Parlamento de ficção, simples chancelaria do Catete, dando apenas o seu visto aos atos do Governo, não será o Sr. Dutra nem esta maioria, - repito - que acabarão com o movimento comunista no Brasil, porque nós somos a vanguarda das forças do progresso e da democracia. Somos a juventude do mundo, os homens que lutam pelo progresso do Brasil. Somos soldados do grande Prestes. Sabemos que a luta será árdua, mas saberemos erguer a bandeira de defesa da democracia e do nosso povo e o triunfo será certo e decisivo. O governo do Sr. Dutra cairá sob a pressão das massas e será execrado por todos os brasileiros.²⁹¹

Os comunistas uma vez mais se encontravam na clandestinidade após manobras políticas que cerceavam seus direitos. A construção da bancada

²⁹⁰ MARIGHELLA, Carlos. Nossa Política. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 6, jan., 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/06/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

²⁹¹ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969. **Marxists Internet Archive**, [S.l.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

comunista na Assembleia Nacional Constituinte foi desenhada de uma forma a tentar assegurar uma estabilidade política com uma linha de conciliação com os demais partidos e num curto espaço de tempo foi se transformando com as reviravoltas que a prática impunha aos seus militantes e dirigentes. Se por um lado a política de União Nacional virou denúncia de um governo de “Traição Nacional”, por outro vimos uma grande mobilização e ampliação das bases sociais com seus movimentos sociais e a criação de uma abrangente imprensa operária. Entretanto, a defesa de um Legislativo cada vez mais forte e soberano, que parecia o caminho mais correto (quijá único) num momento de saída da ditadura estadonovista, em detrimento do poder Executivo, acabou por não se concretizar como o esperado. Corou-se já na Constituinte uma maioria conservadora que materializou suas agendas e políticas na Constituição de 1946 e criminalizou todos os organismos do Partido, da sua juventude organizada até suas representações sindicais, não havendo mais capacidade de mobilização suficiente que barrasse ou minimamente mostrasse força popular contra tais medidas.

4 - CONCLUSÃO

O nome de Carlos Marighella segue associado predominantemente com seus feitos durante a ditadura civil-militar, principalmente enquanto fundador e líder da Ação Libertadora Nacional, grupo de guerrilha urbana. O episódio da sua prisão em 1964 em um cinema no Rio de Janeiro, o sequestro do embaixador americano (Marighella não participou e a maioria das fontes convergem para que o mesmo sequer sabia da iniciativa da sua organização) e a emboscada que resultou na sua morte em 1969, são exemplos de acontecimentos que ganharam grande notoriedade até os dias atuais.

Seja através da construção de uma narrativa de engrandecimento da figura de Marighella, ou de condenação por seus atos, inegavelmente foi o período que mais marcou e gerou estudos da sua vida. As diversas obras de memórias de antigos militantes comunistas, a excitação de explorar a vida clandestina e uma posição de combate através das armas de outra ditadura no Brasil, criaram uma certa fixação com este recorte temporal. Entretanto, ao mesmo tempo jogou em um limbo, destinado a um certo esquecimento toda a vida pregressa de Deputado Constituinte e Federal, escritor, formador de militantes, professor, ex-detento, etc. Uma gama de representações que por muito tempo não contou com muito apreço e muito estudo em comparação com o “Marighella guerrilheiro”. O político institucional, promotor da política de União Nacional do PCB e único comunista eleito na Bahia, que encarnou a luta partidária por uma ideia de estabilidade política no país, conectada com a necessidade de estabelecer e assegurar o PCB no cenário da legalidade e autor de escritos nos jornais do Partido.

O político que saudava Mello Viana, Otávio Mangabeira e se colocava a disposição para colaborar até mesmo com os autores da Carta de 1937. Um homem, sujeito a críticas e erros, que não foi pré-determinado a atos grandiosos e que dentro da análise científica não pode ser erigido como figura mítica, seja herói ou vilão para quem faz uso de seu nome. Não existiu vários personagens, como se pudéssemos analisar de maneira isolada Marighella através de fragmentos de suas representações e habilidades, mas um indivíduo que “deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de

massa – objetivos ou materiais – com os quais o indivíduo está em relação ativa”.²⁹² Se por um lado estabeleceu-se farto estudos, documentos e produções cinematográficas acerca do período da ditadura, por outro explorou-se muito pouco os escritos nos jornais, comícios políticos, formulações teóricas e documentos desde a época da Bahia até seu mandato como Deputado.

As biografias criadas acerca de Carlos Marighella foram fundamentais nos estudos que seguiram sobre esta figura política e trouxeram diversas descobertas e relatos de pessoas próximas a ele. O cuidado necessário para se lidar com tais obras de caráter fundamental no conhecimento histórico, é conseguir discernir e apontar criticamente as problemáticas que se encontram no engrandecimento do objeto e no erro da metodologia em alguns momentos, o que por sua vez não fazem com que percam seu valor científico e sua importância para o estudo na área de História. A construção de narrativas também se deve pela fixação com que se criou a história de vida do personagem e seus usos políticos, o que influencia tanto a sociedade como as expressões que são feitas de um personagem que lida diretamente com a política, cultura, etc.

Associado a isso, como peça central e fundamental de toda sua trajetória e atuação parlamentar, está o Partido Comunista, que desde sua fundação em 1922 até 1947 passou por um turbilhão de reviravoltas e conflitos internos e externos. Passou por diversas crises e momentos de reconstrução, sendo Marighella integrante de boa parte deles. Criou e fechou jornais, teve de lidar com a perseguição da ditadura do Estado Novo e posteriormente com o reestabelecimento da censura ao Partido Comunista ainda em tempos da Constituinte. Se por um lado o Deputado Federal ainda tentou articular sua manutenção no poder legislativo através das denúncias de agressões contra membros do Partido e convocando as massas nos jornais para uma resistência, pouco sobrou para os comunistas naquele momento. A política institucional, que tanto almejavam, na prática estabelecia leis para que os mesmos não atuassem. Os erros táticos do PCB se acumulavam com sua falta de prática política ao longo dos anos em que tiveram de se esconder após o fracasso

²⁹² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 47.

da sua tentativa de golpe em 1935, levando a uma desestruturação completa do Partido e de sua frente Aliancista.

Nem mesmo a política de União Nacional, numa clara tentativa de trazer sua política, suas pautas para a arena mais democrática e menos radical, foi suficiente para tirar o estigma que criara do Partido. Os organismos criados ao longo dos anos 40, como o MUT e os CP's, aperfeiçoaram-se com a abertura democrática e através deles almejavam alcançar para além da disputa no parlamento a consciência da sociedade. Entretanto, as pautas estabelecidas pelo PCB muitas vezes não seriam aceitas pela a maioria política e da sociedade na época. Se para uma maioria católica e antidivorcista, a separação dos cônjuges ainda eram um tabu muito grande, a linha adotada pelo PCB e por Carlos Marighella era de completa e irrestrita liberdade para o divórcio, o que chocava boa parte dos deputados e senadores constituintes, mesmo que instigasse o debate publicamente nos jornais. A viabilidade política para estabelecer projetos de lei como o do divórcio por exemplo era muito pequena, ao passo que o Partido não conseguira fincar raízes de forma a se assegurar politicamente. Aliados a isso, acusações brotavam contra discursos feitos por dirigentes comunistas, como é o caso de Prestes em sua declaração acerca do apoio a União Soviética, ora mal interpretados, ora expressando a intenção e as vezes a descrença na democracia que tentava se estabelecer, como Marighella que expressou no A Classe Operária que o proletariado organizado não deveria ter a Assembleia como um fim.²⁹³

Carlos Marighella reconhecia que a mudança deveria vir através do choque da contradição que se estabelecia entre a tradição e a prática. Sua intervenção acerca do estabelecimento do divórcio se baseava em assinalar esta premissa, em dialogar com uma população isolada, excluída das grandes cidades e da burocracia estatal e jurídica. Nos jornais, que em sua maioria não atingiam as localidades mais isoladas no interior do Brasil, buscavam atentar para essa relação, e Marighella logo ficou centrado principalmente no jornal de maior atenção ao aspecto de formação política, a Revista Problemas. Se por um lado este debate era no mínimo polêmico e não se pretendia ter um forte apelo popular, embora a revista tenha tido uma

²⁹³ IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969. **Marxists Internet Archive**, [S.l.], p. 06. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

tiragem considerável, os comunistas tentavam lançar no seu meio, nos leitores da imprensa operária, uma nova concepção que batia de frente com o que tinha estabelecido. Sem ser a mais ou menos correta, mas substituir, conseguir atingir uma nova concepção que abarcasse aspectos da vida privada e pública de seus adeptos e simpatizantes, que somavam grandes números com o forte aparato de imprensa montado pelo PCB e o crescente número de tiragens dos principais jornais.

Se por um lado a análise feita pelo PCB de que sua atuação deveria se pautar desde o início da Constituinte em anular de qualquer forma possível a Carta de 1937, que textualmente criminalizava os comunistas e sua atuação, mais uma vez esbarrou na falta de articulação política e capacidade de aprovar projetos. Carlos Marighella extensamente pontuou e caracterizou a Carta outorgada por Vargas como um instrumento que era estranho a democracia, tentando argumentar que assim o era não tão somente para os comunistas e buscando demonstrar através de relatos pessoais a CPI dos Atos Delituosos da Ditadura e na Constituinte, de sua própria experiência, das torturas e perseguições sofridas durante o Estado Novo. Embora a Carta não estivesse em vigência em momento algum de sua existência, os comunistas entendiam que era ela a principal ameaça do ponto de vista político e jurídico a seu fortalecimento na vida institucional e não pouparam críticas e acusações para tentar criar uma animosidade e repulsa a Carta. Marighella se aprofundou em discursos comparando-a com diversas outras Constituições e passando por diversos artigos da Carta, sendo retratado nos jornais como a luta do Partido Comunista para combater o que restava do fascismo no Brasil. Ao mesmo tempo em que Marighella afirmava que os comunistas estariam dispostos a colaborar até mesmo com os que criaram esta Carta, insinuando desde cedo a posição conciliadora a ser adotada durante parte da existência dos mandatos dos comunistas.

Nos jornais, a imprensa pecebista ganhou bastante espaço durante este período. As 50 mil tiragens que alcançou a Tribuna Popular por exemplo mostravam como o Partido se estruturou nesta área. Marighella, apareceu nos periódicos da época em virtude de suas participações na Constituinte, principalmente pelo destaque no debate do divórcio e na denúncia das torturas sofridas durante o Estado Novo e da importante posição tomada pelo Partido desde o início dos trabalhos em tentar “revogar” a Carta de 1937. As publicações nos periódicos consistem de um material em um momento raro de legalidade do Partido Comunista, sendo diferentes

de períodos da clandestinidade pelo alcance e pelo conteúdo de tais jornais, retratando um momento singular na trajetória de Carlos Marighella e do próprio Partido Comunista, que permaneceria na clandestinidade durante boa parte do século XX.

Foram através dessas representações nos jornais que os comunistas conseguiam mostrar principalmente seu posicionamento na Assembleia Nacional Constituinte, não tendo muito espaço nos demais jornais de maior circulação; como também era na própria Constituinte, onde apesar dos esforços de conciliação, encontravam um ambiente hostil às suas ideias. Por outro lado, o PCB também entendia aquele ambiente como algo transitório, como algo que deveria ser superado. Na visão dos comunistas, a própria representação do povo em seu ambiente Legislativo deveria ser diferente, não tolerando todas as forças políticas, como é afirmado por Prestes na Constituinte.²⁹⁴

²⁹⁴ Em resposta ao aparte do Deputado Bastos Tavares (PSD), Prestes afirmou: Nesta Casa somos um partido minoritário e, se esse partido pudesse dirigir todo o povo, evidentemente a composição desta assembleia não seria da natureza que ora apresenta. BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2022.

FONTES

CENSOS

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico: população e habitação. **IBGE**, Rio de Janeiro, 1950.

DEPOIMENTOS

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Carlos Marighella. **Câmara dos deputados**, 21 de agosto de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento de Emiliano Romano. **Câmara dos deputados**, 16 de junho de 1948. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Dr. Paulo Franklin de Souza Blejalde. **Câmara dos deputados**, 08 de maio de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Abel Chermont.

Câmara dos deputados, 11 de setembro de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Adib Jabur. **Câmara dos deputados**, 29 de maio de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Candido Botafogo.

Câmara dos deputados, 07 de agosto de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. David Nasser. **Câmara dos deputados**, 31 de julho de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Francisco de Oliveira Melo. **Câmara dos deputados**, 16 de outubro de 1947. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. João Basílio dos Santos. **Câmara dos deputados**, 22 de setembro de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. José Alexandre dos Santos. **Câmara dos deputados**, 28 de agosto de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. José da Costa Moreira. **Câmara dos deputados**, 07 de agosto de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Odilon Vieira Gallotte. **Câmara dos deputados**, 29 de maio de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Samuel Lopes Pereira. **Câmara dos deputados**, 22 de maio de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de atos da ditadura. Depoimento do Sr. Vitor do Espírito Santo. **Câmara dos deputados**, 27 de outubro de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Entrevista de Carlos Augusto Marighela**. Salvador, 1995.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Entrevista de Clara Charf**. Salvador, 1993.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Entrevista de Noé Gertel**. São Paulo, 1996.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Carlos Augusto Marighela**. Salvador, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Clara Charf**. Salvador, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Geraldo Rodrigues dos Santos**. Salvador, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Jacob Gorender**. Salvador, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de João Falcão**, Salvador, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Noé Gertel**. São Paulo, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Entrevista de Tereza Marighella**. Salvador, 1988.

SIZILIO, Ricardo José. **Entrevista de Armênio Guedes**. Salvador, out. 2013.

SIZILIO, Ricardo José. . **Entrevista de Clara Charf**. São Paulo, 2014.

SIZILIO, Ricardo José. **Entrevista de Luis Contreiras de Almeida**, Salvador, 2013.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934)**. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Promulga a lei sobre o casamento civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945**. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.708, de 17 de janeiro de 1946**. Estabelece as normas regimentais necessárias à instalação da Assembleia Constituinte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8708-17-janeiro-1946-416700-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

OUTRAS FONTES

A MANHÃ (RJ) – 1925 a 1953. **Hemeroteca Digital Brasileira**, [S./]. Disponível em:
<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/manha/116408>. Acesso em: 12 jan. 2023

A NOITE (RJ). **Bndigital**, 1946. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=divorcio&pagfis=39104. Acesso em: 12 jan. 2023.

ACERVO Folha. **Folha de São Paulo**, [S./]. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=01%2F01%2F1925+-+31%2F12%2F1959&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=01%2F01%2F1925&endDate=31%2F12%2F1959&days=&month=&year=&jornais=2>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ACERVO. **Estadão**, [S./]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

APRESENTAÇÃO. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em:
https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

ARAÚJO, Fernando. Comentários a um Documento Aliancista Aparecido nos Últimos Meses de 1943. **Marxists**, 2008. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1944/03/14.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ARAÚJO, Fernando. Manifesto de Maio. **Marxists**, 2006. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ACERVO Jornal a Tarde. **Arquivo Público do Estado da Bahia**, 1890. Disponível em: <https://archive.org/details/acervo-jornal-a-tarde>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ACERVO. **O Globo**, 1946. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte, de 1946. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11754>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Biografia de Arruda Câmara. **Câmara dos Deputados**, [S./]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/2793/biografia>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Biografia de Guaraci Silveira. **Câmara dos Deputados**, [S./]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/2793/biografia>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Comissão de inquérito parlamentar sobre os atos delituosos da ditadura. **Câmara dos deputados**, [S./]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão de inquéritos dos atos delituosos da ditadura. **Câmara dos deputados**, 14 de junho de 1948. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Comissão Especial de Inquérito Sobre Atos Delituosos da Ditadura**, Diário do Congresso Nacional.

BRASIL. Comissão especial de inquéritos dos atos delituosos da ditadura. **Câmara dos deputados**, 16 de junho de 1948. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão especial de inquéritos dos atos delituosos da ditadura. **Câmara dos deputados**, 21 de agosto de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Comissão especial de inquéritos dos atos delituosos da ditadura. Depoimento do Sr. Bernardino Oliveira Carvalho. **Câmara dos deputados**, 29 de maio de 1947. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Relatório - Incêndio de 1941. **Câmara dos deputados**, [S./]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/Acervo/CORPI/Arquivos.asp?Arquivo=CPI-Atos-Delituosos.zip>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo n. 411/412**. Cancelamento do Registro do Partido Comunista do Brasil. Rel. Sá Filho. Sessão de 07/05/1947. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

COMÍCIO São Paulo a Luís Carlos Prestes. **Marxists**, 1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1945/07/07.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CORREIO da Manhã (RJ) – 1900 a 1970. **Hemeroteca Digital Brasileira**, 1930. Disponível em:

<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em: 28 abr. 2023.

IMPrensa Proletária. Arquivo Marxista na Internet. A Classe Operária (RJ) – 1925 a 1969. **Marxists Internet Archive**, [S.l.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

PROBLEMAS Revista Mensal de cultura política. Imprensa Proletária. **Marxists Internet Archive**, [S.l.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/capas.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

O MOMENTO (BA) – 1948 **Hemeroteca Digital Brasileira**, [S.l.]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Momento/118699>. Acesso em: 10 fevereiro. 2023.

TRIBUNA Popular (RJ) – 1945 a 1947. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-popular/154547>. Acesso em: 27 out. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Lucian Aronne de. O sentido democrático e corporativo da não-constituição de 1937. **Estudos Históricos do Rio de Janeiro**, v. 29, n. 58, pp. 461-480, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/FC7dvMNDHQFWNqYThvgSqnL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ALVES, Cláudia. Odeio os indiferentes, de Gramsci. **Unicamp**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/marcapaginas/2019/01/28/odeio-os-indiferentes-de-gramsci-traducao-de-claudia-alves/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

AMARAL, Gloria Carneiro. Eloy Pontes: crítica e/ou biografia. **Olho D'Água**, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/826>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Ciclo de Conferências e debates sobre a Constituinte de 1946**. Recife: FUNDAJ. 1986.

BATISTA, Eliana Evangelista. Das armas às urnas: a participação dos coronéis da Bahia na revolução de 1930. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, pp. 624-643, set./dez., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/MB9XLYxTsSNQvb9dGGMWqwD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BEZERRA, Cristina Simões. A atualidade de Gramsci no Brasil e a contribuição do pensamento Carlos Nelson Coutinho. **Revista Libertas**, v. 21, n. 1, pp. 89-96, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34482>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5644125/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20A%20ilusa%CC%83o%20biogra%CC%81fica.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

BUONICORE, Augusto. A cultura brasileira e os comunistas do PCB entre 1940 e 1950. **Traduagindo**, 2021. Disponível em: <https://traduagindo.com/2021/05/25/a-cultura-brasileira-e-os-comunistas-do-pcb/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BUONICORE, Augusto. Ideologia e intelectuais na obra de Antônio Gramsci. **Fundação Maurício Grabois**, 2011. Disponível em: <https://grabois.org.br/2011/01/21/ideologia-e-intelectuais-na-obra-de-antnio-gramsci/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Alemira (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional estamos - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise**: 1930-1945. São Paulo: Ática, 2007.

CARONE, Edgard. **Corpo e Alma do Brasil**: o P.C.B (1922 A 1943). v. 1. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. **O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

CARONE, Edgar. **P.C.B: 1922-1943**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sindicato e partido político de Gramsci. **Argumentum**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/argumentum/article/view/12>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Danyele. **Como Age Um Verdadeiro Deputado do Povo e do Proletariado?**: A Cultura Política Comunista Expressada Por Meio da Trajetória Parlamentar de Carlos Marighella (1945-1948). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

DIAS, José Alves; PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. Narrativas Epsódicas: imprensa e memória nas manifestações estudantis de 1932 na Bahia. **Dimensões do Regime Vargas**, São Paulo, n. 18, p. 146-176, jan./jun., 2017. ISSN 2176-4174.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O estado novo**. Rio de Janeiro: ZAHAR: 2000.

EMILIANO José. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich em guerra**. São Paulo: Planeta, 2013.

FALCÃO, João. **A História da Revista Seiva: primeira revista do Partido Comunista do Brasil**. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2008.

FALCÃO, João. **O Partido comunista que eu conheci – 20 anos de clandestinidade**. Salvador: João da Costa Falcão, 1988.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 10. ed. Brasília: brasiliense, 1986.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12 ed. reimp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Daniela de Jesus. A onda vermelha: comunismo na Bahia. **Universidade Estadual de Feira de Santana**, [S.I.]. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-DANIELA.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945 – 1964)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, Jorge. **Os prisioneiros do mito**: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: MAUAD, 2011.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano**. v. 2. - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. Gramsci como base para estudar a relação entre teoria e prática em intelectuais. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 175-191, ago./dez., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10794>. Acesso em: 12 fev. 2023.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Rassegna settimanale di cultura socialista. **Luordine Nuovo**, 1919. Disponível: <https://www.resistenze.org/sito/ma/di/ds/mdds-on101.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. 2. ed. Rio de Janeiro : Record, 1996.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LOPES, Raimundo Helio. As várias fronteiras de um líder: Juarez Távora, o norte e a construção do herói no imediato pós-1930. **Revista de Pesquisa Histórica**, Programa de Pós-Graduação em História UFPE, v. 30, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24324>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MAGALHÃES, Juraci. **O último tenente**. 2. ed. São Paulo: Record, 1996.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o Guerrilheiro que incendiou o mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Juraci M. **Minha Vida Pública na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

MARIGHELLA, Carlos. A Religião, O Estado, a Família. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 2, ago./1947. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/01/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

MARIGHELLA, Carlos. **Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos**. SAFATLE, Wladimir (org.). São Paulo: Ubu, 2019.

MARIGHELLA, Carlos. Nossa Política. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, nº 6, jan., 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/06/index.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti a prisão?** Brasília: brasiliense, 1995.

MEDEIROS, Juliano. **Por dentro da ordem: os comunistas na Assembleia Constituinte de 1946**. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NEGRO, Antonio Luigi. Política de acomodação. Lendo e relendo partidos políticos da Bahia na primeira república, de Consuelo Sampaio. **Politeia: História e Sociedade**, v. 19, n. 1. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/6922>. Acesso em: 13 jan. 2023.

NETTO, Evaristo Giovannetti. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Unesp, 1999.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo de ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 18, n. 35, op. 429-446, mai./ago., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/ntq83wsCkvgK48dWByZWHGG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. As estratégias de arregimentação política do interventor Juracy Magalhães e o lugar das oligarquias baianas na correlação de forças após a Revolução de 1930 (1930-1934). **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 10, n. 1, 2020, p. 83. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/8275>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **De “Tenente Mancebo” a experiente embaixador: Juracy Magalhães e a construção de suas memórias sobre o desenvolvimento econômico no Brasil (1930-1967)**. 282 f., 2018. Tese – (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/03/Tese-de-Carlos-N%C3%A1ssaro-Ara%C3%BAjo-da-Paix%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **Traços da Cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930-1949)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PIMENTA, Eli. A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, 1984. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1824>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964):** uma história comparada. 265 f., 2014. Tese – (Doutorado em História Comparada), Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=71-dos-comites-populares-democraticos-1945-1947-aos-movimentos-de-educacao-e-cultura-popular-1958-1964-uma-historia-comparada&category_slug=teses&Itemid=155. Acesso em: 10 fev. 2023.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Sujeitos e processos educativos: os comitês populares democráticos (1945-1947). **V Conedu**, Congresso Nacional de Educação, [S.l.]. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID7078_07092018192846.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia Prestes. **O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)**. 140 f., 2007.

Dissertação – (Mestrado em História), Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000675438>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PRESTES, Anita Leocadia. **Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945):** a virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, Anita Leocadia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos, PUCRS**, v. XXXII, n. 2, pp. 171-186, 2006. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/1346/134618635010.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

RICOEUR, Paul. **A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal**. Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, p. 177-194, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2010.

ROIO, Marcos Del. Classe em partido Gramsci. **Revista Encontros com a Filosofia**, ano 8, n. 11, fev./jun., 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/40619>. Acesso em: 11 fev. 2023.

RUY, José Carlos. **Os comunistas na constituinte de 1946**. Rio Grande do Sul: Anita Garibaldi, 2016.

SANDRI, Luis Antonio. **“Um revolucionário legal” a atuação parlamentar do Deputado Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946**. 50 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de História. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador. **RUA: Revista de Urbanismo e arquitetura**, v. 3, n. 1, 1990. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3103>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 4, n. 6, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6178>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antonio. PCB. A questão Nacional e a democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano**. v. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Raquel Oliveira. O PCB e a composição social dos Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947). **Revista de História**, v. 5, n. 1-2, pp. 238-255, 2013. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/Eduardo.Bueno%40edu.pucrs.br/FMfcgzGtwMcHnJhmDNnZLIRZXHDRXrpn?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SILVA, Raquel Oliveira. **O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)**. 134 f. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

SIZILIO, Ricardo José. **“Vai, Carlos, Ser Marighella na vida”. Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)**. 354 f., 2017. Dissertação – (Mestrado em História), Universidade Federal de Bahia, Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22096>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SIZILIO, Ricardo José. A autobiografia de Carlos Marighella. **Revista de Pesquisa Histórica CLIO**, Programa de Pós-Gradual em História UFPE, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/239866>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SIZILIO, Ricardo Jose. Utopia eleitoral: A experiência do PCB e de Carlos Marighella nas eleições de 1945 na Bahia. **Universitas Humanas**, v. 12, n. 1-2, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/universitashumanas/article/view/3011>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Wagner dos Santos. **De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella**. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1983.

SPINDEL, Arnaldo. **O Partido Comunista na gênese do populismo**. Análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

TOMIAZI, Roberta Flores; GOMES, Francisco José. Evolução histórica do divórcio no Brasil. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/EVOLU%C3%87%C3%83O-HIST%C3%93RICA-DO-DIV%C3%93RCIO-NO-BRASIL-Tomiazi-Gomes/e5839b3f78832df0cfe3bc1b06628466e1df5e4e>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VINHAS, Moisés. **O Partidão – A luta por um partido de massas: 1922 – 1974**. São Paulo: Ed Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. **Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

ANEXOS

Anexo I – A Constituinte de 1946



A bancada comunista na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Marighella é o sinalizado com o número 7, o segundo da direita para esquerda da fileira de cima.



Carlos Marighella discursando na Assembleia Constituinte, 1946.



Marighella debate com outro deputado na Constituinte, 1946.

Anexo II – Tribuna Popular



A capa do jornal Tribuna Popular de fevereiro de 1946, trazendo o discurso de Marighella na Constituinte acerca do posicionamento do partido sobre a questão do divórcio e da relação entre igreja e Estado.

Anexo III - A Classe Operária

CLASSE OPERÁRIA

Rio, 16 - 3 - 1946

CLASSE OPERÁRIA
 Redação e Administração:
 Av. Rio de Janeiro, 100, and.
 Sala 1.111. RIO
 MAURICIO GRABOIS
 Ofício central de P. C. B.
 Associações: — Anual, Cr\$ 50,00 — Semestre, Cr\$ 25,00
 Número avulso: — Cr\$ 5,00 — Anual, Cr\$ 1,00
 Número avulso remetido via aérea:
 Porto Alegre e Salvador, Cr\$ 1,20 — Aracaju, Maceió, Recife, João Pe-
 ssoa, Natal e Fortaleza, Cr\$ 1,00 — São Luís, Teresina e Belém, Cr\$ 1,50
 Manaus e Acre, Cr\$ 3,00.

AS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS E A POLÍCIA

Algumas autoridades brasileiras ainda estão com um pé no passado, e num passado bem distante já, anterior guerra. As nossas autoridades policiais, por exemplo, ainda acreditam que os métodos inaugurados depois de 1935 contra as organizações operárias — fechamento de sindicatos, prisões de trabalhadores, espancamentos, deportações, mortes, todas as violências com tanto requinte praticadas pela Gestapo — podem prevalecer hoje, depois de esmagado militarmente o fascismo.

Dai a fúria com que aproveitam qualquer oportunidade, qualquer ocasião internacional, para alvejarem seqüências em organismos fundidos pelos trabalhadores para lutarem por suas reivindicações.

Estimulados pela imprensa falsamente democrática — que ontem se dizia favorável ao direito de greve e, hoje, na prática, recruta a greve, chegando, como a 22. Macedo Soares, no "Diário Carioca", a propor imediatas medidas policiais contra o operariado — as responsáveis pela polícia, no Rio, em São Paulo e em outros Estados, vêm pondo em prática métodos tipicamente "estadonovistas" contra os trabalhadores.

A campanha desenvolvida pelo novo chefe de polícia contra o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) a maior prova de quanto ainda se iludem algumas autoridades jurando que a seu bel-prazer podem mover perseguições policiais para intimidar o proletariado, dividindo-o, impedindo assim que ele consiga atingir seus interesses.

Acreditam, em primeiro lugar, que desta maneira estão ferindo a vanguarda organizada do proletariado, o Partido Comunista.

E precisam acreditar que o MUT ou qualquer outro organismo operário não é o Partido Comunista. No entanto, o Partido Comunista se contraria dos demais partidos, inclusive o Trabalhista que em casos semelhantes cruzam os braços, não pode deixar de levantar-se para defender o direito conquistado pelo proletariado de organizar-se. O Partido Comunista vê nos atentados ao Partido Comunista que todas as demais liberdades e garantias são violadas, e que os agentes estão sempre dispostos a servi-la docilmente. E' este o segundo motivo real por que a polícia luta contra o MUT.

Um motivo alegado falsamente, o de que o MUT provoca as surtos de greve registadas de algum tempo a esta parte entre nós, não pode prevalecer. Não se a classe operária, mas o povo em geral sabe que, ao contrário, o MUT tem sido a melhor garantia de ordem e tranquilidade entre os trabalhadores do Brasil. Num dos momentos mais graves da situação nacional nos últimos tempos, quando o sr. Scardas Viana procurou deflagrar uma greve de provocação no Light, a 25 de outubro, para fazer vencer seus patibos, foi o MUT o fator único para que o movimento não deflagrasse. Isto ocorreu não apenas no Rio, mas também em São Paulo, contra as ordens dos falsos trabalhistas.

Outro motivo de que lançam não a polícia para sua ação arbitrária e de que mantêm "ligações" internacionais. Positivamente, pretendem, hoje, restringir as relações de qual quer organização de caráter social aos limites de seu país, e pretendem o impossível. Seria então negar o direito de firmar-se um acordo entre o Brasil inclusive, o reconhecimento do direito de associações dos trabalhadores, do contrato coletivo de direito de greve". E dizer-se que faz um século — antes da existência de qualquer "movimento" comunista — que o operariado europeu fundou o Internacional dos Trabalhadores; Vamos, então, por na Heraldica associações como o "Föring Club", e impedir mesmo que qualquer empresa estrangeira tenha acesso às nossas fontes de matérias primas.

Não ignoramos, não dizemos a polícia, mas o sr. Pereira Lima, que "Sir" Walter Gilrine, um lustre "Sir" britânico da velha Guarda, representou quando "União dos Trabalhadores" e a Conferência Mundial dos Sindicatos, em Paris, à qual também compareceram os representantes do MUT, com passaportes para pelo governo brasileiro? E pretendem que as Trade Unions inglesas sejam comunistas? E avançar demais no terreno da ignorância.

Finalmente, todos os líderes do MUT são líderes sindicais. Eles representam no organismo unificador dos trabalhadores milhares e milhares de operários sindicados, e não o Partido Comunista, embora alguns — uma pequena minoria — sejam também dirigentes comunistas. Mas haverá algum crime de lesa pátria que prevaleça sobre as novas conquistas do proletariado e do povo brasileiro? A fim de passar a 37? Mas esta os próprios senhores da reação já de passaram atestado de óbito, já não apenas o sr. J. E. de Macedo Soares ou o sr. Amim Chalchabandri, porém seus próprios pais. A Carla e o 37 nasceu do "Plano Cohen" e o "Plano Cohen" foi desautorizado pelo gen. Góis Monteiro como uma simples trama integralista. Que resta então das fanfarronadas leis contra a greve e as liberdades públicas? Reclam as associações da imprensa reacionária, dos "Associação" de "Diário Carioca" e outros órgãos da reação de menor publicidade.

Assim, não seria conveniente para o sr. Pereira Lima deixar de ouvir as críticas da reação e reconsiderar seus últimos atos contra o Movimento Unificador dos Trabalhadores. Acreditamos que esta medida a ser adotada por Sr. E. que também não deve deixar-se levar pelo impulso da velha máquina policial que herdamos do "estado novo" e que, como os cães de "reflexo condicionado" de Pavlov, se põe a funcionar mal perante possibilidades de um recuo da democracia. O sr. Pereira Lima acredita em líderes do MUT são líderes sindicais, mas pouco sobre os regimes fascistas, e temos a certeza de que sua conclusão será a impossibilidade de qualquer retrocesso a um novo 37.

A Assembléia Constituinte e o Partido Comunista

Carlos Marighela (Do CN do PCB e deputado federal)

A Assembléia Constituinte acinial para o Brasil uma fase de democracia, não somente nova, como também mais elevada. Isso é sem dúvida nenhuma o resultado do proletariado possuir agora os seus representantes dentro da Assembléia.

Por outro lado, a participação do proletariado na Assembléia Constituinte representa um póhã de concorrer para novos passos em frente no caminho da liberdade e da liquidação da base econômica da reação e do fascismo.

Antes, a classe operária não podia ter representação no parlamento. Ela não havia aparecido como classe independente e dependente como classe em si e para si. Assim, na Assembléia Constituinte de 1823 não podia haver representantes da classe operária, como também não era possível em 1831. Em 1834, a representação "classista" como é sabido, não chegava a ter uma representação da classe operária.

Entretanto já si o proletariado, mais desenvolvido, melhor organizado, podia exercer pressão sobre a Assembléia colidindo os resultados com a inclusão do direito de greve em dispositivo da Carta Constitucional. As manifestações de 1831 foram dirigidas pela nossa Partido, que desde 1823 existia como vanguarda da classe operária.

Em 1846, as condições são outras e o proletariado numa nova fase de ascensão da democracia no mundo inteiro, por meios pacíficos, tendo a frente um Partido socialista legal e forte, utiliza o sufrágio universal, não ainda em toda a sua plenitude, mas pelo menos em tal grau que lhe permite agir de dentro da própria Assembléia com uma representação relativamente numerosa.

O que isso significa para a classe operária pode dizer-se esse caso mais que decorreu para os trabalhos da Constituinte de 46. Vimos toda a sorte de rector e de manifestações reacionárias dos partidos das classes dominantes, dos senhores da terra e de todos os magistrados a serviço do capital estrangeiro colonialista.

O sufrágio universal trouxe, portanto, ao proletariado um grande benefício, que, quando mais não fosse, veio menos como diz Engels: "Abriu à nossa representação no Parlamento uma tribuna do alto da qual pôde falar a seus adversários, na Câmara, e às massas, fora dela, com uma autoridade e uma verdade muito diferente das que tem na imprensa e nos comícios".

E evidente que a classe operária não pode ter a Assembléia Constituinte como um fim. Quer dizer, a classe operária não pode esperar que todos os seus problemas venham a ser resolvidos só com o funcionamento dessa Assembléia.

Foi mesmo havia afirmado no seu informe ao Plano Ampliado de Janeiro que "na futura Assembléia Constituinte, os re-

presentantes das classes dominantes vacilarão inevitavelmente entre a reação e a democracia".

Na prática os representantes dos partidos das classes dominantes têm vacilado muito mais para o lado da reação do que da democracia.

Os exemplos fiantes são o apoio decarado à carta fascista resultante do golpe de 37, os ataques ao Partido Comunista, a resistência a assegurar a soberania da própria Assembléia, a indiferença diante da situação inflada das massas trabalhadoras, o recelo de encerrar e proclamar do monopólio da terra, atitudes pelas quais até agora se tem caracterizado a situação da maioria e seu apêndice, o Partido Trabalhista.

A composição reacionária da Assembléia Constituinte não representa, porém, um fator decisivo para impedir a marcha da democracia para a frente.

E preciso levar em consideração que agora a Constituinte conta com a frágil parlamentarismo. O que isso representa só o futuro poderá dizer-lo. Mas desde já exige a vista as consequências do elemento reacionário poder utilizar-se também da luta parlamentar.

O ensinamento que Lenin nos dá a respeito é o que devemos na tribuna parlamentar é obrigatória para o partido do proletariado revolucionário, além de todos os elementos reacionários da classe, despertar e instruir a massa, alertá-la, ignorância, "ambivalência", e preparar a massa para a proporcional, assim, os recursos para o mais completo e sistemático desmascaramento do que de fato foi trazido ao mandato contra os interesses do povo e da democracia.

Em resumo, o que a experiência ensina é a necessidade de combinar a luta parlamentar com a luta extra-parlamentar.

Toda e qualquer ilusão parlamentarista não poderia levar a massa de trabalhadores a uma situação de maior desespero. E é isso precisamente o que exige organizar o proletariado de forma frontal e paciente, utilizando todos os recursos da tribuna parlamentar para avançar os elementos mais avançados da classe operária e da população, da influência das classes dominantes.

As massas se convencerão, por fim, por experiência própria, e a justiça da linha política de vanguarda, o acerto de sua estratégia e de sua tática política farão o resto.

Al os motivos porque, dentro da paz, da ordem e da tranquilidade, o nosso Partido, entendendo as aspirações de todo o povo e da classe operária, o mais ou mais combativo defensor da soberania da Assembléia Constituinte e o mais eficiente conquistador da organização das massas trabalhadoras para o apoio a essa Assembléia e o seu fortalecimento, como meio de levar o proletariado ao povo a conhecerem os seus verdadeiros representantes e resolverem os seus problemas.

RESOLUÇÕES DO PLENO DE JANEIRO

Na resolução do Plano Ampliado do Comitê Nacional do Partido Comunista, realizado em Janeiro último, entre outros os itens abaixo, para os quais chamamos a atenção de todos os organismos do Partido, além de que continuam a ser levados à prática de maneira firme e resoluta:

a) Atim de cumprir fielmente as tarefas fixadas pelo infome político do Plano do Comitê Nacional exige de todas as organizações do Partido que:

a) dirijam concreta e ativamente os trabalhos do Partido, concentrando a atividade principal na seleção acertada de novos quadros, no controle prático diário da execução das tarefas fixadas pelo Partido;

b) luchen para as eleições e contra o gravidade de todas as atividades do Partido;

c) desenvolvam no máximo a disciplina revolucionária em todas as instâncias, assegurando assim uma disciplina mais firme e um empenhamento mais alto no trabalho de todos os militantes do Partido.

CARLOS MARX

1846, a "Nova Gazeta do Reno", seu redator chefe foi Marx. A nova letra sobre uma brilhante confirmação, no transcurso dos acontecimentos revolucionários de 1848-1849, como também subsequentemente, em todos os movimentos proletários e democráticos de todos os países do mundo: A contra-revolução, vitoriosa a princípio, entrou com Marx aos tribunais (foi absolvido em 3 de fevereiro de 1849), deportado depois da Alemanha (16 de maio de 1849). Marx foi primeiramente a Paris, de onde também foi expulsado em 1849, manifestando de 13 de junho de 1849, mudando-se depois para Londres onde viveu até sua morte.

As condições de vida dos emigrados, reveladas de maneira particularmente clara na correspondência entre Marx e Engels (publicada em 1913), eram extremamente difíceis. A luta de Marx aos poucos Marx e sua família; não fosse a constante e abençoada ajuda financeira de Engels, Marx não somente não teria podido terminar "O Capital", como também teria sucumbido involuntariamente, atormentado pela miséria. Além disso, as doutrinas e correntes prapropiantes do socialismo pequeno-burguês e do socialismo não-proletário em geral forçaram Marx a lutar de maneira constante e implacável e, às vezes, a defender-se dos mais violentos ataques pessoais ("Beir Vogt"). Afundando os círculos dos emigrantes, Marx elaborou e desenvolveu, em uma série de trabalhos históricos (3), sua teoria materialista, considerando principalmente seus esforços ao estudo da Economia Política. Das suas obras "Contribuição à Crítica da Economia Política" (1859) e "O Capital" (vol. I, 1867). Marx revolucionou essa ciência (ver mais adiante a "doutrina" de Marx).

A época de regularizar dos movimentos democráticos em fins da década de 50 e na década de 60 levou de novo Marx à atuação prática. Em 1864 (no dia 28 de setembro) foi fundada em Londres a famosa Primeira Internacional dos Trabalhadores. Marx foi a alma dessa associação, o autor de sua primeira "convocação" e de uma manifestação de resolução declaratória e manifesto. Unificando o movimento operário dos diversos países, esforçando-se por reunir em uma ação conjunta as diferentes formas de socialismo não-proletário, preparava o (Ludwig Feuerbach, Bebelius, e Jules Bonaparte) — (N. da R.)

No dia 2 de dezembro de 1881 morreu sua mulher e em 14 de março de 1883. Marx adormeceu docemente, para sempre, em sua poltrona. Está enterrado com sua mulher e com sua fiel empregada Elena Demuth, considerada uma pessoa de família, no cemitério de Highgate, em Londres.

(1) F. Engels: "Ludwig Feuerbach" (N. da R.)

(2) As mais importantes, além das citadas por Lenin neste trabalho são: "A Miséria da Filosofia", "Crítica da Filosofia Jurídica de Hegel", "Sobre a Questão Judaica", e "A Segunda Internacional" (A Ideologia alemã, O Manifesto Comunista), "Discurso sobre o Cambio Livre" — (N. da R.)

(3) "A Luta de Classes em França", "O XVIII Brumário de Luís Bonaparte" — (N. da R.)

Conclusão do 3.º parágrafo

Tradução de um liberal inglês nas oscilações lassalezas da direita na Alemanha, etc.), lutando contra as teorias de todas as casas acadêmicas, Marx forjou a linguagem única do proletariado da classe operária nos diversos países. Depois da queda da Comuna de Paris (1871), que Marx julgou de maneira tão profunda, tão exacta, tão brilhante e tão "áltera" ("A Guerra Civil em França em 1871"), que depois da criação da Internacional e do boqueinista, era impossível que essa organização continuasse na Europa. Encerrado o Congresso da Internacional em Haia em 1872, Marx conseguiu que o Conselho Geral da Internacional se transferisse para Nova York. A Primeira Internacional terminava sua missão histórica, abrindo caminho para uma época de desenvolvimento imensamente maior do movimento operário em todos os países do mundo, a época de seu desenvolvimento "em extensão", da criação de partidos operários nos diversos Estados nacionais separadamente.

O intenso trabalho desenvolvido na Internacional e a atividade teórica, ainda mais intensa, trabalhada no "Manifesto" e a atividade de Marx. Ele continuava seu trabalho de re-elaboração da Economia Política e de terminação do "Capital", reunindo numerosos materiais novos e aprendendo uma série de línguas (o russo, por exemplo); mas a enfermidade não lhe permitiu terminar sua obra fundamental.

No dia 2 de dezembro de 1881 morreu sua mulher e em 14 de março de 1883. Marx adormeceu docemente, para sempre, em sua poltrona. Está enterrado com sua mulher e com sua fiel empregada Elena Demuth, considerada uma pessoa de família, no cemitério de Highgate, em Londres.

(1) F. Engels: "Ludwig Feuerbach" (N. da R.)

(2) As mais importantes, além das citadas por Lenin neste trabalho são: "A Miséria da Filosofia", "Crítica da Filosofia Jurídica de Hegel", "Sobre a Questão Judaica", e "A Segunda Internacional" (A Ideologia alemã, O Manifesto Comunista), "Discurso sobre o Cambio Livre" — (N. da R.)

(3) "A Luta de Classes em França", "O XVIII Brumário de Luís Bonaparte" — (N. da R.)

UM EXEMPLO DE RESISTENCIA DEMOCRATICA - A POSICAO DA BANCADA COMUNISTA

A luta da bancada comunista da Câmara Federal, em defesa dos mandatos populares constitui um grande exemplo de resistência, além dos outros da Imprensa, do povo brasileiro e de outros países. Este exemplo deve, por isso, ser compreendido e aplicado pelas grandes massas do povo em sua luta contra essa política de terror, enfraquecimento físico e controle da soberania nacional, que vem sendo imposta e em benefício dos imperialistas.

DIAS DE RESISTENCIA DEMOCRATICA

Quando na Comissão de Justiça da Câmara considerava e projetava o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares, os deputados comunistas, diante da situação de emergência criada pelo golpe de Estado, tiveram que abandonar o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares, para não permitir que os imperialistas usassem esse projeto como uma arma para a desobediência aos mandatos populares.

• Não ceder um passo ao imperialismo e aos covardes da Democracia: — É o que nos ensinam os parlamentares comunistas, defendendo seus mandatos populares.

• As grandes massas, organizadas, devem aprender e aplicar este ensinamento.

De dentro do Parlamento, através de seus mais legítimos representantes, o povo brasileiro resistiu ao imperialismo, defendendo a democracia e a soberania nacional.

Plenamente o indolente projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi aprovado pelo voto de maioria na Comissão de Justiça da Câmara.

A bancada comunista não se contentou com a aprovação do projeto de lei de desobediência aos mandatos populares, mas também conseguiu a aprovação do projeto de lei de desobediência aos mandatos populares.

Uma sessão memorável. A sessão de 15 de março de 1938, em que o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi aprovado pelo voto de maioria na Comissão de Justiça da Câmara.

Agostinho de Aguiar, deputado comunista, defendeu o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares, afirmando que os comunistas não abandonaram os mandatos populares.

O projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi aprovado pelo voto de maioria na Comissão de Justiça da Câmara.

Palavras como as de Agostinho de Aguiar, deputado comunista, defendendo o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Depois de aprovado no Senado, o projeto de lei de desobediência aos mandatos populares foi enviado para a Câmara para ser votado.

Não Capitular Em Frente Ao Agressor

PIETRO SECCHIA (Dirigente nacional do P.C. da Itália)

Entre a paz e a guerra, entre a democracia e a reação, não pode haver hesitação na escolha. Não obstante, há quem, na Itália e fora da Itália, tenha desobediado um curso semelhante. Tratamos de chamar a atenção dos comunistas italianos por Bernabé, Caluso, Bonfanti, e infelizmente também por alguns que conhecemos como honestos democratas e antifascistas.

Dissem e repetimos algumas coisas que a política comunista nos previu e as agitações reacionárias, a reação, a entrada no fascismo. Mesmo honras que se conservaram em boa fé, foram as primeiras a serem abandonadas. Mesmo honras que se conservaram em boa fé, foram as primeiras a serem abandonadas.

Este seria o famoso erro de cálculo. Não se trata de um erro de cálculo, mas de um erro de cálculo. Este seria o famoso erro de cálculo. Não se trata de um erro de cálculo, mas de um erro de cálculo.

Estamos acusando! Transformar um país atrasado na grande e poderosa Nação socialista dos dias de hoje. Esta é a razão por que em todo o mundo, a medida que vão sendo arrancadas as vendas dos olhos do povo, milhões de pessoas seguem os comunistas que lutam com abnegação.

Estamos acusando! Transformar um país atrasado na grande e poderosa Nação socialista dos dias de hoje. Esta é a razão por que em todo o mundo, a medida que vão sendo arrancadas as vendas dos olhos do povo, milhões de pessoas seguem os comunistas que lutam com abnegação.

Estamos acusando! Transformar um país atrasado na grande e poderosa Nação socialista dos dias de hoje. Esta é a razão por que em todo o mundo, a medida que vão sendo arrancadas as vendas dos olhos do povo, milhões de pessoas seguem os comunistas que lutam com abnegação.



ESTAMOS ACUSANDO!

(Conclusão da 5ª pág.)

Seria uma contradição inexplicável. Se lutamos por isto, a grande massa do povo compreende que o futuro não poderá ser de ditadura e corporalismo, mas há de repouso um regime de verdadeira democracia, de democracia popular, não dessa democracia de mentira que assegura direitos a alguns contra a grande maioria do povo e só permite desfrutar dos mesmos os ricos e poderosos — uma democracia que seja a negação desse regime que hoje altemos.

O Brasil com todos os outros países do mundo chegará ao regime socialista, através das grandes lutas, heróicas e sangrentas. E quando lá chegar é porque os trabalhadores do mundo inteiro, em nome do socialismo e o futuro do mundo inteiro, não terão medo de lutar, com o mesmo espírito que adotou uma forma de governo onde todos trabalham pelo bem estar de todos, onde o egoísmo desaparece. Ditadura é a supressão de um homem pelo homem, menor, contra as grandes maiorias. Ditadura é isso que o Sr. Dutra vem impondo no Brasil. Ditadura aberta ou disfarçada é o regime que predomina em todos os países capitalistas. O Partido Comunista da União Soviética é a verdadeira expressão dos trabalhadores soviéticos. Nem todos podem negar que os comunistas soviéticos estão dispostos a lutar, com sacrifício, com entusiasmo e coragem, cumprindo as pesadíssimas tarefas que o partido exige em prol do bem estar do povo. Na União Soviética não existe ditadura do Partido Comunista. Basta dizer que o povo soviético, ainda hoje, não tem medo de lutar, com o mesmo espírito que adotou uma forma de governo onde todos trabalham pelo bem estar de todos, onde o egoísmo desaparece. Ditadura é a supressão de um homem pelo homem, menor, contra as grandes maiorias. Ditadura é isso que o Sr. Dutra vem impondo no Brasil. Ditadura aberta ou disfarçada é o regime que predomina em todos os países capitalistas. O Partido Comunista da União Soviética é a verdadeira expressão dos trabalhadores soviéticos. Nem todos podem negar que os comunistas soviéticos estão dispostos a lutar, com sacrifício, com entusiasmo e coragem, cumprindo as pesadíssimas tarefas que o partido exige em prol do bem estar do povo. Na União Soviética não existe ditadura do Partido Comunista. Basta dizer que o povo soviético, ainda hoje, não tem medo de lutar, com o mesmo espírito que adotou uma forma de governo onde todos trabalham pelo bem estar de todos, onde o egoísmo desaparece.

Falas dos deputados comunistas no jornal A Classe Operária acerca da situação de cassação dos mandatos.

LUTA DE MASSAS PELAS REIVINDICAÇÕES DO POVO

- * OPOSIÇÃO SISTEMÁTICA AO GOVERNO DE NEGOCISTAS DE DUTRA
- * PRINCIPAL REIVINDICAÇÃO DO MOMENTO: O ABONO
- * OS IMPERIALISTAS AMERICANOS, UNICOS BENEFICIARIOS COM A POLITICA DO GOVERNO
- * O PREÇO DOS CAMBALACHOS DA U. D. N.
- * A TAREFA DOS COMUNISTAS NESSE MOMENTO

Carlos MARIGHELLA

O que caracteriza o governo de Dutra é — além da ineptia e da incapacidade absoluta na solução dos mais angustiantes problemas do povo, a completa submissão às ordens dos patrões americanos.

Dutra e o pequeno grupo da canga e da cangaína passaram de lacaios de Truman e do imperialismo americano, obedientes que são a todas as imposições da América do Norte e aos interesses dos banqueiros de Wall Street, como prova a recente concessão do governo a Rockefeller para colgar trigo em terras do Rio Grande do Sul.

Basta examinar o atual ministério do antigo condotivél do Estado Novo, para que se torne evidente o predomínio americano.

Adrialdo Costa — o ministro da Justiça que mandou suspender a «Tribuna Popular» — é o homem da negociata do arroz, especia de savanilha de pes de barro preto as caveiras de Nova York.

Henri de Carvalho é o essencial das suas linhas nos tubos americanos, diretor da Cia. Nacional de Gás e de Óleo, duas gananciosas empresas norte-americanas.

Clemente Mariani — mesmo sacramentado com as vestes da UDN — obtive do cambio negro de gelatinas e automoveis importados da America do Norte lucros de 4 milhões.

Marcos Figueiredo — o ministro do Trabalho filiado ao PTB — é o dono da Fábrica Nadir Figueiredo, rouza todos os dias Truman, John Sledge e tantos outros magnatas americanos que hospedou em sua fazenda, é o homem da Correia & Castro Sociedade Anonima Importadora e Distribuidora de Petróleo e Derivados e da Refinaria e Exploração de Petróleo União S. A., e só por isso já se identifica por inteiro com os lobos do capital financeiro lanque, interessados em abocanhar o nosso petróleo.

Tudo esse ministério de negociatas, de vendilhões, está bem a indicar o tipo de governo que possuímos. Federá Dutra resolver quaisquer dos problemas nacionais ou de interesse imediato do nosso povo?

É claro que não. Com tal governo os gêneros de primeira necessidade só poderão subir, o custo da vida aumentar. Que interesse tem Dutra em impedir aumento de preços de bondes, como que fazer a Light, aumentar salários, fazer reajustamento de vencimentos dos servidores da Nação, civis ou militares, conceder abono de Natal, deixar de votar aumento igito os jornalistas, respeitar a Constituição? Não tem nenhum interesse — esta a verdade — porque se encontra vendido com os seus parceiros de governo ao capital norte-americano.

O povo pode passar um Natal de miséria, entrar o Ano Novo com as faces escuras, sob o regime da fome e do terror, a pancadaria, a metralha no meio da rua, a quebra da autonomia dos Estados. Dutra, este, esfregará a smão, rindo o riso da irresponsabilidade, e deturará que Pereira Lima — o advogado da Light — continue a escrever memorias para o Presidente solteir e enganador ao tolos.

Os industriais, os comerciantes, a Nação inteira, todos poderão gemer sob o gigante da ditadura duartista. A politica de governo continua a ser a da restrição do crédito e salicidamento da produção. Correia e Castro, Larragóiti, Guilherme da Silveira permanecero a frente dos cargos, apertando as cravilhas no Banco do Brasil. Crédito só para os grandes fazendeiros de café, que podem vender uma saca a 600 cruzeiros, mas não permitem a um colono plantar um pé de feijão sequer nas ruas do cafezal. Enquanto isso se elevam os preços, a tonelada de café que em 1939 vendida por 1.200 cruzeiros em 1939 para 4216 em 1947, ou seja um aumento de mais de 400%; a saca de trigo passa de 225 a 330 cruzeiros e sobe o preço do pão, a situação da industria e do comercio se agrava, o proletariado e o povo sofrem com o desemprego, os baixos salários e a carestia da vida.

A quem serve semelhante politica? A ninguém mais, a não ser aos imperialistas e a uma minoria de apuquados do governo que comem no mesmo cêcho dos glutões da canga e da cangaína.

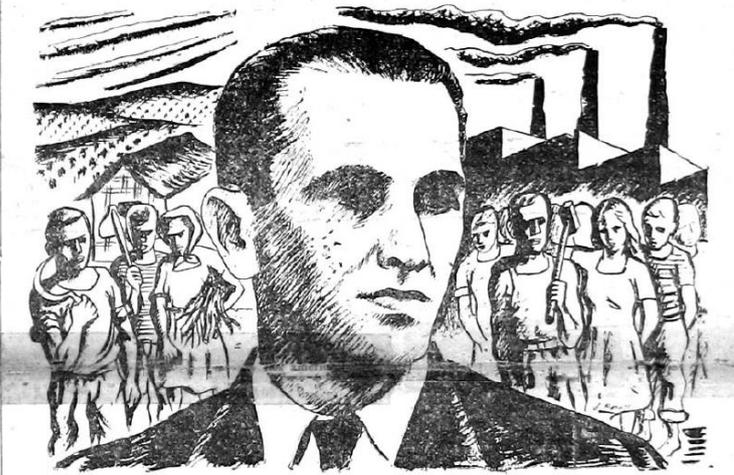
A burguesia nacional, em seu conjunto, sufocada por Dutra e o imperialismo americano, sabe que com a atual politica do governo não conseguirá o desenvolvimento da industria nem livrar-se da concorrência lanque. O proletariado e os camponeses por sua vez, sentem cada vez mais a necessidade de lutar pelas suas reivindicações.

(Conclua na 2ª pagina)

A CLASSE OPERÁRIA

ANO II — RIO DE JANEIRO, 30 DE DEZEMBRO DE 1947 — N.º 106

CINQUENTENARIO DE PRESTES (LEIA NA 3.ª, 4.ª E 5.ª PAGINAS)



A LUTA PELO ABONO REIVINDICAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

A luta pela conquista do abono de Natal deve ser o centro imediato de toda a luta dos trabalhadores no momento atual, em que todos os democratas e patriotas estão empenhados em impedir que Dutra e seus associados continuem a arrastar nosso povo para a miséria e a fome, a fim de servir a seus amos imperialistas. Em torno dessa reivindicação do momento, devemos mobilizar a classe operária, o funcionalismo, enfim, todos os trabalhadores que, em virtude da política irresponsável e inepta de Dutra-Castelo, sentem a fome, a miséria e a ameaça de perder seus bens, cada vez mais ameaçadamente.

De São Paulo nos chegam notícias positivas de como podemos mobilizar os trabalhadores para a defesa da democracia, partindo da imediata reivindicação que é o abono de Natal. Nesta luta o proletariado paulista demonstrou sua disposição de ir até a vitória, utilizando formas de luta mais altas e vigorosas.

Os trabalhadores da Cia de Gás, na capital paulista, em virtude da negativa da empresa

em conceder o abono, paralisaram os trabalhos por um dia, só regressando após o Prefeito da capital ter prometido dar uma solução no dia imediato. Como esta não veio, os trabalhadores declararam-se novamente em greve, desta vez por hora e meia. Pelotões de strias, vesturias da Rádio Patrulha, da Força Policial, além de numerosos soldados fortemente armados, policiavam os portões da Companhia, numa inútil tentativa de anular os operários.

Nas oficinas da Cambuci, da mesma Companhia, também se declararam em greve por duas horas, em sinal de protesto contra a negativa da empresa em conceder o abono, 2.000 operários.

O movimento estendeu-se a diversos setores do trabalho da capital bandeirante. A Fábrica de Alumínio Gourea emprega 300 trabalhadores. Destes, 200 declararam-se em greve ante as proclamações do proprietário ou facto da concessão do abono.

Sóf apenas um aviso, desceram os operários. Se o abono não vier entrará novamente em greve. E no caso da Fábrica Gourea devemos ressaltar que a politica do traidor Ademar prendeu li trabalhadores, o que de modo nenhum diminuiu, antes fez crescer o animo de luta dos trabalhadores.

Os trabalhadores da Fábrica Sulita após vencerem numerosas obstáculos, organizando uma ampla comissão de fábrica, conseguiram que os diretores reco-

ndecessem a justem de sua reivindicação e obtiveram um mês de salario como abono de Natal. Os trabalhadores do Cotoni-ficio Crespi, tendo á frente uma comissão de cerca de 50 tecelões, conseguiram 100 horas de abono e ferias coletivas.

Na Metalurgia Paulista S. A., mil trabalhadores obtiveram pelo luta organizada, um abono de Cr\$ 200,00 cada um.

A Indutex S. A. e a firma Associação E Teixeira S. A. também tiveram que reconhecer a necessidade do abono concedendo a seus respectivos empregados.

Na Grande Fabrica Votariana, em Sorocaba, bem como na Cia. Gás, em Jundiaí, os trabalhadores foram vitoriosos na luta pelo abono.

E assim por diante. Todo o proletariado paulista está empenhado em conquistar o abono de Natal. Utilizando todas as formas de luta. Não se deixando intimidar pelo aparato policial, pelas arbitrariedades da ditadura, certos de que, se não trahim o proletariado nas suas reivindicações combatemos, resistir, a reação recuará.

A experiência adquirida nas lutas pelas reivindicações mais imediatas, solidifica sua capacidade de luta por conquistas mais altas, inclusive para a defesa dos mandatos, da Constituição e dos direitos nela assegurados.

Os trabalhadores da Light, em São Paulo, por exemplo, apesar tiram mais profundamente a necessidade de lutar pela liberdade sindical. Isto foi conseguido através da luta pelo abono de Natal. Durante os trabalhos de comparecimento ao seu sindicato, a fim de obrigar a direção a tomar posição frente á reivindicação do abono, sentida por todos os trabalhadores.

Definim-se assim, diante dos fatos concretos de interesse da classe trabalhadora, aqueles que estão realmente ao seu lado e aqueles que nada fazem senão servir, nos postos de direção sindical, aos inimigos da classe operária. Os trabalhadores da Light compreenderam claramente que os agentes ministerialistas do Departamento Estadual do Trabalho agiram contra os interesses da classe mancomunados com a policia e com os exploradores do polvo caudamos.

Essa compreensão reforçou a disposição de lutar desmoldadamente pela liberdade sindical, a fim de que possa eleger livremente representantes dedicados e que não trahim o proletariado nas suas reivindicações caudamos.

Éis porque devemos mobilizar a classe operária, todos os trabalhadores em torno da reivindicação imediata do abono de Natal, visando inclusive em parte a situação de fome a que está reduzida. E, politicamente, uni-la na luta pela defesa da democracia, pois só com a plena vigencia das instituições democráticas poderemos conquistar maiores vitórias no sentido do progresso de nossa pátria e de bom estar ao nosso povo.



Coluna no jornal A Classe Operária escrita por Carlos Marighella criticando presidente Dutra, dezembro de 1947.

Todo o Povo é Pela Legalidade Do Partido Comunista

CADA dia se torna mais evidente a gravidade do erro jurídico e político que foi a cassação do registro do Partido Comunista e o fechamento inconstitucional de suas sedes.

Não são apenas os comunistas que reconhecem isto. Nas próprias fileiras da reação esta opinião ganha terreno. Quinta-feira última, um dos jornais da imprensa "sadia", o "Diário da Noite", do sr. Chateaubriand, trazia em manchete estas palavras: "Até no Liga Eleitoral Católica há infiltração comunista! Primeira Consequência do erro judiciário cassando o registro do PCB. Os srs. Macedo Soares e Carlos Lacerda discutiram sobre o Partido, um considerando um erro o seu fechamento, e o outro achando simplesmente que ele não está fechado, mas "pelo contrário, bem aberto".

O "Correio da Manhã", por sua vez, fez longos comentários sobre as informações d'A CLASSE OPERÁRIA em relação com os entendimentos eleitorais do Estado do Rio, e escreve o seguinte: "No Estado do Rio, pelo menos, nenhum partido, dos de maior expressão eleitoral, recusou-se a fazer acordo com o PCB no sentido de fortalecer a própria legenda". E acrescentou: "Na realidade, não são os comunistas que estão violando a decisão do Tribunal, mas os outros partidos, inclusive o Partido do Governo..." E concluiu: "Este fato vem mostrar, mais uma vez, como é inócua e errada essa política de cassar o registro do Partido Comunista e expulsar seus representantes do Congresso... A não ser que se amordaça de novo esses homens, que os impedam de falar, os prendam ou matem, não haverá meios políticos

para evitar que a massa de seu eleitorado vá às urnas e vote em candidatos comunistas."

A "MISSÃO HISTÓRICA DOS FASCISTAS

Só o grupo fascista não vê a realidade. Só o sr. Dutra acha que sua "missão histórica", como disse Prestes, deve ser a extirpação do comunismo no Brasil, se possível, no Continente.

Mesmo inimigos do Partido Comunista, reacionários e fascistas chegam a uma de duas conclusões: a) foi um erro grave fechar o Partido; b) o Partido na realidade não está fechado, pois continua a existir, seus parlamentares estão no Congresso e seus candidatos nas chapas eleitorais de todos os partidos da classe dominante.

SOLUÇÃO: A LEGALIDADE DO PARTIDO

O que urge, portanto, é dar reconhecimento legal, jurídico, à realidade, isto é, à existência do Partido Comunista. O contrário, como o faz o grupo fascista, é tomar atitude de avestruz, meter a cabeça debaixo da asa na esperança de que a realidade desapareça. É uma fuga aos fatos que faz do governo Dutra um simples instrumento do pequeno grupo de militares fascistas, girando em torno do anti-comunismo sistemático, enquanto abandona os mais graves problemas do país, abre as portas aos trusts norte-americanos, trata de entregar o nosso petróleo à Standard e permite os aumentos diários dos preços de gêneros de primeira necessidade.

É contra isso que precisamos organizar as grandes massas do povo, levá-las a lutar por suas reivindicações mais urgentes, tanto na ordem econômica como na ordem política, e entre elas o desejo unânime da Nação a volta à legalidade do Partido Comunista.

Assim estaremos reforçando a democracia e abrindo o caminho para a formação de um governo de confiança popular, que venha resolver efetivamente os graves problemas de nossa Pátria.

POR UMA SOLUÇÃO JUSTA DO S. T. F.

Que a legalidade do Partido Comunista é uma imposição da nossa realidade objetiva, prova-a decisão democrática e justa do Tribunal Superior Eleitoral negando provimento a uma reclamação do diretório central do Partido Libertador contra a inclusão de candidatos comunistas nas chapas municipais do Estado do Rio. Esta é sem dúvida, uma vitória democrática, o reconhecimento da vontade das

massas sobre a vontade de alguns chefes do Partido Libertador.

Diante de tal exemplo, cabe agora ao Supremo Tribunal a tarefa de corrigir o erro jurídico e político de 7

de maio contra o Partido Comunista. Está nas mãos daquela alta corte restituir ao país o clima de democracia perturbado pelo grupo fascista e de golpear definitivamente a reação e o fascismo em nosso país.

E imprescindível, porém, levarmos a cabo poderosos movimentos de massas, mediante a organização e mobilização efetiva das grandes massas do povo, por uma so-

lução justa, democrática e progressista do Supremo Tribunal Federal, que em breve deverá pronunciar-se sobre o recurso do Partido Comunista contra a cassação de seu registro.

A CLASSE OPERÁRIA

ANO II RIO DE JANEIRO, 27 DE SETEMBRO DE 1947 N.º 92



ELEIÇÕES MUNICIPAIS UMA TAREFA IMEDIATA

Carlos Marighella

AS ELEIÇÕES municipais no Estado do Rio e os preparativos que se fazem nos vários Estados dão origem a uma pergunta: Será o caso de perguntar: a vontade de alguns homens poderá superar a vontade das massas? Esses processos terão

em entendimentos eleitorais, sendo em prática a democracia, são acusados de estar contra a democracia e de agir maculadamente sob as ordens de Moscou.

UM DEVER DOS COMUNISTAS

ASSO SE REDUZ a um traço de que somos acusados.

Se nos cassaram a legenda do PCB, sob que legendas iremos formar a fim de cumprirmos com os nossos deveres e praticarmos os nossos direitos de cidadãos?



E bem verdade que nos têm sido oferecidas sugestões para candidatar-nos a fim de podermos nos limitar ao voto no dia do pleito. Mas o fato é que contamos com um eleitorado de mais de meio milhão de pessoas, somos uma força massicíssima em inúmeros municípios do Brasil: No Recife, em Fortaleza, Santos, Aracaju, Natal, Sorocaba, Olinda, Jabotão, os candidatos comunistas saíram vitoriosos nas eleições de 2 de dezembro e 19 de janeiro. Com semelhante potencial, os comunistas estarão fazendo os mais conscientes dos deveres de quem quer praticar a democracia, se se abstiverem de fazer acordos e entendimentos eleitorais. Os demais partidos sabem também que não poderão deixar de lado a força eleitoral dos comunistas. Não têm medo assim de entrar em entendimentos, que são feitas as eleições a vista do povo, para a defesa e execução do programa prático, visando os interesses

mais imediatos das populações dos municípios.

UMA VITÓRIA DA DEMOCRACIA

O PRÓPRIO Tribunal Superior Eleitoral não pôde fugir a esta realidade e ainda esta semana decidiu contra um recurso da direção nacional do Partido Libertador impugnando os acordos da direção do Estado do Rio com os comunistas.

Tais fatos demonstram que o avanço da democracia é inevitável e que é impossível fazer retroceder o Brasil para a ditadura estadonazista.

O FUNDAMENTAL — A LEGALIDADE DO PARTIDO

DE MAIO para cá, nosso povo educou-se politicamente muito mais do que durante todo o período anterior do governo Dutra. O papel dos comunistas foi decisivo no reconhecimento da vontade popular desse governo, que, se não quiser recuar, terá que enfrentar o povo, e que apenas se preocupa em chamar mandatos, projetar leis de segurança, vender aos magnatas do capital financeiro laques.

Ninguém mais pode esconder a normalidade do erro do governo. Eis porque o FUNDAMENTAL, O CENTRO DE TODA A NOSSA LUTA POLÍTICA É A LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA. As eleições municipais bem o revelam, visto que a nenhuma partido político é possível prosseguir dentro das quadras da Constituição, ignorando os imperativos da estruturação democrática que devem ser completadas pelos municípios, sem recorrer ao consenso dos comunistas: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS CONSTITUEM, POIS, O CENTRO DE NOSSA ATIVIDADE POLÍTICA IMEDIATA.

Com elas, em muitos municípios cairá por terra as oligarquias que os autocratas. Mas não devemos esquecer que há uma diferença muito grande entre as eleições de 2 de dezembro e 19 de janeiro e as atuais. As primeiras serviram para educar o povo politicamente, mas as de agora são muito mais relacionadas aos interesses locais, às pequenas elites, às individualidades momentâneas, aos programas mínimos. E em cada um dos municípios teremos que fazer concretização e ao mesmo tempo a defesa da democracia.

A importância das próximas eleições surge, por consequência, em toda sua plenitude. Bem como a mobilização das grandes massas, orientar e dirigir as suas grandes lutas, estreitar as ligações com as suas angústias camadas do povo e do proletariado, conduzi-las à participação nos pleitos municipais que se avaliam e conquistam a legalidade do Partido Comunista único meio de assegurar a democracia no Brasil.

SUMÁRIO

Deste Número

- Eleições municipais — uma tarefa imediata (Carlos Marighella).
- Acordos eleitorais com todos os partidos em Pernambuco.
- Os dois campos em que se divide o mundo (Heloísa Amâncio).
- Há acordos e acordos (Leônia).
- O socialismo em construção.
- Defesa da Constituição.
- Defesa das empresas imperialistas.
- Eleições municipais.
- É moral o projeto de cassação dos mandatos.
- Estado policial e não uma democracia (da revista "Times").
- Organização do povo para a defesa da Constituição.
- A Lei de Segurança e os professores.
- Secções: Fátima e Fátos — "Ilumina do Povo" — Resposta à sua pergunta — O selar vermelho — Os acadêmicos — Vozes brutas — Dos clássicos.

Texto de Carlos Marighella denunciando a cassação da legenda do Partido Comunista e buscando mobilizar para as eleições municipais. Setembro de 1947.



A CLASSE OPERÁRIA

RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 1947 - ANO II - NÚMERO 78

A CASSAÇÃO DOS MANDATOS SERÁ O FIM DO LEGISLATIVO

A FRENTE ÚNICA PRECISA SER CONCRETIZADA

O novo DIP, criado pela ditadura Dutra, tem distribuído matéria paga aos órgãos da imprensa amarela, com uma prodigalidade que já vai a várias milhões de cruzados. São diárias as transcrições de comentários, artigos assinados, trechos de discursos dos porta-vozes no Senado ou na Câmara, enfim, toda uma conchurrada de publicidade financiada pelo Estado. Embora o ministro da Sul América fale em deflato, em compressão das despesas, etc., isso não impede que a imprensa sadia se beneficie, agora, com alguns milhões suplementares, que faltarão às despesas requeridas pela solução de alguns dos mais angustiosos e imediatos problemas do povo.

Uma das transcrições mais vezes repetidas, nos últimos dias, tem sido o comentário do «Correio da Manhã», sob o título de «Jogo de magnatas ou suicídio?» e sub-título: «Luta entre potes de barro e de ferro» — «A frente única».

Os magnatas, no caso, são os industriais atingidos pela política financeira da ditadura e a Jogo de que são acusados é o da frente única com os comunistas.

Em primeiro lugar, cumpramos rebater caluniosamente a insinuação «Correio da Manhã» de que existia um jogo nessa questão, envolvendo, inclusive, uma «mesa» de «bouchout», isto é, de fechamento voluntário das fábricas pelos seus proprietários. Tem sido, aliás, essa uma tecla muito batida pelo DIP ditatorial. Mas a verdade, que é bem outra, não pode ser adulterada: Uma ditadura desamoralizada como a do general Dutra, não tem suficiente crédito para convencer os vários setores da nação de que a massa industrial não está sendo seriamente ameaçada pela bancarrota, como consequência da política financeira da camarilha ministerial. Não existe, portanto, absolutamente, Jogo algum. O que existe é um fato objetivo, que nenhuma propaganda será capaz de escamotear, como fazem os escroques com as cartas nas mesas de baccarat.

Tanto da surpresa de muita gente eis que, da própria situação nacional, surge esse fato espantoso: — os industriais, proprietários de fábricas, empregadores de dezenas de milhares de operários, em frente única com os comunistas, sem que houvesse qualquer prévio acordo, qualquer convênio do tipo em que é mestre o Sr. Otávio Mangabeira. A frente única é um fato objetivo, que brota, como uma necessidade natural, da própria situação perigosa a que chegou o povo brasileiro.

Observamos esse fato aparentemente estranho, mas profundamente significativo: —

não de agora, mas desde há muito tempo, têm sido os comunistas os únicos, como bancada única, a levantar a voz, no Parlamento, em defesa da indústria nacional ameaçada pela camarilha ministerial e pela concorrência avassaladora do imperialismo. O PSD e UDN, apesar de algumas discordâncias isoladas, tímidas e esporádicas, vêm balançando, oficialmente, a cabeça em sinal de aprovação à política financeira da ditadura. O que parece à reação um jogo malévolo ou um milagre, nada mais é que a decorrência lógica e inevitável da posição justa dos comunistas dia a dia cada vez mais confirmada pelos próprios fatos concretos. Essa frente única, que o «Correio da Manhã» agora descobre com espanto, foi proposta por Luiz Carlos Prestes ainda no seu primeiro discurso diante do povo carioca, a 23 de maio de 1945, no estádio de São Januário. Apenas, o que existe para lamentar é que os setores progressistas da classe dominante tivessem tido tanto em compreender a justiça do caminho patriótico, já então indicado por Prestes.

Quando a reação se exaspera com um fato objetivo, trata-se, sem dúvida, de um bom, de um ótimo sinal. O desespero, dizia Lenin, a reação coloca o comunismo como primeiro ponto da ordem do dia e beneficia os comunistas. Contra a rocha dos fatos só poderemos esperar que se quebre a dólil cabeça irritada dos Dutra e dos seus parceiros de aventura ditatorial.

Os comunistas têm preciosas lições a tirar de tudo isso. Em primeiro lugar, a comprovação da absoluta justiça científica da linha política do Partido Comunista, pregando a união nacional desde o proletariado, aos camponeses, à pequena burguesia e à burguesia progressista. Em segundo lugar, constatando que a base social da ditadura é mais estreita do que parece, que o seu desespero é indício de fraqueza. A ditadura Dutra, como qualquer ditadura, não poderá deter-se, pelo meio caminho. Por isso é que prepara novos atentados, inclusive a cassação ou extinção dos mandatos dos parlamentares comunistas. De nada, entretanto, adiantará a sua violência. A sua supremacia será temporária e terá que ceder diante da oposição crescente de setores cada vez mais amplos do povo e da própria classe dominante, no selo da qual se tornam mais agudas as contradições.

A frente única surge como uma necessidade à qual conduz a própria situação objetiva, à medida que vai se agravando. Precisamos, todavia, reconhecer, serenamente que a frente única ainda não encontra uma correspondência, (Conclui no 2º pag.)

IRRESPONDÍVEL ARGUMENTAÇÃO DO DEPUTADO CARLOS MARIGHELLA, EM NOME DA BANCADA COMUNISTA, DEFENDENDO OS ELEITOS DO POVO — UNIÃO DE TODOS PELA SOBERANIA DA PÁTRIA —

O deputado Carlos Marighella pronunciou, na Câmara o seguinte discurso:

Sr. Presidente, o requerimento n. 259 leva-nos realmente a meditar, de forma mais profunda, sobre os problemas do vale do São Francisco, região inteiramente abandonada e que teve, agora, a oportunidade de ser visitada pela comitiva do sr. Eurico Gaspar Dutra.

Certamente que à margem dos problemas econômicos ali discutidos não faltou também o estudo de determinados aspectos do problema político que afflige precisamente o Brasil. E o encontro entre o eminente Governador da Bahia, sr. Otávio Mangabeira, e o sr. Eurico Gaspar Dutra, terá sem dúvida repercussão na vida política do país.

Tratando-se de inscrever o discurso do general Dutra na ata de nossos trabalhos, bem como os discursos proferidos naquela região pelo nobre deputado sr. Manoel Novais, o Ilustre Senador Apollônio Sales e mais ainda, de aderir com a emenda apresentada à Mesa, o discurso do sr. Otávio Mangabeira, não poderíamos deixar de examinar aqui o aspecto político do problema.

É claro que não resolveremos nenhuma questão econômica sem um estudo aprofundado do problema político, mesmo porque estamos certos de que a solução será antes de tudo uma solução política.

O golpe desfechado contra a democracia, com o fechamento do Partido Comunista do Brasil a 7 de maio trouxe em consequência a apreensão da maior "tróvia" na vida política do país.

Não é sómente a certeza de que a procrição dos comunistas conduziria a maior escravizamento da Nação nos interesses do imperialismo que nos atentos à Constituição, já brutalmente rasgada, e ao regime democrático atingido em cheio.

O que se tem em vista agora é a cassação dos mandatos dos deputados e senadores comunistas.

Realmente, contradição mais absurda não poderia surgir: cancelou-se o registro do Partido Comunista do Brasil, mas os representantes comunistas no Parlamento continuam a defender o mesmo programa com que o Partido os apresentou aos sufrágios da Nação. O problema em si mereceria outros comentários não fosse o fechamento do PCB uma decisão meramente política do Judiciário sob a coação do Executivo.

E já Rui Barbosa dizia: "Justiça política equivale a justiça de partido, justiça de interesse, justiça de desforra, justiça de crueldade".

QUEREM A COMPLETA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Mas, no caso trata-se de cassar a voz do Partido Comunista, abrir o caminho ao domínio e à completa colonização do Continente.

Cancelar o registro não ba-



Deputado Carlos Marighella

la, pretendem cassar os mandatos dos comunistas tentando desautorizar de rotundidade ao silêncio.

No fundo, porém, trata-se de impedir a atuação política do Partido Comunista do Brasil e a completa colonização do Continente.

Por isso que se cancelou o registro não ba-

POLITICA INTERNACIONAL

Contra a "Nova Ordem" de Truman-Marshall

Os Ministros do Exterior da França e Gran Bretanha acabam de encontrar-se em Paris. Trataram da execução do "Plano Marshall" de "ajuda" à Europa. A visita do sr. Bevin à capital francesa deu margem a uma vasta agitação provocadora das agências e jornais a serviço do imperialismo contra a União Soviética. O ministro inglês declarou aceitar "com as duas mãos" o "plano" Marshall, e propôs que a URSS seja convidada a participar das conversações para sua imediata execução. Caso a URSS recuse, Inglaterra, França e Estados Unidos se decidirão a levar a cabo o referido "plano". E então o sr. Bevin avançou uma acusação que é mais uma tentativa de intimidar a URSS: seria ela a responsável pela divisão da Europa.

Como se vê, a URSS não tem o direito de discutir o "Plano Marshall", mas apenas de auxiliar a sua execução ou dar o seu apoio para que ele seja executado. Não se trata, portanto, de uma conferência dos Quatro Grandes para acertarem pontos de vista e chegarem a uma conclusão unitária. Trata-se simplesmente de uma imposição. Os Estados Unidos, através do governo reacionário de Truman-Marshall, resolveram tudo sobre o "plano". O governo inglês o aceita. O governo francês não se lhe opõe. Portanto, a União Soviética também deve apoiá-lo, sem discutir.

No entanto, o "plano Marshall" não é mais do que um preloqueamento, uma continuação do "Plano Truman" de ajuda à Grécia e à Turquia. O "Plano Marshall" vai mais longe: visaria ajudar a toda a Europa. Assim, de o "plano". A realidade mostra que os agentes governamentais do imperialismo já que visam unicamente alimentar os governos reacionários da Europa, transformando-os em seus instrumentos de dominação política e de conquista de concessões econômicas.

O "Plano Truman" não escondeu esse objetivo no caso da Grécia e da Turquia, dois governos anti-democráticos com forte influência dos restos do fascismo. O "Plano Truman" mais uma vez se desmascara como um plano imperialista no caso da Hungria, suspendendo verbas já concedidas aquele país desde que um agente de Wall Street não pôde continuar no poder. O "Plano Truman" auxiliou Chiang Kai Shek e os reacionários chineses para estimular a guerra civil na China. O "Plano" (Conclui no 2º pag.)

neste número

- A cassação dos mandatos será o fim do legislativo (Carlos Marighella) — 1ª pag.
- Os comunistas lutam por 100% de aumento no salário mínimo (Diogenes Arruda) — 9ª pag.
- A frente única deve ser concretizada (política nacional) — 1ª pag.
- O imperialismo americano tenta derrotar pela reação mundial (William Foster) — 1ª pag.
- 155 mil contos de réis — os lucros da Light nos primeiros 4 meses de 1947 — 8ª pag.
- NO PRÓXIMO NÚMERO: "A Classe Operária" publicará, em seu número do próximo sábado, uma detalhada análise do grupo financeiro "Sul América", que é representado no ministério do Interior Dutra pelo sr. Heitor Lima.



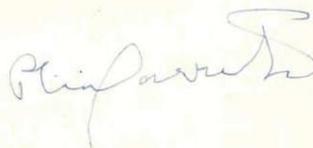
Marighella defende a permanência dos mandatos dos deputados comunistas no jornal A Classe Operária, junho de 1947.

Anexo IV – Ata Instalação da CPI

COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE ATOS DELITUOSOS DA DITADURA

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO - Em, 13.12.1946.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, no salão da Biblioteca do Palácio Tiradentes, reuniu-se em sua primeira sessão de instalação, a Comissão de Inquérito Sobre Atos Delituosos da Ditadura, com a presença dos Senhores Deputados Plínio Barreto, Aliomar Balieiro, Rocha Ribas, Campos Vergal, Amando Fontes e Gurgel do Amaral, deixando de comparecer os Senhores Deputados José Maria Crispim, Glicério Alves, Raul Pila, Manoel Vitor e Carlos Nogueira. Por indicação do Sr. Aliomar Balieiro, foi eleito presidente da mesma o Sr. Plínio Barreto, que agradeceu a gentileza de seus pares. Em seguida, falou o Sr. Aliomar Balieiro, dizendo da necessidade de uma legislação especial para que a Comissão encontre apóio, no sentido de bem servir à sua finalidade; continuando, solicitou ao Sr. Presidente fosse indicado outro Senhor Deputado para substituí-lo, em virtude de ter que se ausentar desta cidade, o mesmo acontecendo com o Sr. Amando Fontes, que, segundo declarou, pretende se retirar para seu estado natal, falou, após, o Sr. Gurgel do Amaral que substituiu o Sr. Segadas Viana, tendo solicitado a designação do Sr. Abelardo Matta, para seu lugar, à vista de não poder continuar por motivo superior. Às dezesseis horas, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, do que para constar, eu, Theobaldo de Almeida Prado, secretário, lavrei esta ata que depois de aprovada será assinada pelo Presidente.



Anexo V - Requerimento

Terça-feira 10

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Dezembro de 1946 1571

mento, deixando de lê-lo, a fim de não tomar tempo à Casa, prejudicando o andamento dos nossos trabalhos. (Muito bem; muito bem.)

Vem a mesa e é lido pelo Sr. 1.º Secretário o seguinte

REQUERIMENTO

Considerando que durante os trabalhos da Assembléa Constituinte foi nomeada uma comissão Parlamentar para abrir inquérito sobre abusos e delitos praticados pelas autoridades públicas, em todo o Brasil, contra a liberdade e a integridade física dos cidadãos durante o regime ditatorial, anterior e posterior à Constituição de 1934.

Considerando que, dissolvida a Assembléa Constituinte pela terminação dos seus trabalhos, ficou ipso-facto dissolvida aquela comissão de inquérito;

Considerando que não desapareceu, entretanto, até agora, a necessidade de se proceder a tais investigações pois que, persiste o clamor público contra aqueles abusos e delitos;

Considerando que seria contrário a todos os princípios de justiça e contra o espírito das instituições democráticas que delitos e abusos que tanto depõem contra a nossa civilização permanecessem impunes;

Considerando que, no próprio interesse dos acusados, convém que esses fatos sejam devidamente apurados para que os inocentes não carreguem, perante a opinião pública com a responsabilidade de crimes que não praticaram.

Os abaixo assinados, representando um terço dos membros da Câmara dos Deputados, vêm requerer a criação de uma comissão de inquérito para reiniciar os trabalhos que a dissolução da Constituinte paralizou e levá-los a termo a fim de que sejam regularmente apurados quais os fatos delituosos, quais os abusos, quais as violências praticadas pelas autoridades públicas no período acima referido e, feita a apuração, quais os responsáveis criminalmente por esses fatos e que modo sejam punidos todos os culpados.

Essa comissão, que deverá ser organizada nos termos do parágrafo 1.º do artigo 53 da Constituição, deverá ser composta de 11 membros (art. 31, parágrafo 2.º do Regimento da Câmara). A nomeação dos membros da Comissão deverá ser feita pelo Sr. Presidente da Câmara (parágrafo 3.º do mesmo artigo).

Pedem os supplicantes que este requerimento seja submetido à discussão única na ordem do dia da sessão seguinte a em que foi apresentado, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 57, do Regimento Interno da Câmara.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 1946. — Plínio Barreto. — Euclides Figueiredo. — Heribaldo Vieira. — Toledo Piza. — Octavio Mangabeira. — Aureliano Leite. — Nestor Duarte. — Jales Machado. — João Mendes. — Lino Machado. — Fernandes Telles. — Antonio Borges. — Plínio Lemos. — Erasto Gaertner. — Mota Neto. — Jurandir Pires. — Aréas Ledo. — Antonio Corrêa. — Gabriel R. Passos. — Paulo Nogueira Pinho. — Lycurgo Leite. — Mauricio Grados. — Eduardo Duvivier. — Dioclecio Duarte. — Jorge Amado. — José Bonifácio. — Alcides Coutinho. — Carlos de Moraes Andrade. — Gregorio Bezerra. — Claudino J. Silva. — Osvaldo Pacheco. — Romeu Lourenço. — Alcides Sabença. — Carlos Marighella. — Abílio Fernandes. — Joaquim Batista Neto. — José Maria Crispim. — Agostinho Oliveira. — Milton Batista. — Epilogo de Campos. — Agostinho Monteiro. — Osmar Aquino. — Mario Gomes. — Beni Carvalho. — José Esteves. — Munhoz da Rocha. — Prado Kelly. — Juracy Magalhães. — Raphael Cincurá. — Monteiro de Castro. — Fernandes Távares. — Soares Filho. — Magalhães Pinto. — Alberto Fraga. — Paulo Saracate. — Agrícola de Barros. — Ledo Sampaio. — Campos Vergal. — Alarico Pacheco. — Hermes Lima. — Alair Pilla. — Domingos Velasco.

Gilberto Freyre. — Manoel Novais. — Flores da Cunha. — Freitas Cavalcanti. — Ruy Santos. — Dantas Junior. — Luiz Claudio. — Adimar Rocha. — Philippe Balbi. — Thomas Fontes. — Romão Junior. — José Maria Lopes Cançado. — Mario Brant. — José Gaudêncio. — Jacy Figueiredo. — Alberto Alves. — Milton Campos. — João Ursulo. — João Amazonas.

O SR. HERIBALDO VIEIRA (*) (Pela ordem) — Sr. Presidente, quando dos trabalhos da Assembléa Constituinte, tive oportunidade de encaminhar à Mesa requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro da Viação, a propósito de uma ponte construída no rio Japarutuba, no Estado de Sergipe, ponte que interrompeu a navegação naquele rio, privando o vale, as usinas e o comércio da cidade de Japarutuba de uma via de comunicação secular.

Tal requerimento, Sr. Presidente, foi enviado ao Sr. Ministro com o Ofício n.º 389, de 28 de maio de 1946 e, até esta data, nenhuma resposta obteve de S. Ex.ª.

Agora que a Câmara dos Deputados desenvolve seus trabalhos ordinários, requero a V. Ex.ª se digne renovar ao Sr. Ministro da Viação o pedido de informação em apreço, para que ilustrem os representantes do povo esclarecidos e possam prestar contas do mandato, defendendo os interesses dos que para aqui os enviaram.

O Sr. Osvaldo Pacheco — V. Excelência permite um aparte? Não é só com o requerimento de V. Ex.ª que aconteceu esse fato. A nossa bancada mesmo encaminhou diversos pedidos de informações de igual interesse do povo e da Nação e, infelizmente, as férias se aproximam sem que tenhamos recebido os esclarecimentos indispensáveis.

O Sr. Segadas Vianna — Informo ao orador que tenho cinco pedidos de informações sem qualquer resposta até agora.

O Sr. Plínio Barreto — Também isso sucede com vários requerimentos meus. Acredito que teremos necessidade de chamar os Ministros à Câmara para obter as necessárias respostas.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Os apartes de Vossas Excelências desanimam-me quanto ao pedido que ora faço. Mas insisto nele, porque o assunto é de relevante interesse público para o meu Estado e não creio que o Sr. Ministro da Viação tenha em desprezo esta Casa, a menos que não encontre o meio de justificar os atos imorais praticados durante a ditadura e irradizados na construção dessa ponte que privou um Município de sua via tradicional de comunicação, quando o maior problema do Brasil, sabemos todos, é o dos transportes.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa ouviu atentamente a solicitação do nome deputado, a qual lhe merece toda a consideração. Solicito, entretanto, a V. Ex.ª a fineza de formular o pedido por escrito, para que esta Presidência possa tomar as providências que se fizerem necessárias, uma vez que o requerimento anterior não foi endereçado propriamente à Câmara dos Deputados, mas sim à Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Informo a V. Ex.ª que o pedido já foi encaminhado à Mesa.

O SR. DOMINGOS VELASCO (*) — Sr. Presidente, acabo de receber dos Práticos de Engenharia da Estrada de Ferro de Goiás um memorial dirigido a V. Ex.ª. Eu o envio à Mesa, para que V. Ex.ª lhe dê o destino regimental.

O SR. PRESIDENTE — V. Excelência será atendido.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Obrigado a V. Ex.ª.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora destinada ao expediente. Vá-se passar à Ordem do Dia. (Pausa.)

Compareçam mais os Senhores: Afonso Matos.

Partido Social Democrático

Amazonas: Leopoldo Peres.

Paraná: Parira da Silva, Cosme Ferreira.

Pará: Carlos Nogueira, João Buzinho, Rocha Ribas.

Maranhão: Crepory Franco, Odilon Soares, Luis Carvalho, Alonzo Matos.

Paraná: Renato Leite.

Paraná: Jandiri Carneiro, Samuel Duarte.

Alagoas: Silvestre Péricles, José Maria.

Sergipe: Gracioso Cardoso.

Bahia: Aldeio de Castro, Regis Pacheco, Vieira de Melo.

Espirito Santo: Carlos Lindenberg.

Distrito Federal: José Romero.

Rio de Janeiro: Amaral Peixoto, Eduardo Davivier, Getúlio Moura, Heitor Collet, Brígido Tinoco, Miguel Couto.

São Paulo: Cirilo Júnior, Novel Junior, José Armando, Horácio Lafer, Ataliba Nogueira, Sampaio Vidal, Machado Coelho.

Goiás: Diógenes Magalhães, Mito Grosso, Ponce Arruda, Argemiro Falbo, Paraná: Muniz de Melo.

Santa Catarina: Gaston Esplert, Rogério Vieira, Hans Jordan.

Rio Grande do Sul: Adroaldo Costa, Brochado da Rocha, Teodomiro Fonseca, Antero Leivas, Miguel Castro, Pedro Vergara, Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas: Severiano Nunes.

Maranhão: Antenor Bogéa, Plauti, Ademar Rocha.

Ceará: Berni Távora, Beni Carvalho, José de Borja, Edgar de Arruda.

Paraná: João Ursulo.

Pernambuco: Alde Sampaio, João Ciophas, Gilberto Freyre.

Alagoas: Fradas Cavalcanti, Mário Gomes.

Sergipe: Heribaldo Vieira, Otávio Mangabeira, Rafael Cincurá, Alcemar Balceiro, João Mendes.

Distrito Federal: Jurandir Pires, Rio de Janeiro: Prado Kelly, Romão Junior, José Leomil, Soares Filho.

Minas Gerais: Monteiro de Castro.

São Paulo: Paulo Nogueira, Romeu Lourenço, Mito Grosso, Dolor de Andrade, Santa Catarina: Tavares d'Amaral.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal: Benjamin Farah, Vargas Neto, Gurgel do Amaral, Segadas Vianna, Benício Fontenele, Baeta Neves, Antônio Silva, Barreto Pinto.

São Paulo: Romeu Fiori, Eusébio Rocha.

Rio Grande do Sul: Artur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco: Alcides Coutinho.

São Paulo: Caires de Brito.

Partido Republicano

Minas Gerais: Mário Brant.

Partido Social Progressista

Bahia: Teófilo Albuquerque.

Partido Democrata Cristão

São Paulo: Manuel Vitor.

Esquerda Democrática

Distrito Federal: Harmes Lima (81).

Deixaram de comparecer

Honório Monteiro, Berto Condé, Sousa Leão, Ferreira Lima, Sigefredo Pacheco.

Partido Social Democrático

Pará: Duarte de Oliveira, Maranhão: Vitorino Freire, José Neiva.

Ceará: Moreira da Rocha, Frota Gentil, Almeida Monte, Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte: Valfredo Gurgel.

Pernambuco: Agamemnon Magalhães, Carlos Maranhão, Gerçino Pontes, Osvaldo Lima, Costa Porto, Ulisses Lima, Pessoa Guerra.

Alagoas: Antônio Mafra, Afonso de Carvalho, Sergipe: Leite Neto.

Bahia: Lauro de Freitas, Negretos Falção, Luis Barreto, Espírito Santo: Ari Vianna, Burtio Sales, Vieira de Resende, Alvaro Castelo, Asdrubal Soares.

Rio de Janeiro: Paulo Fernandes.

Minas Gerais: Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, Rodrigues Soares.

Anexo VI – Folheto do Comício de Luís Carlos Prestes

COMÍCIO

SÃO PAULO A LUIZ CARLOS PRESTES



15 de JULHO - 15 HORAS - NO PACAEMBU

São Paulo, 7 de Julho de 1945 — Comissão Central — Praça da Republica, 401 — Fone: 6-4078.

Boletim do Comício
"S. Paulo a Luiz Carlos Prestes" — Editado pela COMISSÃO CENTRAL.
Cooperação do Comitê Democrático dos Jornalistas.
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SÃO PAULO AGUARDA a palavra de LUIZ CARLOS PRESTES

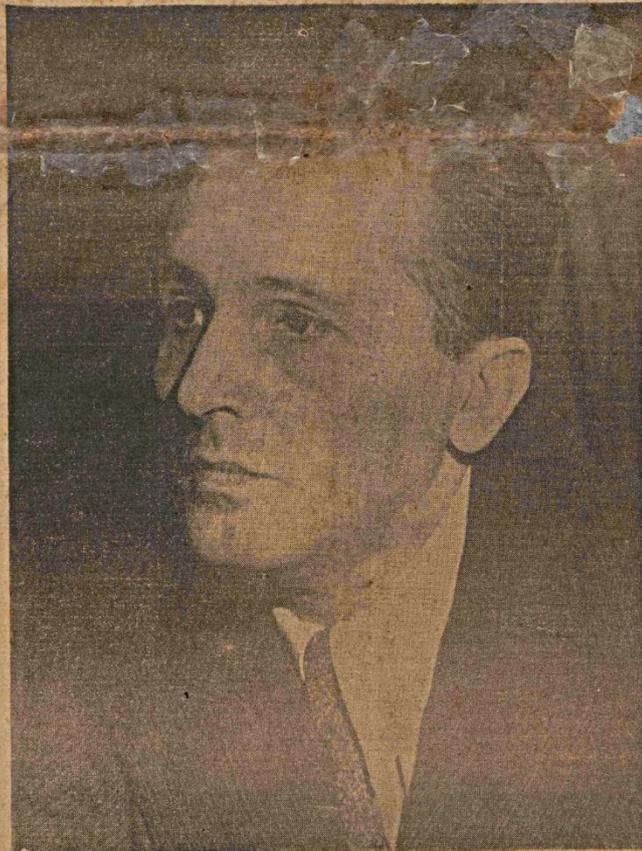
Empenhado na obra patriótica da unidade nacional e da democratização, o grande líder receberá, no Estadio do Pacaembu, verdadeira consagração popular

Desde que se noticiou pela primeira vez a visita de Luiz Carlos Prestes ao povo de São Paulo, nesta Capital, nas cidades do interior e do litoral, por toda parte, reina grande expectativa. Nada mais justo. Todos nós a esperamos.

Desde que se noticiou a visita de Luiz Carlos Prestes ao povo de São Paulo, nesta Capital, nas cidades do interior e do litoral, por toda parte, reina grande expectativa. Nada mais justo. Todos nós a esperamos.

Sua oração, no estadio do Pacaembu, no proximo dia 15, será de grande interesse nacional. Corresponderá, exatamente, aos dias que estamos vivendo. Não será dirigida particularmente a esta ou àquela classe, a este ou àquele partido, mas a todos os brasileiros desejosos de que a patria se beneficie do esforço que fez para a guerra e que culminou na vitoria, com o esmagamento do nazifascismo.

É preciso que o heroísmo da FEB, que o esforço da industria e da agricultura e o sacrificio das populações não redundem em pura perda, sabotados pelos ultimos residuos da quinta coluna. É igualmente preciso que todos os brasileiros se unam, constituindo-se em força invencivel, para que a nossa patria, superando os interesses que se erguerem contra ela, possa enveredar pelo caminho claro, honesto e justo da democracia, que é a grande as-



piração de todo o nosso povo.

Luiz Carlos Prestes, pela sua vida e seus estudos, tem uma larga e clara visão de nossos problemas. Estudou como poucos o "problema". Viu as causas profundas e viu as soluções. Não se contenta com o tempo da grande tentação. Está a par da existência nos lares humildes, onde os que produzem só escasseiam se beneficiam da própria produção. E o drama dos pequenos lavradores, dos que enterram a terra com o suor do rosto. E o dos homens do mar. E dos profissionais liberais. E dos estudantes. E dos artistas. Enfim, de todos os que trabalham para si para a familia, para a coletividade, para a patria, nos dias que correm.

A sua conferencia, no dia 15, no estadio do Pacaembu, trará uma resposta a cada pergunta, uma segurança a cada inquietação. O povo paulista espera o grande lider nacional para ouvir de sua propria boca as palavras esclarecedoras. Nesse dia, os trens do interior e do litoral despejarão milhares e milhares de pessoas nas estações, pessoas que virão à Capital para ouvir a Luiz Carlos Prestes. Os nossos bairros se despozarão. Desde cedo, em bondes, ônibus e mesmo em automóveis tornados acessíveis pelos nossos camaradas "chauffeurs", a grande massa humana se dirigirá para o Pacaembu, a fim de aguardar a palavra sen-

Conclui na 9.ª pagina

Folheto convocando para comício de Prestes em São Paulo, julho de 1945.

Anexo VII – CPI: depoimento de Marighella

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO SOBRE ATOS

DELITIVOS DA DITADURA

REUNIÃO EM 21/8/1947

Comissão Especial de Inquérito sobre Atos
Delituosos da Ditadura

Reunião em 21/8/1947, às 15 horas, sob a
presidência do Sr. Deputado Plínio Barreto.

Palácio Tiradentes

RIO

O Sr. PLÍNIO BARRETO, Presidente - Como não há número para
deliberações, vamos limitar-nos a ouvir as declarações do Sr. Deputado Car-
los Marighella.

O Sr. **Euclides F** FIGUEIREDO - Sr. Presidente, pediria permis-
são para apresentar uma retificação à ata de nossa última reunião. Quando

-2-

o nosso colega Sr. Rui Almeida ofereceu o requerimento sôbre a inconstitucionalidade das atribuições dêste Órgão, tomei a palavra impugnando-o. Disse, então, que a matéria não devia ser objeto de deliberação da própria Comissão e, por isso, não caberia ir a plenário.

Pois bem, o que consta da ata é justamente o contrário: eu teria manifestado a opinião de que o requerimento deveria ser objeto de deliberação da própria Comissão, sendo posteriormente encaminhado ao plenário.

O Sr. PLÍNIO BARRETO, Presidente - Farei constar da próxima ata a declaração de V. Ex.

O Sr. Deputado Carlos Marighella, aqui presente, foi indicado,

-3-

num rol de testemunhas oferecido pelo companheiro Sr. José Crispim, senão como vítima, como testemunha de várias atrocidades.

O Sr. CARLOS MARIGHELLA - Também como vítima.

O Sr. PLÍNIO BARRETO, Presidente - Solicitamos a presença de V. Ex. para que nos ponha a par do que sabe a respeito.

O Sr. CARLOS MARIGHELLA - Sr. Presidente e ilustres colegas, atendo à solicitação feita pela Comissão Especial, principalmente reconhecendo ser isto um dever, na hora que atravessamos.

Nós, que fomos vítimas das atrocidades da ditadura levantada no Brasil, nos tempos em que foram cometidos os crimes que êste Órgão

Fotos do arquivo original das transcrições do depoimento de Carlos Marighella a CPI dos Atos Tortuosos da Ditadura, que se encontram no acervo do Congresso

Nacional, onde o deputado relata todas torturas e perseguições que sofreu durante os anos 30 e primeira metade dos anos 40. Fevereiro de 1947.

Anexo VIII – Cancelamento do registro do Partido Comunista

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

1841

Sessão de 7.5.47

656

Processo n. 411/412 - Distrito Federal.

Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil.

1º Requerente: Honorato Himalaya Vergolino

2º Requerente: Edmundo Barreto Pinto

Relator o Sr. Professor Sá Filho.

JULGAMENTO

Cancelaram o registro do Partido Comunista do Brasil contra os votos do Relator e do Ministro Ribeiro da Costa. Designado relator para lavrar a Resolução, o Sr. Desembargador J.A. Nogueira. Votaram pelo cancelamento os Desembargadores J.A. Nogueira, Rocha Lagôa e Cândido Lobo. Não tomou parte no julgamento o Professor Machado Guimarães, por não ter assistido o relatório. O julgamento foi presidido pelo Ministro Lafayette de Andrada, sem voto.

Este conforme
A. Simões
R.F.

Ata de cancelamento do registro do Partido Comunista. Após apertada votação (3x2), decidiu-se pela ilegalidade do PCB mais uma vez. Maio de 1947.



JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
TRIBUNAL DE APELAÇÃO

-29-

lação para obter sempre e cada vez mais a grandeza do Brasil por intermédio do sublime preço da eterna vigilância que é a Liberdade, afim de podermos preparar o bem estar das gerações futuras que virão receber tão digna prestação de contas e tão dignificante e valorosa herança. "Legis auxilium frustra invocat qui committit in legem".

Isto posto:

Julgo procedente a denúncia afim de cancelar o registro do denunciado, de acôrdo com o art. 141, § 13, da Constituição Federal, combinado com as letras a e b do art. 26 do Decreto n. 9. 258, de 14 de maio de 1946, e art. 118 do Código do Processo Civil.

Rio, 7 de Maio de 1947

Caetano de Menezes de Lencastre



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br